

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	130
--	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	132
---	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.576.432
Preferenciais	4.607.026
Total	9.183.458
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	465.805	523.349
1.01	Ativo Circulante	70.536	77.924
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.043	7.177
1.01.03	Contas a Receber	37.758	56.059
1.01.03.01	Clientes	37.758	56.059
1.01.04	Estoques	689	689
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.109	1.344
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.109	1.344
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.937	12.655
1.01.08.03	Outros	14.937	12.655
1.02	Ativo Não Circulante	395.269	445.425
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.580	13.575
1.02.01.06	Tributos Diferidos	7.826	8.738
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.826	8.738
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	211	184
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	211	184
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.543	4.653
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.543	4.653
1.02.02	Investimentos	366.773	415.823
1.02.02.01	Participações Societárias	366.773	415.823
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	85.740	91.394
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	222.207	265.897
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	57.067	56.773
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.759	1.759
1.02.03	Imobilizado	15.845	15.948
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.845	15.948
1.02.04	Intangível	71	79
1.02.04.01	Intangíveis	71	79
1.02.04.01.02	Direito de Uso de Software	71	79

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	465.805	523.349
2.01	Passivo Circulante	22.699	28.727
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	190	308
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	190	308
2.01.02	Fornecedores	2.764	7.857
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.764	7.857
2.01.03	Obrigações Fiscais	849	1.483
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	767	1.301
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	767	1.301
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	82	182
2.01.05	Outras Obrigações	18.896	19.025
2.01.05.02	Outros	18.896	19.025
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	18.692	18.692
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	204	333
2.01.06	Provisões	0	54
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	54
2.02	Passivo Não Circulante	317.520	317.538
2.02.02	Outras Obrigações	212.000	212.000
2.02.02.02	Outros	212.000	212.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	212.000	212.000
2.02.03	Tributos Diferidos	97.269	97.287
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.269	97.287
2.02.04	Provisões	8.251	8.251
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.251	8.251
2.03	Patrimônio Líquido	125.586	177.084
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-236.460	-197.266
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	8.021	20.325

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.335	16.458	16.183	29.864
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.488	-12.923	-12.672	-25.655
3.03	Resultado Bruto	1.847	3.535	3.511	4.209
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	15.208	-44.118	-84.500	-159.843
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.477	-4.681	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.575	-4.985	-2.271	-4.421
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	50	50	0	18
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8	-8	-14	-19
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.218	-34.494	-82.215	-155.421
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.055	-40.583	-80.989	-155.634
3.06	Resultado Financeiro	754	901	446	563
3.06.01	Receitas Financeiras	769	933	464	602
3.06.02	Despesas Financeiras	-15	-32	-18	-39
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.809	-39.682	-80.543	-155.071
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	331	-98	-101
3.08.01	Corrente	0	331	-98	-101
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.809	-39.351	-80.641	-155.172
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	17.809	-39.351	-80.641	-155.172
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,93920	-4,28530	-8,78160	-16,89780
3.99.01.02	PNA	1,93920	-4,28530	-8,78160	-16,89780
3.99.01.03	PNB	1,93950	-4,28530	-8,78160	-16,89780
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,93920	-4,28530	-8,78160	-16,89780
3.99.02.02	PNA	1,93920	-4,28530	-8,78160	-16,89780
3.99.02.03	PNB	1,93920	-4,28530	-8,78160	-16,89780

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	17.809	-39.351	-80.641	-155.172
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.509	-12.337	-25.615	-23.524
4.02.01	Ganho de Equivalência Patrimonial Reflexa - Benefício pós Emprego - CPC 33(R1)	-4.509	-12.337	-25.615	-23.524
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.300	-51.688	-106.256	-178.696

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.866	-629
6.01.01	Recebimento de Consumidores	31.584	17.334
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	417	335
6.01.03	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	460	19.448
6.01.04	Fornecedores - Materiais e Serviços	-17.741	-31.411
6.01.05	Salários e Encargos Sociais	-5.881	-4.691
6.01.07	Impostos e Contribuições	-144	-692
6.01.08	Outras Despesas	-829	-952
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-35
6.02.01	Aquisição de Investimento	0	-33
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-2
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.866	-664
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.177	8.895
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.043	8.231

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	33	33
5.04.08	Ganho / (Perda) na Diluição de Percentual de Participação Societária	0	0	0	0	33	33
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.194	-12.337	-51.531
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-39.351	0	-39.351
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	157	-12.337	-12.180
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	157	-12.337	-12.180
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-236.460	8.021	125.586

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-155.172	-23.439	-178.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-155.172	0	-155.172
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-23.439	-23.439
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-23.439	-23.439
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-249.351	25.059	129.733

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	13.943	33.650
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	18.624	33.650
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.681	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.006	-25.713
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.092	-26.198
7.02.04	Outros	86	485
7.03	Valor Adicionado Bruto	937	7.937
7.04	Retenções	-111	-79
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-111	-79
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	826	7.858
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-33.561	-154.819
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-34.494	-155.421
7.06.02	Receitas Financeiras	933	602
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-32.735	-146.961
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-32.735	-146.961
7.08.01	Pessoal	5.369	5.635
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.333	5.568
7.08.01.02	Benefícios	11	28
7.08.01.03	F.G.T.S.	25	39
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.097	1.896
7.08.02.01	Federais	706	1.205
7.08.02.02	Estaduais	391	691
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	150	680
7.08.03.01	Juros	32	642
7.08.03.02	Aluguéis	118	38
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-39.351	-155.172
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-39.351	-155.172

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	2.978.281	2.737.667
1.01	Ativo Circulante	1.155.281	772.959
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	92.992	66.006
1.01.03	Contas a Receber	510.592	441.174
1.01.03.01	Clientes	510.592	441.174
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	510.592	441.174
1.01.04	Estoques	14.753	19.327
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.917	12.611
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.917	12.611
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	525.027	233.841
1.01.08.03	Outros	525.027	233.841
1.01.08.03.01	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	404.530	138.837
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.587	8.028
1.01.08.03.03	Demais Créditos	117.910	86.976
1.02	Ativo Não Circulante	1.823.000	1.964.708
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	925.631	1.025.698
1.02.01.03	Contas a Receber	15.128	7.733
1.02.01.03.01	Clientes	15.128	7.733
1.02.01.06	Tributos Diferidos	31.340	30.156
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.340	30.156
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	879.163	987.809
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	6.569	5.857
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro de Concessão	870.819	841.273
1.02.01.09.05	Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	0	138.738
1.02.01.09.06	Demais Créditos	1.775	1.941
1.02.02	Investimentos	651.294	658.575
1.02.02.01	Participações Societárias	375.179	382.460
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	316.352	323.927
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	58.827	58.533
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	276.115	276.115
1.02.03	Imobilizado	110.286	122.714
1.02.04	Intangível	135.789	157.721

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	2.978.281	2.737.667
2.01	Passivo Circulante	1.153.738	946.999
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.801	36.862
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	33.801	36.862
2.01.02	Fornecedores	392.840	390.327
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	392.840	390.327
2.01.03	Obrigações Fiscais	214.122	189.119
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	56.732	38.834
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.110	468
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	52.622	38.366
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	155.889	148.637
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.501	1.648
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	66.380	69.417
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	66.380	69.417
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	66.380	69.417
2.01.05	Outras Obrigações	439.565	255.373
2.01.05.02	Outros	439.565	255.373
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	31.173	30.322
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	178.698	40.980
2.01.05.02.05	Benefícios Pós-Emprego	33.714	60.863
2.01.05.02.06	Contribuição de Iluminação Pública	107.351	83.603
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	88.629	39.605
2.01.06	Provisões	7.030	5.901
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.030	5.901
2.02	Passivo Não Circulante	1.471.675	1.388.525
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	241.026	251.694
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	241.026	251.694
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	241.026	251.694
2.02.02	Outras Obrigações	862.497	813.985
2.02.02.02	Outros	862.497	813.985
2.02.02.02.03	Benefícios Pós-Emprego	326.067	294.899
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	162.664	145.955
2.02.02.02.05	Contribuição de Iluminação Pública	122.955	129.500
2.02.02.02.06	Obrigações Vinculadas a Concessão	36.315	27.840
2.02.02.02.09	Outras Obrigações	214.496	215.791
2.02.03	Tributos Diferidos	287.529	244.382
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	287.529	244.382
2.02.04	Provisões	80.623	78.464
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	80.623	78.464
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	352.868	402.143
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-236.460	-197.266
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	8.021	20.325
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	227.282	225.059

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	584.296	1.171.765	465.608	875.827
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-455.616	-969.909	-433.356	-843.868
3.02.01	Custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda	-369.002	-800.913	-323.375	-625.311
3.02.02	Custo de Operação	-81.789	-158.105	-97.071	-192.850
3.02.03	Custo do Serviços Prestado a Terceiros	-4.825	-10.891	-12.910	-25.707
3.03	Resultado Bruto	128.680	201.856	32.252	31.959
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-78.650	-144.050	-96.513	-158.835
3.04.01	Despesas com Vendas	-34.135	-63.485	-22.714	-42.828
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-39.118	-76.820	-38.184	-80.537
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	14.078	28.461	14.837	25.050
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.727	-31.811	-19.565	-37.466
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.748	-395	-30.887	-23.054
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	50.030	57.806	-64.261	-126.876
3.06	Resultado Financeiro	-7.427	-48.579	-10.530	-13.540
3.06.01	Receitas Financeiras	17.507	34.492	10.094	19.727
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.934	-83.071	-20.624	-33.267
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.603	9.227	-74.791	-140.416
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-22.469	-45.740	-2.808	-7.579
3.08.01	Corrente	-2.824	-3.928	-2.808	-7.579
3.08.02	Diferido	-19.645	-41.812	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	20.134	-36.513	-77.599	-147.995
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	20.134	-36.513	-77.599	-147.995
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	17.809	-39.351	-80.641	-155.172
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.325	2.838	3.042	7.177
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,93920	-4,28530	-8,78160	-16,89780
3.99.01.02	PNA	1,93920	-4,28530	-8,78160	-16,89780

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.99.01.03	PNB	1,93920	-4,28530	-8,78160	-16,89780
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,93920	-4,28530	-8,78160	-16,89780
3.99.02.02	PNA	1,93920	-4,28530	-8,78160	-16,89780
3.99.02.03	PNB	1,93920	-4,28530	-8,78160	-16,89780

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	20.134	-36.513	-77.599	-147.995
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.509	-12.337	-25.615	-23.524
4.02.01	Perda Atuarial com Plano de Benefício Definido	-4.509	-12.337	-25.615	-23.524
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	15.625	-48.850	-103.214	-171.519
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	13.300	-51.688	-106.256	-178.696
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.325	2.838	3.042	7.177

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	50.036	41.356
6.01.01	Recebimento de Consumidores	1.535.697	1.110.337
6.01.03	Rendimento de Aplicações Financeiras	2.495	3.542
6.01.04	Ressarcimento do Custo de Energia - Recursos da CDE	0	25.763
6.01.05	Liberação de Garantia - CCEE	24.846	767
6.01.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	14.826	1.419
6.01.07	Outros Recebimentos	3	106
6.01.08	Fornecedores - Materiais e Serviços	-98.459	-138.299
6.01.09	Fornecedores - Energia Elétrica	-789.224	-558.621
6.01.10	Contribuição de Iluminação Pública	-84.541	-34.000
6.01.11	Salários e Encargos Sociais	-137.075	-144.255
6.01.12	Pagamentos de Encargos da Dívida	-17.631	-11.086
6.01.13	Impostos e Contribuições	-336.384	-181.822
6.01.14	Encargos Setoriais	-24.025	-13.954
6.01.15	Constituição de Caução - CCEE	-19.336	-2.756
6.01.16	Outras Despesas	-21.156	-15.785
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.600	-30.438
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	-7.600	-30.436
6.02.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-15.450	-29.903
6.03.01	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	-9.170
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	20.000	46.600
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-35.057	-67.333
6.03.04	Custo de Transação	-393	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	26.986	-18.985
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	66.006	96.786
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	92.992	77.801

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084	225.059	402.143
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-197.266	20.325	177.084	225.059	402.143
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	33	33	-615	-582
5.04.08	Ganho/(Perda) na Diluição de Percentual de Participação Societária	0	0	0	0	33	33	0	33
5.04.09	Partes Beneficiárias	0	0	0	0	0	0	-615	-615
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.194	-12.337	-51.531	2.838	-48.693
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-39.351	0	-39.351	2.838	-36.513
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	157	-12.337	-12.180	0	-12.180
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	157	-12.337	-12.180	0	-12.180
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-236.460	8.021	125.586	227.282	352.868

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344	234.420	542.764
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344	234.420	542.764
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	-12.256	-12.256
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-12.256	-12.256
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-155.172	-23.439	-178.611	7.177	-171.434
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-155.172	0	-155.172	7.177	-147.995
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-23.439	-23.439	0	-23.439
5.05.02.06	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas	0	0	0	0	-23.439	-23.439	0	-23.439
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-249.351	25.059	129.733	229.341	359.074

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	1.868.414	1.191.364
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.845.860	1.121.587
7.01.02	Outras Receitas	7.725	9.521
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	43.490	73.271
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-28.661	-13.015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.037.297	-899.833
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-933.766	-781.092
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-74.895	-91.240
7.02.04	Outros	-28.636	-27.501
7.03	Valor Adicionado Bruto	831.117	291.531
7.04	Retenções	-26.078	-27.145
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.078	-27.145
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	805.039	264.386
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	34.097	-3.327
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-395	-23.054
7.06.02	Receitas Financeiras	34.492	19.727
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	839.136	261.059
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	839.136	261.059
7.08.01	Pessoal	88.211	89.565
7.08.01.01	Remuneração Direta	57.179	59.386
7.08.01.02	Benefícios	24.679	25.810
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.353	4.369
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	683.261	265.722
7.08.02.01	Federais	403.819	79.228
7.08.02.02	Estaduais	279.442	186.494
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	104.177	53.767
7.08.03.01	Juros	83.070	33.267
7.08.03.02	Aluguéis	21.107	20.500
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-36.513	-147.995
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-39.351	-155.172
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	2.838	7.177

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

2º Trimestre de 2015

1

O Relatório de Desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília – CEB e de suas controladas descritas na Nota Explicativa Nº 1 das demonstrações financeiras, em 30 de junho de 2015.

Não obstante o contexto macroeconômico que no primeiro semestre de 2015 apresentou resultado aquém do esperado, a CEB apresentou melhora substancial em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ainda em termos da economia nacional, o Brasil vem passando por um ajuste cujo objetivo não é dar início a um ciclo de expansão. As medidas em curso visam, principalmente, três objetivos básicos: estancar a inflação; conter a escalada da dívida pública; e reduzir o déficit nas contas externas.

Na área de concessão de distribuição de energia elétrica da CEB, CEB Distribuição S/A, o reflexo da situação macroeconômica pode ser observado no consumo de energia, uma vez que houve queda de 2% quando se compara o primeiro semestre de 2015 com o igual semestre do ano anterior. Essa redução só não foi maior porque nesse período, aumentou o número de consumidores em 3,8%.

Apesar desse contexto, os resultados da CEB foram positivos: a Receita Líquida cresceu 33,8%; o Custo da Energia Comprada evoluiu 20,5%; os Custos e Despesas Operacionais caíram 9,5%, reflexo da austeridade implantada pela Administração; e o EBITDA, em consequência, evoluiu de R\$ 99,7 milhões negativos no primeiro semestre de 2014, para R\$ 83,9 milhões positivos no primeiro semestre do presente exercício.

Por outro lado, em decorrência do nível de alavancagem, o Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras) foi desfavorável, passando de R\$ 13,6 milhões negativos em 2014, para R\$ 48,6 milhões também negativos em 2015.

DESEMPENHO OPERACIONAL (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)**QUANTIDADE DE CONSUMIDORES POR CLASSE**

Classe de Consumidores	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	Consumidores				
	2T15	1T15	2T14		
Residencial	872.877	864.657	838.832	1,0%	4,1%
Comercial	107.785	107.145	105.675	0,6%	2,0%
Rural	10.180	10.138	10.009	0,4%	1,7%
Poder Público	6.250	6.234	5.956	0,3%	4,9%
Industrial	1.715	1.729	1.696	(0,8%)	1,1%
Serviço Público	315	315	319		(1,3%)
Iluminação Pública	19	19	19		
(=) Consumidores Faturados	999.141	990.237	962.506	0,9%	3,8%
Consumo Próprio	49	49	50		(2,0%)
(=) Total	999.190	990.286	962.556	0,9%	3,8%

O número de consumidores apresentou crescimento de 0,9% em relação ao trimestre anterior e de 3,8% quando comparado ao 2T14, variando em torno da média de 3,6% observada nos últimos cinco anos.

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

2º Trimestre de 2015

2

CONSUMO DE CONSUMIDORES POR CLASSE

Classe de Consumidores	Trimestres						MWh		Δ Ano
	MWh			Δ Trim.	Δ Ano	MWh		Δ Ano	
	2T15	1T15	2T14			1S15	1S14		
Residencial	555.783	573.412	551.797	(3,1%)	0,7%	1.129.195	1.141.953	(1,1%)	
Comercial	507.831	514.621	502.901	(1,3%)	1,0%	1.022.452	1.016.539	0,6%	
Poder Público	150.936	152.553	157.808	(1,1%)	(4,4%)	303.489	319.092	(4,9%)	
Iluminação Pública	107.606	107.417	104.028	0,2%	3,4%	215.023	206.504	4,1%	
Serviço Público	86.120	68.557	89.590	25,6%	(3,9%)	154.677	173.857	(11,0%)	
Industrial	48.166	47.764	60.418	0,8%	(20,3%)	95.930	121.233	(20,9%)	
Rural	34.620	32.129	36.377	7,8%	(4,8%)	66.749	69.419	(3,8%)	
(=) Fornecimento Faturado	1.491.062	1.496.453	1.502.919	(0,4%)	(0,8%)	2.987.515	3.048.597	(2,0%)	
Consumo Próprio	402	426	506	(5,6%)	(20,6%)	828	976	(15,2%)	
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.491.464	1.496.879	1.503.425	(0,4%)	(0,8%)	2.988.343	3.049.573	(2,0%)	

No 2T15, o consumo em MWh apresentou uma redução de 0,8% em relação ao 2T14, apesar do crescimento do número de consumidores de 0,9% e 3,8%, em relação ao 1T15 e 2T14, respectivamente. Tal retração do consumo foi causada pelo baixo desempenho da economia, pelo reajuste tarifário extraordinário ocorrido em março e em virtude da adoção do sistema de bandeiras tarifárias estabelecido pelo Governo Federal, visando o reequilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia elétrica. No 2T15, do total de consumidores, 87% pertenciam à Classe Residencial, 11% à Classe Comercial e os demais representavam 2,0%.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Refletindo o cenário de realinhamento tarifário do setor elétrico, a ANEEL, por meio da Resolução N° 1.858/2015, homologou a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), que resultou, no segundo trimestre de 2015, no crescimento de 19,9% da Receita Operacional Bruta em relação ao 1T15 e de 63,8% em relação ao 2T14. Essa tendência deverá acentuar-se a partir do próximo trimestre, quando serão percebidos os reflexos do reajuste tarifário previsto para o dia 26 de agosto de 2015.

Receita Bruta - R\$ Mil	Trimestres						1S15		Δ Ano
	2T15	1T15	2T14	Δ Trim.	Δ Ano	1S15	1S14		
Fornecimento de Energia Elétrica	794.880	627.677	460.929	26,6%	72,5%	1.422.557	897.491	58,5%	
Energia de Curto Prazo	114.420	112.870	88.057	1,4%	29,9%	227.290	131.005	73,5%	
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros	47.337	56.141				103.478			
Receita de Construção	23.281	20.209	35.505	15,2%	(34,4%)	43.490	73.271	(40,6%)	
Aporte de Recursos CDE	15.353	11.880	4.541	29,2%	238,1%	27.233	17.293	57,5%	
Receita de Prestação de Serviços	9.830	9.413	19.053	4,4%	(48,4%)	19.243	34.920	(44,9%)	
Suprimento de Energia	7.160	7.672	8.768	(6,7%)	(18,3%)	14.832	18.024	(17,7%)	
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	9.236	5.399	4.223	71,1%	118,7%	14.635	7.952	84,0%	
Receita de Venda de Gás	1.154	1.047	1.181	10,2%	(2,3%)	2.201	2.311	(4,8%)	
Outras Receitas	7.410	6.986	6.408	6,1%	15,6%	14.396	12.591	14,3%	
Receita Operacional Bruta	1.030.061	859.294	628.665	19,9%	63,8%	1.889.355	1.194.858	58,1%	
Deduções da Receita Operacional Bruta	(445.765)	(271.825)	(163.057)	64,0%	173,4%	(717.590)	(319.031)	124,9%	
Receita Operacional Líquida	584.296	587.469	465.608	(0,5%)	25,5%	1.171.765	875.827	33,8%	

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

2º Trimestre de 2015

3

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – FATURAMENTO

Consumidores	Trimestres						Δ Trim.	Δ Ano
	MWh			R\$ mil				
	2T15	1T15	2T14	2T15	1T15	2T14		
Residencial	555.783	573.412	551.797	293.744	243.756	175.144	20,5%	67,7%
Comercial	507.831	514.621	502.901	275.018	215.696	158.132	27,5%	73,9%
Poder Público	150.936	152.553	157.808	91.209	68.984	54.595	32,2%	67,1%
Iluminação Pública	107.606	107.417	104.028	37.363	29.630	19.616	26,1%	90,5%
Serviço Público	86.120	68.557	89.590	35.841	24.129	18.913	48,5%	89,5%
Industrial	48.166	47.764	60.418	30.942	21.212	17.557	45,9%	76,2%
Rural	34.621	32.129	36.377	13.641	9.556	7.545	42,7%	80,8%
Subtotal - Fornecimento Faturado	1.491.063	1.496.453	1.502.919	777.758	612.963	451.502	26,9%	72,3%
Consumo Próprio	402	426	506					
Fornecimento Não Faturado Líquido				17.122	14.714	9.427	16,4%	81,6%
Total - Fornecimento de Energia Elétrica	1.491.465	1.496.879	1.503.425	794.880	627.677	460.929	26,6%	72,5%

O fornecimento de energia em MWh no 2T15 apresentou queda de 0,8% em relação 2T14 e de 0,4% em relação 1T15. O crescimento da receita de fornecimento de energia foi de 26,6% em relação ao 1T15 e de 72,5% em relação ao 2T14. Tal variação deve-se, basicamente, ao Reajuste Tarifário de 2014, à aplicação das Bandeiras Tarifárias a partir do 1T15 e à RTE de 2015, aliada ao crescimento do número de consumidores.

RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Receita de Prestação de Serviços apresentou aumento de R\$ 0,4 milhão (4,4%) em relação ao 1T15 e redução de R\$ 9,2 milhões (-48,4%), quando comparado ao 2T14. O decréscimo em relação ao mesmo período do ano anterior foi motivado pela diminuição do número de obras e manutenções de Iluminação Pública realizadas nos períodos comparados.

SUPRIMENTO DE ENERGIA

A Receita de Suprimento de Energia no 2T15 foi de R\$ 7,2 milhões, demonstrando estabilidade em relação ao 1T15 (R\$ 7,6 milhões). Comparando-se ao 2T14, houve uma redução de R\$ 1,6 milhão (-18,3%).

ENERGIA DE CURTO PRAZO

A Receita de Energia de Curto Prazo no 2T15 atingiu R\$ 114,4 milhões, representando um montante de R\$1,5 milhão (1,4%) superior à receita reconhecida no 1T15, e de R\$ 26,4 milhões (29,9%), em relação à obtida no 2T14. O aumento de receita no trimestre é justificado pela venda das sobras de energia no Mercado de Curto Prazo a preço de PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), verificando-se uma variação maior do que a prevista, em função da não realização do consumo esperado para o período. Outra ocorrência que refletiu no incremento da receita de Energia de Curto Prazo foi a diferença entre o valor provisionado em dezembro de 2014, cujo montante estimado foi de R\$ 25,1 milhões, e o realizado, que alcançou R\$ 57,5 milhões.

OUTRAS RECEITAS

A variação entre os trimestres apresentou-se estável, sendo que a rubrica de Arrendamento e Aluguéis foi a que apresentou maior volume de receita neste grupo.

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

2º Trimestre de 2015

4

R\$ Mil	Trimestres					1S15	1S14	Δ Ano
	2T15	1T15	2T14	Δ Trim.	Δ Ano			
Arrendamentos e Aluguéis	6.879	6.553	6.266	5,0%	9,8%	13.432	12.029	11,7%
Serviço Taxado	535	429	139	24,7%	284,9%	964	395	144,1%
Outras	(4)	4	3	(200,0%)	(233,3%)		167	(100,0%)
Total	7.410	6.986	6.408	6,1%	15,6%	14.396	12.591	14,3%

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As Deduções da Receita Operacional Bruta no 2T15 apresentaram um acréscimo de R\$ 173,9 milhões, (64,0%) na comparação com o 1T15, e de R\$ 282,7 milhões (173,4%), em relação ao 2T14. Esta variação foi influenciada pelo crescimento da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e pelo reconhecimento do valor da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE relativa a Encargos dos Consumidores, no montante de R\$ 112,6 milhões (R\$ 46,8 milhões no 1T15), conforme a Resolução Homologatória nº 1.857 da ANEEL, que estabeleceu a Quota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S/A à Eletrobrás no ano de 2015, no valor de R\$ 391,4 milhões.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida no 2T15 (R\$ 584,3 milhões) apresentou-se estável na comparação com o 1T15 (R\$ 587,5 milhões). Com relação ao 2T14 (R\$ 465,6 milhões), ocorreu um aumento de 25,5%, justificada principalmente pelo reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios no montante de R\$ 47,3 milhões no 2T15, em atendimento à orientação técnica OCPC 08 que passou a vigorar em dezembro de 2014 e pelos reajustes tarifários concedidos pela ANEEL durante o 1S15. O aumento foi praticamente absorvido pela contabilização das quotas anuais de CDE no valor de R\$ 112,6 milhões, no 2T15 conforme Resolução Homologatória nº 1.857 da ANEEL.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

R\$ Mil	Trimestres					1S15	1S14	Δ Ano
	2T15	1T15	2T14	Δ Trim.	Δ Ano			
Custo da Energia Comprada								
Energia elétrica comprada para revenda	(286.450)	(302.072)	(235.084)	(5,2%)	21,9%	(588.522)	(491.349)	19,8%
Encargos de uso da rede elétrica	(112.796)	(32.766)	(17.928)	244,2%	529,2%	(145.562)	(39.245)	270,9%
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	30.244	(97.073)	(81.186)	(131,2%)	(137,3%)	(66.829)	(134.064)	(50,2%)
Ressarcimento de Recursos da CDE			5.290				5.290	
Repasse de Recursos da CONTA - ACR			5.533				20.913	
Subtotal	(369.002)	(431.911)	(323.375)	(14,6%)	14,1%	(800.913)	(638.455)	25,4%
Demais Custos e Despesas Operacionais								
Pessoal e Administradores	(48.365)	(50.201)	(50.608)	(3,7%)	(4,4%)	(98.566)	(99.841)	(1,3%)
Serviço de Terceiros	(37.681)	(34.747)	(44.634)	8,4%	(15,6%)	(72.428)	(85.544)	(15,3%)
Custo de Construção - concessão	(23.281)	(20.209)	(35.505)	15,2%	(34,4%)	(43.490)	(73.271)	(40,6%)
Estimativa/Reversão para Crédito de Liquidação Duvidosas	(16.525)	(12.136)	(6.494)	36,2%	154,5%	(28.661)	(13.015)	120,2%
Depreciação/Amortização	(12.917)	(13.161)	(13.607)	(1,9%)	(5,1%)	(26.078)	(27.144)	(3,9%)
Arrendamento	(10.462)	(10.463)	(10.032)	(0,0%)	4,3%	(20.925)	(20.065)	4,3%
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	(1.644)	(1.599)	(1.467)	2,8%	12,1%	(3.243)	(3.647)	(11,1%)
Material	(1.361)	(1.044)	(1.058)	30,4%	28,6%	(2.405)	(4.355)	(44,8%)
Gás Comprado para Revenda	(1.629)	(757)	(854)	115,2%	90,7%	(2.386)	(1.672)	42,7%
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(812)	(789)	(636)	2,9%	27,7%	(1.601)	(1.263)	26,8%
Outras Despesas	(5.190)	(4.328)	(5.984)	19,9%	(13,3%)	(9.518)	(12.105)	(21,4%)
Subtotal	(159.867)	(149.434)	(170.879)	7,0%	(6,4%)	(309.301)	(341.922)	(9,5%)
Total	(528.869)	(581.345)	(494.254)	(9,0%)	7,0%	(1.110.214)	(980.377)	13,2%

Comentário de Desempenho

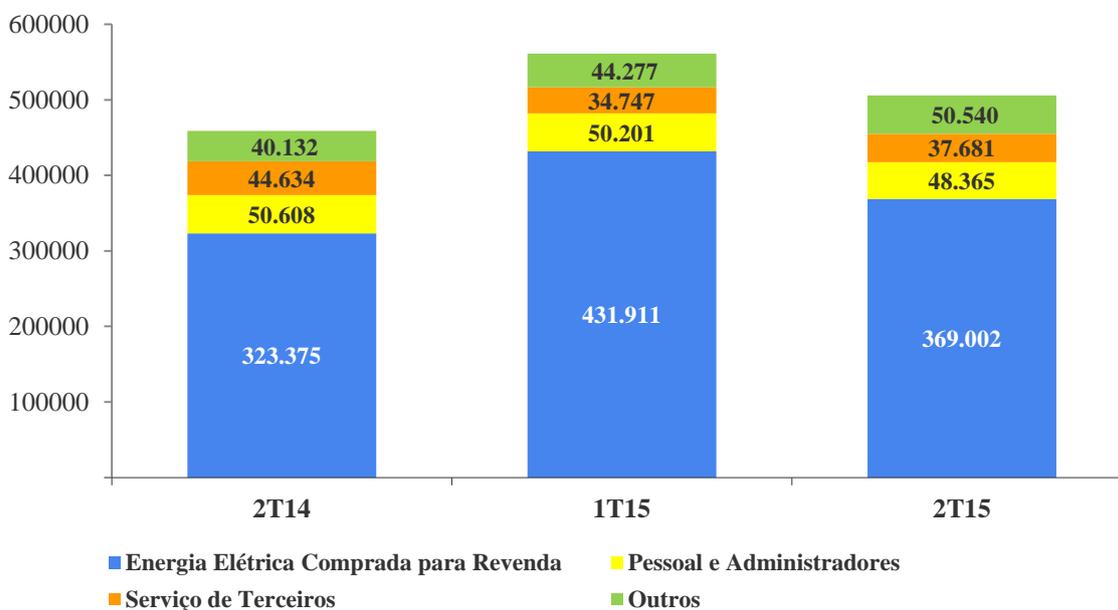


Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

2º Trimestre de 2015

5

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EXCLUI CUSTO DE CONSTRUÇÃO)
- R\$ MIL -

Os Custos e Despesas Operacionais Consolidados totalizaram R\$ 528,9 milhões no 2T15, um decréscimo de R\$ 52,5 milhões (-9,0%), em relação aos R\$ 581,3 milhões no 1T15. Com relação ao 2T14, houve um aumento de R\$ 34,6 milhões (7,0%), justificado, principalmente, pelo aumento de R\$ 45,6 milhões (14,1%) do Custo da Energia Comprada. No final do 1S15, os Custos e Despesas Operacionais Consolidados atingiram R\$ 1.110,2 milhões (R\$ 1.006,6 milhões no 1S14), deste total, 72,1% refere-se a Custo da Energia Compra (66,0% no 1S14).

As principais ocorrências no período referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

- ✓ **Custo da Energia Elétrica Comprada Para Revenda:** o custo da energia comprada para revenda no 2T15 totalizou R\$ 369,0 milhões, uma redução de R\$ 62,9 milhões (14,6%) na comparação com o 1T15. Em relação ao 2T14, o aumento foi de R\$ 45,6 milhões (14,1%). A justificativa para este incremento está relacionada aos seguintes eventos ocorridos nos períodos comparados:
 - reajustes dos contratos de compra de energia;
 - entradas de novos contratos de leilões (10º, 11º e 12º Leilão de Energia Nova – LEN e 13º Leilão de Energia Existente – LEE) e da Usina Hidrelétrica de Belo Monte;
 - elevação do dólar, implicando no aumento dos custos de energia comprada de ITAIPU;
 - aumento do montante de cotas de garantias físicas; e
 - acréscimo do custo das termelétricas.
- ✓ **Pessoal e Administradores:** no 2T15 houve uma redução de R\$ 2,2 milhões (-4,4%) em relação ao 2T14, motivado pelos seguintes eventos:

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

2º Trimestre de 2015

6

- ocorrências de aposentadorias de 30 empregados gerando custo de R\$ 5,1 milhões na folha de pagamento em função de indenizações e rescisões; e
- diminuições das quantidades de Funções Gratificadas (-49%) e de Empregos em Comissão (-58%), em função do processo de racionalização de custos e despesas operacionais implantadas no 1T15;

Esta redução foi impactada fato de que no 4T14 ocorreu o reajuste salarial em decorrência do acordo coletivo da categoria que reajustou os salários pela variação do INPC + 1,25% de ganho real (7,59%).

Com relação ao 1T15, os custos e despesas com Pessoal e Administradores apresentaram uma redução de 3,7% (R\$ 1,8 milhão). No final do 1S15, estes custos e despesas totalizaram R\$ 98,6 milhões, uma redução de 1.3% na comparação com o mesmo período do ano anterior (R\$ 99,8 milhões).

- ✓ **Serviços de Terceiros:** ocorreu um aumento de 8,4% em relação ao 1T15; e uma redução de 15,6% na comparação com o 2T14, reflexo das medidas adotadas pela Administração para racionalização dos custos e despesas operacionais.. As principais variações ocorreram nas seguintes rubricas:

Rubricas	Trimestres			Variações			
	R\$ mil			2T15 / 1T15		2T15 / 2T14	
	2T15	1T15	2T14	R\$ mil	%	R\$mil	%
Serviços de Terceiros (Inclui Serv. de Manutenção. IP)	5.390	5.214	11.983	176	3,4	(6.594)	(55,0)
Serviços de Arrecadação de Faturas	2.384	1.630	1.409	754	46,3	975	69,2
Levantamento de Físico de Ativos	1.600	354	2.672	1.246	351,5	(1.072)	(40,1)
Leitura de Medidores, Entrega de Faturas	4.535	4.390	4.016	145	3,3	519	12,9
Serviços Comerciais	3.119	2.404	2.457	715	29,7	662	26,9
Consultoria	669	422	234	247	58,5	435	185,3
Emprego em Comissão	1.596	2.195	3.233	(599)	(27,3)	(1.637)	(50,6)
Vigilantes	1.771	2.246	1.937	(475)	(21,2)	(167)	(8,6)
Total	19.293	16.610	26.006	2.683	16,2	(6.713)	(25,8)

- ✓ **Custo de Construção – Concessão:** apresentou-se um aumento de 15,2% em relação ao 1T15. Já com relação ao 2T14, houve uma redução de 34,4%, que reflete a diminuição de investimentos da controlada CEB Distribuição S/A. Tal comportamento não impacta o resultado, devido à Receita de Construção ser reconhecida no mesmo valor do Custo de Construção.
- ✓ **Estimativa para Crédito de Liquidação Duvidosa/Perdas:** no 2T15 a Estimativa de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa apresentou um acréscimo de R\$ 4,4 milhões (36,2%) em relação ao 1T15, devido ao reconhecimento de estimativas de perdas com o Governo do Distrito Federal. Na comparação com o 2T14, a provisão apresentou um aumento de R\$ 10,0 milhões (154,5%).
- ✓ **Arrendamento:** no 2T15 houve um aumento de R\$ 0,4 milhão, 4,3% superior na comparação com o 2T14, devido à revisão anual do contrato firmado entre a Investco S/A e a Controlada CEB Lajeado S/A, que foi atualizado pelo INPC.

OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

No 2T15, a conta Outras Receitas Operacionais Líquida foi negativa no total de R\$ 2,6 milhões. Na comparação com o 1T15, houve um acréscimo de R\$ 1,9 milhão. Os itens que mais contribuíram para o resultado negativo foram: a redução da constituição de provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios, que considerando as reversões, totalizou

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

2º Trimestre de 2015

7

um montante líquido de R\$ 2,0 milhões (2,1 milhões no 1T15); e a redução de 42,7% (R\$ 2,1 milhões) da recuperação de créditos baixados por perdas em relação ao trimestre anterior.

	Trimestres					1S15	1S14	Δ Ano
	2T15	1T15	2T14	Δ Trim.	Δ Ano			
Outras Receitas Operacionais								
Outras Receitas Operacionais								
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego	7.412	8.104	7.099	(8,5%)	4,4%	15.516	14.927	3,9%
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	2.851	4.973	2.791	(42,7%)	2,1%	7.824	5.169	51,4%
Dividendos Prescritos	-		4.372				4.372	
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros	461		570			461	570	(19,1%)
Reversão de Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	1.687	1.342	-	25,7%		3.029	18	
Ganho na Baixa de Bens	(51)	(48)	(9)	6,3%	466,7%	(99)	(20)	395,0%
Outras Receitas	1.718	12	14			1.730	14	
Total	14.078	14.383	14.837	(2,1%)	(5,1%)	28.461	25.050	13,6%
Outras Despesas Operacionais								
Provisão de Benefícios Pós Emprego	(9.868)	(8.859)	(10.346)	11,4%	(4,6%)	(18.727)	(20.160)	(7,1%)
Compensação de descontinuidade de energia	(2.314)	(3.710)	(3.859)	(37,6%)	(40,0%)	(6.024)	(10.071)	(40,2%)
Provisão para Perdas - Depósitos Judiciais	(50)		(2.862)			(50)	(2.862)	
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(4.220)	(2.160)	(2.213)	95,4%	90,7%	(6.380)	(3.747)	70,3%
Multas ANEEL	(228)	(252)	(265)	(9,5%)	(14,0%)	(480)	(512)	(6,3%)
Outras Despesas	(47)	(103)	(20)	(54,4%)	135,0%	(150)	(114)	31,6%
Total	(16.727)	(15.084)	(19.565)	10,9%	(14,5%)	(31.811)	(37.466)	(15,1%)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(2.649)	(701)	(4.728)			(3.350)	(12.416)	

RESULTADO FINANCEIRO

No 2T15, o resultado financeiro foi negativo, no montante de R\$ 7,4 milhões (R\$ 41,1 milhões negativo no 1T15). Na comparação com o 2T14 (R\$ 10,5 milhões), ocorreu uma redução de R\$ 3,1 milhões.

	Trimestres					1S15	1S14	Δ Ano
	2T15	1T15	2T14	Δ Trim.	Δ Ano			
Receitas Financeiras								
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	5.214	3.740	3.165	39,4%	64,7%	8.954	5.949	50,5%
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios	6.896	8.810		(21,7%)		15.706		
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	2.862	2.922	2.380	(2,1%)	20,3%	5.784	5.054	14,4%
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			1.418				1.418	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.615	1.015	2.166	59,1%	(25,4%)	2.630	4.098	(35,8%)
Multas e Penalidades Aplicadas	64	189	72	(66,1%)	(11,1%)	253	1.390	(81,8%)
Outras Receitas Financeiras	856	309	893	177,0%	(4,1%)	1.165	1.818	(35,9%)
Total	17.507	16.985	10.094	3,1%	73,4%	34.492	19.727	74,8%
Despesas Financeiras								
Encargos de Dívidas	(9.010)	(10.367)	(5.672)	(13,1%)	58,9%	(19.377)	(10.706)	81,0%
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(20.039)	(22.754)	(13.017)	(11,9%)	53,9%	(42.793)	(19.101)	124,0%
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios	(140)	(589)		(76,2%)		(729)		
Atualização de Benefício pós-emprego	(420)	(698)	(980)	(39,8%)	(57,1%)	(1.118)	(2.021)	(44,7%)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica	4.354	(21.757)		120,0%		(17.403)		
Outras Despesas Financeiras	321	(1.972)	(955)	(116,3%)	(133,6%)	(1.651)	(1.439)	14,7%
Total	(24.934)	(58.137)	(20.624)	(57,1%)	20,9%	(83.071)	(33.267)	149,7%
Resultado Financeiro	(7.427)	(41.152)	(10.530)			(48.579)	(13.540)	

Os principais eventos que causaram esta variação negativa nos períodos comparados foram os seguintes:

- ✓ **Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos:** as variações de -11,9% e 53,9% na comparação com o 1T15 e 2T14, respectivamente, em relação ao 2T15, foram reflexos do reconhecimento da Atualização Monetária sobre:

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

2º Trimestre de 2015

8

- parcelamento da CIP no valor de R\$ 6,0 milhões; e
- contrato de dívida da CEB Distribuição S/A com a FACEB, que é atualizado pela variação do INPC, gerando uma atualização no período de R\$ 1,3 milhão;
- ✓ **Varição Cambial Sobre Faturas de Energia Elétrica:** no 2T15, a variação cambial reconhecida sobre as faturas de compra de energia elétrica junto a ITAIPU foi de R\$ 4,3 milhões positiva (R\$ 21,7 milhões negativa no 1T15), registrando uma variação de 120,0%, justificada pela variação do dólar no período (US\$ 3,2601, em 31/03/2015 – US\$ 3,1390, em 30/06/2015). No acumulado do 1S15, a variação cambial apresentou saldo negativo de R\$ 17,4 milhões.
- ✓ **Encargos da Dívida:** o aumento dos encargos ocorreu em função de novas captações e renegociações de empréstimos e financiamentos no 4T14, ocorridas na CEB Distribuição S/A.

EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo o Resultado da Venda de Bens, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado), não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda, que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No 2T15, o EBITDA Ajustado foi positivo, no montante de R\$ 62,9 milhões (R\$ 20,9 milhões no 1T15), ocorrendo um aumento de 200,2% na comparação com o 1T15. A Margem EBITDA Ajustada no 2T15 foi de 10,8%, enquanto no 1T15 foi de 3,6%, e -10,9% no 2T14. O aumento em relação ao 2T14 deveu-se, principalmente, ao reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios, conforme a orientação técnica OCPC 08 emitida pelo CPC e regulamentada pela CVM. Estes Ativos e Passivos Regulatórios geraram uma receita de R\$ 47,3 milhões no 2T15 (R\$ 56,1 milhões no 1T15). No acumulado do 1S15, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 83,9 milhões (R\$ 99,7 milhões negativa no 1S14).

R\$ mil	Trimestres						
	2T15	1T15	2T14	Δ Trim.	Δ Ano	1S15	1S14
Lucro Líquido / (Prejuízo) Consolidado do Período	20.134	(56.647)	(77.599)	(135,5%)	(125,9%)	(36.513)	(147.995)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	22.469	23.271	2.808	(3,4%)	700,2%	45.740	7.579
(+) Resultado Financeiro	7.427	41.152	10.530	(82,0%)	(29,5%)	48.579	13.540
(+) Depreciação /Amortização	12.917	13.161	13.607	(1,9%)	(5,1%)	26.078	27.144
EBITDA	62.947	20.937	(50.654)	200,6%	(224,3%)	83.884	(99.732)
Itens não Recorrentes:							
(+) Ganho na Venda de Bens	51	48	9	6,3%	466,7%	99	20
EBITDA Ajustado	62.998	20.985	(50.645)	200,2%	(224,4%)	83.983	(99.712)
Margem EBITDA %	10,77	3,56	(10,88)	202,3%	(199,0%)	14,36	(21,42)
Margem EBITDA Ajustado %	10,78	3,57	(10,88)	201,8%	(199,1%)	14,37	(21,42)

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

2º Trimestre de 2015

9

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

R\$ mil	Trimestres					1S15	1S14
	2T15	1T15	2T14	Δ Trim.	Δ Ano		
EBITDA	62.947	20.937	(50.654)	200,6%	(224,3%)	83.884	(99.732)
CAPEX	(13.707)	(8.031)	(9.595)	70,7%	42,9%	(21.738)	(45.878)
Fluxo de Caixa Operacional	49.240	12.906	(60.249)	281,5%	(181,7%)	62.146	(145.610)

LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) CONSOLIDADO DO PERÍODO

O Lucro Líquido Consolidado no 2T15 foi de R\$ 20,1 milhões, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi de R\$ 17,8 milhões (R\$ 57,1 milhões de Prejuízo no 1T15), representando um acréscimo de 131,2%. Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um Lucro de R\$ 2,3 milhões.

	Trimestres					1S15	1S14
	2T15	1T15	2T14	Δ Trim.	Δ Ano		
Lucro Líquido / (Prejuízo) Consolidado do Período	20.134	(56.647)	(77.599)	135,5%	125,9%	(36.513)	(147.995)
Margem Líquida	3,45%	(9,64%)	(16,67%)	135,7%	120,7%	(3,12%)	(16,90%)
Lucro / Prejuízo Atribuído aos Controladores	17.809	(57.160)	(80.641)	131,2%	122,1%	(39.351)	(155.172)
Lucro / Prejuízo por Ação (R\$)	1,932	(6,2242)	(8,7811)	131,2%	122,1%	(4,2853)	(16,8978)

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

A Dívida Bruta Consolidada apresentou uma redução de R\$ 13,7 milhões, (-4,27%) superior em relação a dezembro de 2014. Em comparação com junho de 2014, o aumento foi de 66,7 milhões (27,76%). A Dívida Líquida em junho de 2015, em quantidade de EBITDA, correspondeu a 0,8 EBITDA (3,6 EBITDA em dezembro de 2014). Com relação a junho de 2014 o EBITDA anualizado foi negativo no montante de R\$ 71,9 milhões.

	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	Δ Dez/14	Δ Jun/14
Curto Prazo	66.380	69.417	128.912	14,40%	(38,40%)
Longo Prazo	241.026	251.694	111.703	(9,42%)	104,11%
Dívida Total	307.406	321.111	240.615	(4,27%)	27,76%
(-) Caixa Disponível (R\$ mil)	92.992	66.006	77.801	40,88%	19,53%
= Dívida Líquida (R\$ mil)	214.414	255.105	162.814	(15,95%)	31,69%
Dívida Líquida / EBITDA	0,8	3,6		(76,67%)	

EBITDA Anualizado: representa o EBITDA do mês corrente, somada com o EBITDA mensal dos onze meses anteriores.

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Moeda Nacional	66.380	34.558	61.182	51.278	41.906	52.102	307.406

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

2º Trimestre de 2015

10

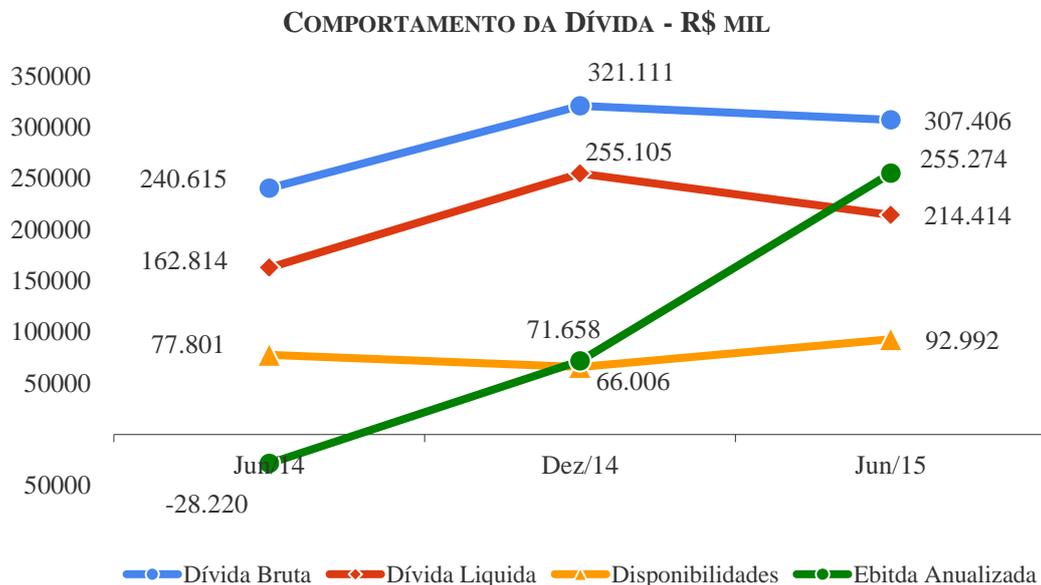
MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

R\$ mil	30/06/2015
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2014	321.111
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	20.000
Encargos Incorridos no Período	19.376
Custo de Transação	(393)
Encargos Financeiros Pagos	(17.631)
Amortizações de principal	(35.057)
Saldo em 30 de junho de 2015	307.406

ALAVANCAGEM FINANCEIRA LÍQUIDA

R\$ mil	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Empréstimos e Financiamentos	307.406	321.111	240.615
Caixa e Equivalentes de Caixa	(92.992)	(66.006)	(77.801)
Dívida líquida	214.414	255.105	162.814
Patrimônio Líquido	125.586	177.084	129.733
Total do Capital	340.000	432.189	292.547
Índice de Alavancagem Financeira Líquida - %	63,1%	59,0%	55,7%

(Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido))



Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

2º Trimestre de 2015

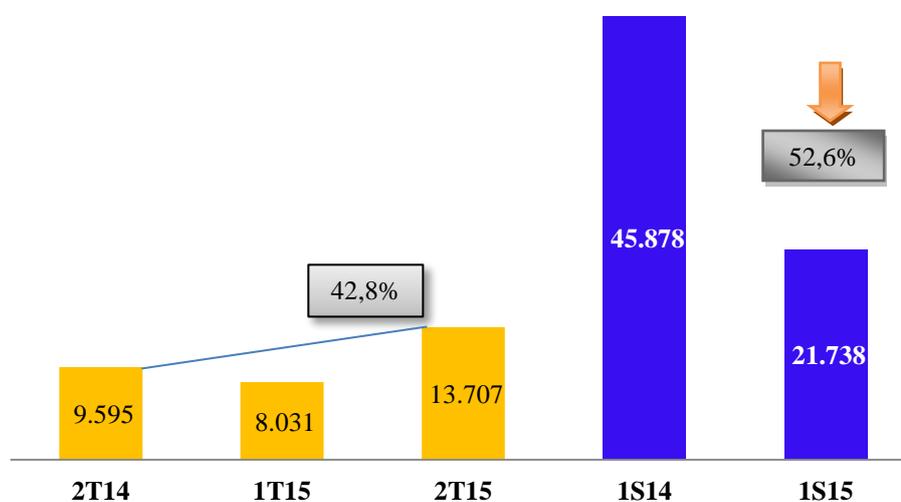
11

CAPEX (SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO)

Trimestres

R\$ mil	2T15	1T15	2T14	Δ Trim.	Δ Ano	1S15	1S14	Δ Ano
CAPEX	13.707	8.031	9.595	70,66%	42,85%	21.738	45.878	(52,62%)

COMPORTAMENTO DO CAPEX – R\$ MIL



No 2T15, os investimentos totalizaram R\$ 13,7 milhões, apresentando um incremento de R\$ 5,7 milhões (70,6%) em relação ao 1T15 (R\$ 9,5 milhões). Quando comparado com o 2T14, o CAPEX também superior no montante de R\$ 4,1 milhões (42,8%). No 1S15, o CAPEX atingiu um total R\$ 21,7 milhões (R\$ 45,8 milhões no 1S14), esta redução ocorreu em função do fato de que naquele semestre, os investimentos relacionados com a Copa 2014 ainda estavam em andamento.

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

2º Trimestre de 2015

12

R\$ mil	2T15	1T15	2T14	1S15	1S14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.030.061	859.294	628.665	1.889.355	1.194.858
Fornecimento de Energia Elétrica	794.880	627.677	460.929	1.422.557	897.491
Receita de Construção	23.281	20.209	35.505	43.490	73.271
Energia de Curto Prazo	114.420	112.870	88.057	227.290	131.005
Recursos de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	47.337	56.141		103.478	
Receita de Prestação de Serviços	9.830	9.413	19.053	19.243	34.920
Aporte de Recursos CDE	15.353	11.880	4.541	27.233	17.293
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	9.236	5.399	4.223	14.635	7.952
Suprimento de Energia	7.160	7.672	8.768	14.832	18.024
Receita de Venda de Gás	1.154	1.047	1.181	2.201	2.311
Outras Receitas	7.410	6.986	6.408	14.396	12.591
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(445.765)	(271.825)	(163.057)	(717.590)	(319.031)
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(254.250)	(203.002)	(150.241)	(457.252)	(296.421)
Encargos do Consumidor	(191.515)	(68.818)	(12.816)	(260.333)	(22.610)
Descontos Incondicionais		(5)		(5)	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	584.296	587.469	465.608	1.171.765	875.827
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(521.349)	(566.532)	(516.262)	(1.087.881)	(975.559)
Custo da Energia Comprada	(369.002)	(431.911)	(323.375)	(800.913)	(638.455)
Energia elétrica comprada para revenda	(286.450)	(302.072)	(235.084)	(588.522)	(491.349)
Encargos de uso da rede elétrica	(112.796)	(32.766)	(17.928)	(145.562)	(39.245)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	30.244	(97.073)	(81.186)	(66.829)	(134.064)
Ressarcimento de Recursos da CDE			5.290		5.290
Repasse de Recursos da CONTA - ACR			5.533		20.913
Demais Custos/Despesas Operacionais, Líquidas	(152.347)	(134.621)	(192.887)	(286.968)	(337.104)
Pessoal e Administradores	(48.365)	(50.201)	(50.608)	(98.566)	(99.841)
Custo de Construção	(23.281)	(20.209)	(35.505)	(43.490)	(73.271)
Serviços de Terceiros	(37.681)	(34.747)	(44.634)	(72.428)	(85.544)
Arrendamento	(10.462)	(10.463)	(10.032)	(20.925)	(20.065)
Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa	(16.525)	(12.136)	(6.494)	(28.661)	(13.015)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Tributários e Regulatórios	(2.533)	(818)	(2.213)	(3.351)	(3.729)
Gás Comprado para Revenda	(1.629)	(757)	(854)	(2.386)	(1.672)
Material	(1.361)	(1.044)	(1.058)	(2.405)	(4.355)
Equivalência Patrimonial	(2.748)	2.353	(30.887)	(395)	(23.054)
Outras Despesas Operacionais	(20.153)	(19.640)	(25.439)	(39.793)	(50.734)
Outras Receitas Operacionais	12.391	13.041	14.837	25.432	38.176
EBITDA	62.947	20.937	(50.654)	83.884	(99.732)
<i>Margem EBITDA</i>	<i>10,77%</i>	<i>3,56%</i>	<i>-10,88%</i>	<i>7,16%</i>	<i>-11,39%</i>
Depreciação e Amortização	(12.917)	(13.161)	(13.607)	(26.078)	(27.144)
EBIT	50.030	7.776	(64.261)	57.806	(126.876)
Resultado Financeiro	(7.427)	(41.152)	(10.530)	(48.579)	(13.540)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	42.603	(33.376)	(74.791)	9.227	(140.416)
DEDUÇÕES	(22.469)	(23.271)	(2.808)	(45.740)	(7.579)
IRPJ/CSLL	(22.469)	(23.271)	(2.808)	(45.740)	(7.579)
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) CONSOLIDADO DO PERÍODO	20.134	(56.647)	(77.599)	(36.513)	(147.995)
<i>Margem Líquida</i>	<i>3,45%</i>	<i>-9,64%</i>	<i>-16,67%</i>	<i>-3,12%</i>	<i>-16,90%</i>
Atribuível aos Acionistas Controladores	17.809	(57.160)	(80.641)	(39.351)	(155.172)
Atribuível aos Acionistas não Controladores	2.325	513	3.042	2.838	7.177
Quantidade de Ações em Mil	9.183	9.183	9.183	9.185	9.186
Lucro/(Prejuízo) Atribuído aos Acionistas Controladores por Ação (R\$)	1,93934	(6,22455)	(8,78155)	(4,28427)	(16,89223)

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

2º Trimestre de 2015

13

Balanco Patrimonial - R\$ mil	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Total Ativo	2.978.281	2.737.667	2.455.321
Circulante	1.155.281	772.958	554.233
Caixa e Equivalentes de Caixa	92.992	66.006	77.801
Contas a Receber	510.592	441.174	338.161
Aplicações Financeiras			295
Estoques	14.753	19.327	25.648
Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.587	8.028	7.570
Tributos e Contribuições Compensáveis	11.917	12.611	16.667
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	404.530	138.837	
Demais Créditos	117.910	86.975	88.091
Não Circulante	1.823.000	1.964.709	1.901.088
Contas a Receber	15.128	7.733	49.383
Depósitos e Bloqueios Judiciais	6.569	5.857	4.957
Tributos e Contribuições Compensáveis	31.340	30.156	38.095
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros		138.738	
Ativo Financeiro Indenizável	870.819	841.273	753.887
Demais Créditos	1.775	1.941	1.820
Investimentos	651.294	658.576	656.285
Imobilizado	110.286	122.714	131.162
Intangível	135.789	157.721	265.499
Total Passivo	2.978.281	2.737.667	2.455.321
Circulante	1.153.738	946.999	1.097.082
Fornecedores	392.840	390.327	432.237
Obrigações Tributárias	214.122	189.119	163.664
Contribuição de Iluminação Pública	107.351	83.603	175.753
Encargos Regulatórios	178.698	40.980	32.347
Empréstimos e Financiamentos	66.380	69.417	128.912
Obrigações Societárias	31.173	30.322	30.948
Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.801	36.862	35.528
Benefícios Pós Emprego	33.714	60.863	66.366
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios	7.030	5.901	5.450
Demais Obrigações	88.629	39.605	25.877
Não Circulante	1.471.675	1.388.525	999.165
Fornecedores			12.952
Obrigações Tributárias	287.529	244.382	145.839
Contribuição de Iluminação Pública	122.955	129.500	
Empréstimos e Financiamentos	241.026	251.694	111.703
Benefícios Pós Emprego	326.067	294.899	301.634
Encargos Regulatórios	162.664	145.955	139.903
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios	80.623	78.464	70.082
Obrigações Vinculadas a Concessão	36.315	27.840	
Demais Obrigações	214.496	215.791	217.052
Patrimônio Líquido	352.868	402.143	359.074
Atribuído aos acionistas controladores	125.586	177.084	129.733
Capital Social	342.056	342.056	342.056
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969	11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	8.021	20.325	25.059
Prejuízos Acumulados	(236.460)	(197.266)	(249.351)
Atribuído aos acionistas não controladores	227.282	225.059	229.341

ANEXO III – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Comentário de Desempenho**Comentário de Desempenho****Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB****2º Trimestre de 2015**

14

R\$ mil	2T15	1T15	2T14	1S15	1S14
Atividades:					
Operacionais	39.407	10.629	8.322	50.036	41.356
Investimento	(3.602)	(3.998)	(8.921)	(7.600)	(30.438)
Financiamento	(18.373)	2.923	(12.874)	(15.450)	(29.903)
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	17.432	9.554	(13.473)	26.986	(18.985)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período	75.560	66.006	91.274	66.006	96.786
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período	92.992	75.560	77.801	92.992	77.801
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	17.432	9.554	(13.473)	26.986	(18.985)

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A. – CEB

2º Trimestre de 2015

15

Consumidores	1S15	1S14	1S15	1S14	1S15	1S14
	Consumidores		MWh		Valor	
Consumidores						
Residencial	872.877	838.832	1.129.195	1.141.975	537.500	361.854
Industrial	1.715	1.696	95.930	121.233	52.154	38.955
Comercial	107.785	105.675	1.022.452	1.016.539	490.714	317.469
Rural	10.180	10.009	66.749	69.420	23.197	14.489
Poder Público	6.250	5.956	303.489	319.093	160.193	108.698
Iluminação Pública	19	19	215.023	206.504	66.993	34.646
Serviço Público	315	319	154.677	173.859	59.970	37.142
(=) Fornecimento faturado	999.141	962.506	2.987.515	3.048.624	1.390.721	913.253
Consumo Próprio	49	50	828	976		
Fornecimento Não Faturado Líquido					31.836	(15.763)
Encargo de Capacidade Emergencial					1	2
Efeito Líquido - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					111.954	
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos					(8.476)	
Aportes Recursos CDE					27.233	17.293
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	999.190	962.556	2.988.344	3.049.600	1.553.269	914.785
Energia Elétrica de Curto Prazo					224.733	127.298
Disponibilização do Sistema de Distribuição					15.044	8.338
Receita de Construção					43.490	73.271
Receita da Prestação de Serviços					301	965
Arrendamentos e Aluguéis					13.432	12.032
Outras receitas e Rendas					966	562
Total da receita operacional					1.851.235	1.137.251
Deduções da Receita					(707.393)	(307.235)
Impostos					(278.350)	(184.936)
ICMS					(277.758)	(184.316)
ISS					(592)	(620)
Contribuições					(169.496)	(100.529)
PIS/PASEP					(30.231)	(17.932)
COFINS					(139.265)	(82.597)
Encargos do Consumidor					(259.547)	(21.770)
Encargo de Capacidade Emergencial					(1)	(2)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(5.598)	(3.940)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(159.431)	(13.888)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(5.598)	(3.940)
Outros Encargos					(88.919)	
Receita Operacional Líquida					1.143.842	830.016

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, no endereço SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6, para as ações ordinárias e preferenciais.

A CEB, de acordo com seu estatuto, pode participar de outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, bem como da exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

1.2 Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Investidas	Atividade	30/06/2015	31/12/2014
Participações diretas			
Em Controladas			
CEB D	Distribuição	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geração	100%	100%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	17%	17%
Em Controlada em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	47,57%	47,57%
Participações indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

a) Controladas

- **CEB D** – A CEB Distribuição S.A. (“CEB D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, reorganizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CEB D é uma concessionária do serviço público de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

(i) Informações sobre a concessão de distribuição de energia elétrica da CEB D

A CEB D é detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, em 26 de agosto de 1999, com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato de concessão, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

As principais obrigações da CEB D, previstas no contrato de concessão, consistem em:

- i) Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, pelas tarifas homologadas pelo poder concedente, nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação.
- ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade, a qualidade e a eficiência dos serviços.
- iii) Manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar pela sua integridade. A venda, cessão ou doação em garantia hipotecária dos bens imóveis ou de partes essenciais das instalações depende de prévia e expressa autorização do poder concedente.
- iv) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo ao poder concedente, aos usuários e a terceiros, pelas eventuais consequências danosas da exploração dos serviços.
- v) Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidos pelo poder concedente.
- vi) Permitir aos encarregados da fiscalização do poder concedente, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus registros contábeis.
- vii) Prestar contas ao poder concedente e aos usuários, segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, da gestão dos serviços concedidos.
- viii) Manter as reservas de água e de energia elétrica necessárias ao atendimento dos serviços de utilidade pública.
- ix) Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

x) Realizar programas de treinamento, de modo a assegurar, permanentemente, a melhoria da qualidade e mais eficiência na prestação dos serviços concedidos.

xi) Participar do planejamento setorial e da elaboração dos planos de expansão do Sistema Elétrico Nacional, implementando e fazendo cumprir, em sua área de concessão, as recomendações técnicas e administrativas deles decorrentes.

xii) Aderir ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição.

xiii) Integrar o Grupo Coordenador para Operação Interligada - GCOI, operando suas instalações de acordo com as regras vigentes, devendo a concessionária acatar e aplicar quaisquer novas resoluções, recomendações e instruções emitidas pelo GCOI.

xiv) Respeitar, nos termos da legislação em vigor, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante de seus aproveitamentos hidrelétricos, devendo considerar, nas regras operativas, a alocação de volume de espera nos reservatórios de suas usinas, de modo a minimizar os efeitos adversos das cheias.

xv) Efetuar, quando determinado pelo poder concedente, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e às interligações que forem necessárias. Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente que é representado pela ANEEL. Os valores das tarifas são reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada quatro anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A data da última revisão tarifária da CEB D foi no dia 26 de agosto de 2012. Neste processo, a ANEEL procedeu ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da CEB D, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A CEB D também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da CEB D.

Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da CEB D sem anuência prévia do poder concedente. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

(ii) **Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB D**

Os planos da Administração para o aprimoramento das atividades da CEB D consistem na busca da eficiência operacional e financeira para garantir, tanto a renovação da Concessão do Serviço Público de Distribuição de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Energia Elétrica no DF, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, quanto à eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

A Administração vem desenvolvendo ações especiais, com o objetivo precípuo de reduzir custos e despesas, tornando a concessionária mais eficiente e eficaz na prestação dos serviços.

Dentre as medidas em curso e de grande repercussão econômica e financeira destacam-se:

- a) revisão dos Planos de Saúde existentes tornando-os contributivos, por parte dos seus assistidos, e mais compatível com o que se pratica no mercado;
- b) alienação de imóveis inservíveis à Concessão.

Ainda nesse contexto, a administração está concluindo processo de negociação no âmbito administrativo com o Poder Executivo para realizar dívidas de consumo de energia elétrica dos órgãos do Governo do Distrito Federal – GDF.

(iii) Medida Provisória nº 579 e Decreto Lei nº 7.805

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória nº 579/2012 assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a redução nos custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Para as concessões de Distribuição haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão e/ou seus termos aditivos. Adicionalmente, a referida Lei elimina os encargos setoriais CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), e reduz o encargo CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%.

Em 24 de janeiro de 2013, conforme disposto na Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 em 11 de janeiro de 2013, a ANEEL efetuou o cálculo da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE para a CEB D, por meio da Resolução Homologatória Nº 1.446, de 24 de janeiro de 2013 que homologou as novas tarifas de energia para a Companhia, apurando uma redução média de 18,11% para os consumidores residenciais de baixa tensão. Para as demais classes de consumidores, os efeitos variaram entre 15% e 22%. A redução média da receita regulatória, considerada para o cálculo da RTE ocorrida em 2013 foi de 17,38%.

Para a Companhia a concessão poderá ser prorrogada, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento aos critérios de racionalidade operacional e econômica.

A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão e/ou nos termos aditivos.

(iv) Reajuste tarifário anual

O reajuste tarifário anual visa repassar à tarifa os impactos produzidos pelos custos não gerenciáveis da concessão (compra de energia, os encargos setoriais e os custos de transmissão), como também atualizar monetariamente os custos gerenciáveis da distribuidora (custos operacionais, remuneração pelos investimentos

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

realizados e quota de depreciação) deduzido do fator X (compartilhamento com os consumidores dos ganhos de produtividade).

Inicialmente, de acordo com a Nota Técnica nº 267/2014-SRE/ANEEL, de 13/8/2014, o componente financeiro fora calculado em 9,70%. Não obstante, a pedido da Concessionária, houve o diferimento parcial de 9% deste (o equivalente a R\$ 136.250, a preços de agosto de 2014, a ser objeto de devolução nos próximos processos tarifários, atualizado pela variação do IGP-M).

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 1779, de 19 de agosto de 2014, estabeleceu o reajuste tarifário 2014 da CEB D. O reajuste médio, que passou a vigorar a partir de 26 de agosto de 2014, ficou em 17,12% para o período de 12 meses, sendo 16,42% o reajuste econômico e 0,70% o relativo aos componentes financeiros.

O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 18,88%, sendo de 19,90% para os atendidos em alta tensão e de 18,38% para os atendidos em baixa tensão. Em 2013, o reajuste médio ficou em 7,64% para o período de 12 meses, sendo 9,22% o reajuste econômico e de -1,58% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

(v) Revisão Tarifária Extraordinário

Em 27 de fevereiro de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou um índice médio de revisão tarifária extraordinário de 24,14% para a CEB Distribuição S.A, com vigência a partir de 02 de março de 2015. A Revisão Tarifária Extraordinária ("RTE") está prevista nos contratos de concessão das distribuidoras sendo permitido que a Aneel revise suas tarifas quando houver um desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos resultante de alterações nos custos não gerenciáveis das concessionárias, tais como custos de compra de energia e encargos. Esse reajuste tem por finalidade cobrir os custos do setor elétrico decorrentes da aquisição da energia comprada para revenda, da elevação da tarifa de Itaipu Binacional e da revisão das quotas da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

(vi) Bandeiras Tarifárias

É o sistema que sinaliza aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica. As cores das bandeiras (verde, amarela ou vermelha) indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração de eletricidade.

As bandeiras são uma forma alternativa de apresentar um custo que hoje já está na conta de energia, mas que geralmente passa despercebido. As bandeiras tarifárias não interferem nos itens passíveis de repasse tarifário. Antes das bandeiras, as variações que ocorriam nos custos de geração de energia, para mais ou para menos, eram repassados até um ano depois no reajuste tarifário seguinte. A ANEEL entendeu que o consumidor deve ter a informação mais precisa e transparente sobre o custo real da energia elétrica. Por isso, as bandeiras sinalizam, mês a mês, o custo de geração da energia elétrica que será cobrada dos consumidores. Não existe, portanto, um novo custo, mas um sinal de preço que informa ao consumidor o custo real da geração no momento em que ele está consumindo a energia, dando a oportunidade de adaptar seu consumo, se assim desejar.

O sistema de bandeiras é aplicado por todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A partir de 2015, as contas de energia passaram a aplicar e demonstrar o Sistema de Bandeiras Tarifárias, que indicam o seguinte:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumido;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

O repasse dos recursos provenientes do faturamento das Bandeiras Tarifárias será realizado pelas distribuidoras à Conta Centralizadora, administrada pela CCEE, e os recursos disponíveis nessa conta serão repassados mensalmente às distribuidoras, considerando os custos realizados da geração de energia por fonte termelétrica e das exposições ao mercado de curto prazo.

(vii) Repasses de Recursos da CDE e da Conta ACR

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada originalmente pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, visando o desenvolvimento energético dos estados.

A CDE tem como finalidade promover a universalização do serviço de energia elétrica; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa dos consumidores Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da Medida Provisória nº 605, vigente no período de 23 de janeiro a 3 de junho de 2013, a CDE teve seu rol de destinações ampliado, quais sejam: prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica (na vigência da MP 605/2013); e prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição (na vigência da MP nº 605/2013).

Em caráter excepcional, visando atenuar os efeitos da conjuntura hidrológica desfavorável, diante das medidas empreendidas pelo Governo Federal em prol da modicidade tarifária, foi publicado o Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, que introduziu novas alterações nos instrumentos de repasse de recursos da CDE. Assim, a CDE passou a prover ainda: recursos para o risco hidrológico, exposição involuntária, ESS por segurança energética e o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, de que trata a Portaria Interministerial nº MME/MF nº 25/2002, relativo ao ESS e à energia comprada para revenda (CVA Energia e CVA ESS). Esse repasse terá apuração anual, nos processos de reajuste e revisão tarifária das concessionárias de distribuição realizada no período de março de 2013 a fevereiro de 2014.

Sendo assim, a Resolução Homologatória 1.589/2013 que reajustou as tarifas da CEB Distribuição S.A., estabeleceu também, um valor mensal correspondente a R\$ 1.763 a ser repassado pela Eletrobrás à Companhia, no período de competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 19 de agosto de 2014, a Resolução Homologatória nº 1.779/2014 reajustou as tarifas da CEB Distribuição S.A., estabeleceu também um valor mensal correspondente a R\$ 2.574 a ser repassado à empresa pela Eletrobrás, no período de competência de agosto de 2014 a julho de 2015, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Adicionalmente, em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoeletrica através de contratos por disponibilidade além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014. O decreto define que caberá à CCEE contratar operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

A CONTA-ACR foi criada por meio do Decreto nº 8.221/2014 e regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 612/2014. Ela tem por finalidade cobrir os custos adicionais das distribuidoras de energia elétrica pela exposição involuntária no mercado de curto prazo e pelo despacho termelétrico dos contratos por disponibilidade.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é a responsável pela gestão dessa conta e pela contratação das operações de crédito, além de assegurar o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Também cabe à CCEE prestar as garantias necessárias aos credores das operações de crédito, incluindo cessão fiduciária dos direitos creditórios e do saldo da Conta - ACR.

O recolhimento dos valores repassados pela União será realizado por meio de quotas da CDE, a partir dos processos tarifários de 2015, com atualização por meio do IPCA.

(viii) Prorrogação da concessão

O Contrato de Concessão da Companhia nº 066/1999 - ANEEL foi celebrado com a ANEEL (representando o Poder Concedente) em 26 de agosto de 1999 e com vigência até 7 de julho de 2015. Nele está prevista a possibilidade de renovação por mais vinte anos, desde que subordinada ao interesse público e que o pedido fosse apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo contratual, ou seja, até 07 de julho de 2012.

Em 29 de junho de 2012, a CEB Distribuição S.A. protocolou na ANEEL, sob o nº 48513.022210/2012-00, o requerimento de prorrogação de Concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, anexando, para tanto, os comprovantes de regularidade e adimplemento, conforme exigência contratual vigente.

Nos termos da Medida Provisória nº 579, de 12 de setembro de 2012 e do Decreto nº 7.805, de 17 de setembro de 2012, em 05 de outubro de 2012 a CEB Distribuição S.A. ratificou, protocolo ANEEL nº 48513.033465/2012-00, o pedido de prorrogação da concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal por um período adicional de 30 (trinta) anos.

Em 11 de janeiro de 2013, a Medida Provisória foi convertida na Lei 12.783, e entre outros, “dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sobre a modicidade tarifária” e no Capítulo II, trata “DA PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA”. Especificamente o Art. 7º estabelece a possibilidade de prorrogação das concessões, entre outras, as de distribuição de energia elétrica (a critério do poder concedente) por uma única vez, e pelo prazo de até 30 (trinta) anos.

Em 17 de janeiro de 2014, a ANEEL manifestou-se sobre o requerimento de prorrogação dos Contratos de Concessões vencidos em 2015 e 2017 informando que, dentro de sua competência regulatória, realiza a análise dos requerimentos de prorrogação das concessões de distribuição, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação ou a rejeição de tais pedidos.

Conforme consta no Contrato de Concessão, na análise do pedido de prorrogação, a ANEEL levará em consideração todas as informações sobre o serviço público de distribuição de energia elétrica prestado, devendo aprovar ou rejeitar o pleito dentro do prazo acima previsto. O deferimento do pedido levará em consideração o cumprimento dos requisitos de serviço adequado, por parte da concessionária, conforme relatórios técnicos fundamentados, emitidos pela fiscalização da ANEEL.

Sobre esse aspecto, a Distribuidora encaminhou as seguintes providências:

- a) O Contrato de Concessão Nº 066/1999-ANEEL foi celebrado pela CEB Distribuição S.A. com o Poder Concedente, em 26 de agosto de 1999, e tem vigência até 7 de julho de 2015. Nele, está prevista a possibilidade de prorrogação por mais vinte anos, desde que subordinada ao interesse público e que o pedido seja apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo contratual, ou seja, até 7 de julho de 2012;
- b) Em 29 de junho de 2012, por meio da Carta Nº 267/2012-DD, a CEB Distribuição S.A. protocolou na ANEEL, sob o Nº 48513.022210/2012-00, o requerimento de prorrogação da concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, anexando, para tanto, os comprovantes de regularidade e adimplemento, conforme exigência contratual vigente;
- c) Nos termos da MP Nº 579 e do Decreto Nº 7.805/2012, em 5 de outubro de 2012, por intermédio da Carta Nº 367/2012-DD, sob o protocolo da ANEEL de Nº 48513.033465/2012-00, a CEB Distribuição S.A. ratificou o pedido de prorrogação da concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, por um período adicional de 30 (trinta) anos, formulado originalmente pela Carta Nº 267/2012-DD. Conforme exigido no Art. 2º do Decreto Nº 7.805/2012, também foram entregues por essa carta, os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista e setorial, assim como de qualificação jurídica, econômico-financeira e técnica;
- d) A Lei Nº 12.783/2013, em seu Art. 8º estabelece que as concessões que não forem prorrogadas, nos termos da lei, serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 (trinta) anos. O cálculo do valor da indenização correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, utilizará como base, a metodologia de valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente. Além dessa previsão do cálculo da reversão, foi incluído pela ANEEL, dispositivo de garantia de que, valores registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e outros itens financeiros, também façam parte do referido cálculo de reversão, quando da extinção da concessão; e
- e) Visando à adequação da prestação de serviço de distribuição para a pretendida prorrogação da concessão, a CEB Distribuição S.A., em conjunto com a ANEEL, elaborou diagnóstico da atual situação da qualidade do

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

serviço e do atendimento, bem como da sustentabilidade econômico-financeira da concessão. Em atenção à solicitação da ANEEL, a Distribuidora elaborou e apresentou à ANEEL um Plano de Resultados, com o objetivo de explicitar as ações necessárias à adoção de medidas de curto e médio prazo, para o restabelecimento da qualidade do serviço, contemplando os seguintes aspectos: Indicadores de Continuidade; Plano de Gerenciamento da Gestão; Obras - PDD; Reclamações e IASC; Segurança do Trabalho e da População; e Situação Econômico-Financeira.

Destaque-se que a CEB Distribuição S.A. está determinada a realizar as ações que estão sendo planejadas, com a expectativa de que o mencionado PLANO possibilite a adequação da prestação do serviço pela Empresa. No que diz respeito à sustentabilidade econômico-financeira, será adotado padrão utilizado pelo mercado de no máximo 3(três) vezes a relação entre a dívida líquida e a geração de caixa (dívida líquida/EBITDA). Para o indicador de capacidade financeira (cumprimento das obrigações assumidas relativas às despesas operacionais, investimentos e juros da dívida), será utilizada a referência da ANEEL, que corresponde a no máximo sete vezes a relação entre a dívida líquida/(EBITDA – CAPEX).

Em de 2 de junho de 2015, foi editado o Decreto nº 8.461, regulamentando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783/2013, e o art. 4º-B da Lei nº 9.074/1995. Em síntese, o decreto estabeleceu que o prazo de prorrogação será por 30 anos e com as seguintes condições:

I) eficiência com relação à qualidade do serviço prestado – mensurada por indicadores que considerem a frequência e a duração média das interrupções do serviço público de distribuição de energia elétrica;

II) eficiência com relação à gestão econômico-financeira – mensurada por indicadores que apurem a capacidade de a concessionária honrar seus compromissos econômico-financeiros de maneira sustentável;

III) racionalidade operacional e econômica; e

IV) modicidade tarifária.

Em 10 de junho de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, publicou no Diário Oficial da União – DOU, seção 3, página 105, o Aviso de Audiência Pública nº 038/2015 – AP 038/2015, com prazo de contribuição de 10 de junho de 2015 a 13 de julho de 07/2015, com audiência ao vivo na sede da Agência em 1 de julho de 2015, para obter subsídio para o aprimoramento do modelo de termo aditivo ou contrato de concessão para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica.

Foi disponibilizado, na página da AP 038, o modelo do termo aditivo, e os respectivos anexos, assim constituídos: i) Nota Técnica nº 0175/2015-SCT-SFE-SFF-SRD-SEM/ANEEL – NT 0175/2015, de 8 de junho de 2015; ii) Anexo I – Data de Vencimento dos Contratos; iii) Anexo II – Condições para Prorrogação – Eficiência na Prestação do Serviço de Distribuição; iv) Anexo III – Condições para Prorrogação – Eficiência na Gestão Econômica e Financeira; e v) Anexo IV – Data de Revisão Proposta.

Em 16 de junho de 2015, por meio do Ofício nº 0468/2015, a ANEEL solicitou o envio dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal, trabalhista e setorial e de qualificação jurídica, econômico-financeira e técnica atualizados, citados no Despacho ANEEL nº 3.065/2012, bem como o envio da confirmação pela concessionária da relação dos municípios que constam nos respectivos contratos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por meio da Carta nº 295/2015-DD, de 3 de julho de 2015, a CEB Distribuição S.A. encaminhou tempestivamente os documentos comprobatórios de regularidade solicitado no Ofício nº 0468/2015. Na mesma correspondência a CEB D ratificou novamente a confirmação que Brasília é único município da área de concessão da empresa.

Atendendo ao chamado da Audiência Pública nº 38/2015, em 13 de julho de 2015, a CEB Distribuição S.A. enviou para os endereços eletrônicos disponibilizados pela ANEEL a contribuição desta Concessionária para os temas: qualidade; governança, transparência e sustentabilidade; tarifa; e aspectos gerais do contrato.

O processo de análise das contribuições para a consolidação dos documentos relativos às prorrogações das concessões de distribuição ainda se encontra aguardando finalização da ANEEL e do Poder Concedente. Após o encerramento de tal fase, com o conhecimento do termo aditivo ou contrato de concessão, mediante a elaboração de avaliação técnica, o requerimento de prorrogação será enviado à apreciação e à aprovação dos demais órgãos deliberativos da Companhia.

(ix) Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão

Em 10 de dezembro de 2014, foi celebrado com a União, por intermédio da ANEEL, o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 066/1999-ANEEL, cujo objeto é a inclusão de dispositivo de garantia de que valores registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) e outros itens financeiros sejam incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão, correspondente às parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados.

Destaca-se que esse Aditivo foi condição imprescindível para que os ativos e passivos resultantes de variações da Parcela A sejam registrados como ativos financeiros no âmbito da contabilidade societária.

- **CEB Geração S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.

(i) Medida Provisória nº 579/12 convertida na Lei nº 12.783/13 e Decreto Lei nº 7.805/12 – Prorrogação da concessão

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais, publicou a Medida Provisória nº 579 ("MP 579"). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Lei nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação das suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Para as concessionárias de geração, as principais condições referem-se à mudança para um regime tarifário, com revisões periódicas e quando da renovação haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador. A remuneração dos geradores pela operação e manutenção, deverá ser definida em normatização específica que será elaborada pela ANEEL.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme noticiado pelo Governo, essa medida reduziria as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- a) eliminações dos encargos setoriais RGR e CCC e redução da CDE, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7%; e
- b) definições de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

A subsidiária integral CEB Geração S.A., possui 2 (duas) concessões de geração de energia, conforme descrito a seguir:

- a) UTE Brasília, outorgada pela Portaria do Ministério de Minas Energia - MME no. 255, e termo final da concessão em 7 de julho 2015. Para essa concessão, a Companhia apresentou à ANEEL, no dia 29 de junho de 2012, requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica, conforme Subcláusula Primeira e Segunda da CLÁUSULA SEGUNDA do Contrato de Concessão nº 65/1999 ANEEL. A Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração da ANEEL, no dia 28 de agosto de 2012, negou o pedido de prorrogação, alegando não haver nos termos da legislação vigente, possibilidade de uma segunda prorrogação, solicitando arquivamento do pedido. Para atendimento à Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012, a Companhia apresentou à ANEEL, no dia 15 de outubro de 2012, o pedido de ratificação da prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica.

Em 11 de dezembro de 2008, foi realizada fiscalização nas instalações da UTE com o objetivo de se acompanhar o teste de disponibilidade das suas unidades geradoras, conforme critérios estabelecidos pela Resolução nº 310, de 29 de abril de 2008. O resultado da fiscalização foi consubstanciado por meio do Relatório de Fiscalização RFO-UTE BRASÍLIA-190/2008-SFG, parte integrante do Termo de Notificação nº 568/2008-SFG, de 19 de dezembro de 2008, evidenciando que a UG2 estava indisponível por problemas na alimentação de combustível e a UG1 teve seu teste de geração cancelado, pois não se conseguiu elevar sua geração devido a um vazamento encontrado. A pedido da CEB Geração S.A. foi programado novo teste de geração, quando restou comprovada a disponibilidade de apenas 2.200kW de potência para a usina.

A ANEEL informou que a CEB Geração S.A. poderia encaminhar, no prazo regulamentar, a apresentação de justificativas e argumentos que pudessem impedir a eventual publicação de despacho suspendendo a operação da UTE Brasília, dada a indisponibilidade de suas unidades geradoras.

A CEB Geração S.A. apresentou, em 13 de outubro de 2011, as justificativas descrevendo que após o teste realizado em 2008, alguns fatos impediram a realização de novos testes de geração. Especificamente, alegando que em 2009 ocorreram atos de vandalismo e furto de cabos das instalações,

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

essenciais para funcionamento das unidades, e que esses atos voltaram a acontecer em 2010 e 2011, após a concessionária ter instalado os novos materiais.

Em 21 de outubro de 2011 a área técnica da ANEEL se posicionou no sentido de que a condição de operação comercial das unidades geradoras da UTE Brasília deveriam ser suspensas até que as condições físicas de disponibilidade para operação comercial estivessem novamente satisfeitas, e por meio do Despacho ANEEL nº 4.204, de 25 de outubro de 2011, decidiu por suspender a operação comercial da UTE.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, a Companhia comunicou aos acionistas da Companhia Energética de Brasília – CEB e aos demais segmentos do mercado de capitais, que a subsidiária integral CEB Geração S.A. protocolou no dia 15 de outubro de 2012, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a ratificação do pedido de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público relativo à Usina Termelétrica de Brasília, conforme consta na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012 e na aprovação na 35ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Geração S.A.

Em 19 de novembro de 2014, por meio do Despacho nº 4.511, a Diretoria da ANEEL autorizou o início do processo de caducidade da concessão da UTE Brasília de titularidade da CEB Geração S.A.

Em 03 de fevereiro de 2015, a CEB Geração S.A. recebeu o Termo de Intimação – TI nº 1001/2015-SFG/ANEEL, acerca da abertura da penalidade de caducidade da concessão para exploração da UTE Brasília, conforme Deliberação da Diretoria da ANEEL nos termos do Despacho nº 4.511/2014.

Em 27 de fevereiro de 2015, no prazo regulamentar, a CEB Geração S.A. se manifestou sobre o objeto do TI nº 1001/2015 e pelas motivações apresentadas solicitou à ANEEL que fosse afastada a intenção de aplicação de penalidade, de modo que a concessão não fosse extinta por caducidade e sim por advento do término contratual.

Por meio do Despacho nº 1.176, de 22 de abril de 2015, a ANEEL decidiu encaminhar os autos do Processo nº 48500.003992/2008-88 ao Ministério de Minas e Energia – MME com a recomendação de declarar a caducidade da concessão da Usina Termelétrica – UTE Brasília outorgada à CEB Geração S.A.

- b) UHE Paranoá, outorgada pelo Decreto nº 65.664, de 29 de outubro de 1969 e prorrogada pela Portaria MME nº 255, e termo final da concessão em 29 de outubro de 2019. Para essa concessão, a Companhia apresentou à ANEEL, no dia 24 de outubro de 2014, requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Hidroelétrica do Paranoá, nos termos da Lei nº 12.783/2013 e Despacho ANEEL nº 3.065/2012.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base em Nota Técnica, a CEB Geração S.A. manifestou-se desfavorável à prorrogação da concessão de geração de energia elétrica da Usina do Paranoá, que havia sido requerida em 23 de outubro de 2014, por considerar inviável a condição apresentada pela ANEEL por meio da Nota Técnica nº 562/2014. A Diretoria da Companhia Energética de Brasília – CEB, em 22 de maio de 2015, acatou o encaminhamento da não antecipação da prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica Paranoá e o Conselho de Administração referendou essa decisão, que foi encaminhada à apreciação da 88ª Assembleia Geral de Acionistas, que ratificou a decisão daquele colegiado.

A CEB Geração S.A. encaminhou correspondência à ANEEL concluindo pela não aceitação da antecipação da prorrogação da concessão, nas condições indicadas pela ANEEL, em consonância com a deliberação dos acionistas da controladora da concessionária, bem como manifestou seu interesse em receber a outorga da exploração do aproveitamento hidrelétrico da Usina do Paranoá na modalidade de autorização.

A ANEEL, por meio do Despacho nº 2.251/15, determinou que a Superintendência de Concessão e Autorização de Geração – SCG que tomasse as providências cabíveis junto ao Ministério de Minas e Energia para a inclusão da referida Usina no rol das geradoras a serem oportunamente licitadas.

- **CEB Participações S.A. – CEBPar** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.
A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG–CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.
- **CEB Lajeado S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) do total das ações, representada por ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) do total das ações, representada por ações preferenciais.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da INVESTCO S.A, sobre este capital a CEB Lajeado S.A detém 20% de participação.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- **Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS** – sociedade de economia mista, constituída em 20 de março de 2001, com autorização da Lei Distrital nº 2.518, de 10 de janeiro de 2000, e tem por objeto social a

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Distrito Federal. A Companhia também:

- poderá efetuar a implantação e a operação das redes de distribuição de gás canalizado, podendo ainda adquirir e importar diretamente gás natural e executar os serviços de transporte;
- poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive, sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros; e
- poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, visando o êxito na realização de suas atividades.

A concessão da exploração tem prazo de vigência até 9 de janeiro de 2030, podendo ser prorrogado por mais 30 anos.

A CEBGAS entrou em operação em 8 de novembro de 2007, através do suprimento de GNL (Gás Natural Liquefeito), proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal, por meio de um gasoduto de transporte de gás natural.

A Companhia Energética de Brasília – CEB é controladora da CEBGÁS com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

(b) Controlada em conjunto

- **Energética Corumbá III S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25,0% das ações ordinárias e 50,0% das ações preferenciais.

(c) Coligada

- **Corumbá Concessões S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A participação do Grupo no capital social da empresa é de 47,57% (47,57% em 31/12/2014), sendo 45,21% (45,21% em 31/12/2014) de propriedade da CEB e 2,36% (2,36% em 31/12/2014) de propriedade da CEB Participações S.A..

(i) Ressarcimento e perdas e danos

Em dezembro de 2006, o fornecedor e acionista Serveng-Civilsan S.A. (“Serveng”) requereu o reconhecimento de compensação por perdas e danos nos contratos de obras gerado por atrasos no recebimento das faturas no montante de R\$ 31,416 milhões, sendo recalculado e atualizado para dezembro de 2009 em cerca de R\$ 71,086 milhões. Foi ainda apresentado em julho de 2009 uma complementação desse montante, relativo à correção e

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

juros de mora também gerados pelos atrasos nos pagamentos das faturas que, em valores recalculados para dezembro de 2009, totalizavam R\$ 51,515 milhões. Este último deve ser somado ao primeiro valor pleiteado de perdas e danos, totalizando, portanto, R\$ 122,601 milhões, em 31 de dezembro de 2009.

Em 16 de dezembro de 2010, a Serveng, dando continuidade à sua demanda, instaurou o procedimento arbitral junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP, de forma que fosse dado andamento ao seu pleito no valor de R\$180.542 nesse momento.

Em 23 de julho de 2014 o Tribunal Arbitral deu conhecimento da sentença às partes, reconhecendo a procedência do pleito formulado pela Serveng, para condenar a Corumbá Concessões S.A. ao pagamento do valor de R\$118.254, atualizado para data de 30 de junho de 2014, a ser pago no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da intimação da sentença, sendo estabelecido ainda que nesse período incidirão juros de 1% a.m. (simples) e correção monetária pelo índice IGP-M. A Corumbá Concessões S.A pediu esclarecimentos adicionais à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP porém o mesmo manteve sua decisão.

Desta forma, por meio da referida sentença arbitral deu-se liquidez aos valores devidos pela Corumbá Concessões S.A à Serveng a título de ressarcimento e de perdas e danos decorrentes dos atrasos nos pagamentos das faturas contratuais, sendo reconhecido integralmente como despesa em 2014.

Assim, o valor do pleito atualizado pelo IGP-M até agosto de 2014 era no valor de R\$230,897 milhões, por quanto que a sentença arbitral que condenou a Corumbá Concessões S.A a pagar a Serveng R\$118,253 milhões.

Após tomar ciência da manutenção da condenação, foi realizada em 13 de outubro de 2014 a 2ª Reunião do Conselho de Administração - RECA da Corumbá Concessões S.A, na qual os conselheiros, levando em consideração os pareceres do jurídico e da diretoria da Corumbá Concessões S.A e parecer de Procurador do Distrito Federal, deliberaram por unanimidade, acatando a referida decisão arbitral, orientando a Corumbá Concessões S.A a quitar tal obrigação o mais rapidamente possível, aprovando ainda alavancagem financeira para fazer face a essa decisão.

Ao mesmo tempo em que foi reconhecida pelo Conselho de Administração a dívida consolidada na sentença arbitral, foi também solicitado pelos conselheiros representantes das acionistas públicas (CEB, CAESB e TERRACAP) junto à Serveng um desconto de R\$ 5,000 milhões a ser abatido do valor final da dívida ao tempo do efetivo pagamento.

(ii) 2ª emissão de Debêntures

A 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações da Corumbá Concessões S.A, foi dividida em duas séries, uma Primeira Série da espécie quirografária com garantia fidejussória e real adicionais, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional; enquanto as Debêntures da Segunda Série serão da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, cuja emissão foi aprovada na 1ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2014.

As Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação no montante total da Emissão, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”). Como banco liquidante e escriturador/mandatário o Bradesco S/A.

Características da emissão:

- Valor Nominal Unitário: R\$ 500.000 (Quinhentos mil reais);
- Quantidade de Debêntures: 963 (Novecentas e sessenta e três) Debêntures, sendo 540 (Quinhentas e quarenta) debêntures relativas à primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e 423 (Quatrocentas e vinte e três) Debêntures relativas à segunda série (“Debêntures da Segunda Série”);
- Séries: A Emissão foi realizada em 02 (duas) séries;
- Remuneração: equivalente a 128,0% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo (Taxa DI-Over);
- Valor Total da Oferta Restrita: R\$ 481.500 (Quatrocentos e oitenta e um milhões e quinhentos mil reais);
- Data de Emissão: 19 de dezembro de 2014;
- Data de Integralização: 19 de dezembro de 2014;
- Forma de Integralização: A integralização foi realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional por meio de procedimentos do Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”);
- Prazo de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos, contados da data de emissão;
- Data de Vencimento: 19 de dezembro de 2022;
- Banco Escriturador e Mandatário: Banco Bradesco S.A.;
- Coordenadores Líderes: Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”);
- Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
- Código CETIP: Série 1 (“CRUM 12”) e Série 2 (“CRUM 22”)

Destinação dos recursos: Os recursos captados com a Emissão foram utilizados para amortização de dívidas da Companhia, incluindo dívidas bancárias BNDES/BB e debêntures 1ª emissão e de processos judiciais e reforço do capital de giro.

- **Investco** (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – Empresa de capital aberto tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). A CEB detém através de sua controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A. de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias, 20,0% de ações preferenciais classe R, 6,02% de ações preferenciais classe A e 20% de ações preferenciais classe B.

A Investco, juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

(d) Outras Participações

- **BSB Energética S.A.** – Sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,00% do capital social da BSB Energética S.A.

1.3 Concessões das operações

A CEB, suas controladas e controladas em conjunto, detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
Distribuição			
CEB Distribuição S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
Geração			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III S/A	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
Outros			
Companhia Brasileira de Gás S/A - CEBGÁS	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de Preparação

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2015 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e também de acordo com IFRS e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, arquivadas em 27 de março de 2015, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 23 de dezembro de 2014 foram emitidas alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 35 - Demonstrações Separadas em função de alterações feitas na IAS 27 - *Separate Financial Statements* pelo IASB, com a inclusão da possibilidade da adoção do método da equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas e consequentes alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Dessa forma, essas Demonstrações Contábeis individuais passaram a estar em conformidade com as IFRSs a partir de 2014, em virtude de já se adotar o método da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos em controladas, em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas Informações Contábeis Intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2014.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 12 de agosto de 2015.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais da Companhia, acima mencionadas. No semestre findo em 30 de junho de 2015, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

2.3 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

No semestre findo em 30 de junho de 2015, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas além daquelas divulgadas na Nota 2.27 das Demonstrações Contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas Demonstrações Contábeis que possam afetar as Informações Contábeis Intermediárias do referido período.

3 RECLASSIFICAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2014 e DE 30/06/2014

A Companhia realizou reclassificações nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 e de 30 de junho de 2014. As reclassificações têm como objetivo uma apresentação mais adequada dos valores divulgados naquelas datas e também para fins de comparabilidade.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Balanco Patrimonial**

Controladora			
	Divulgado em 31/12/2014	Ajuste	Reapresentado 31/12/2014
		IRPJ e CSLL Diferidos	
Ativo			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.177		7.177
Contas a Receber	56.059		56.059
Estoques	689		689
Tributos e Contribuições Compensáveis	10.082	(8.738)	1.344
Demais Créditos	12.655		12.655
Total do Circulante	86.662	(8.738)	77.924
Não Circulante			
Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.653		4.653
Tributos e Contribuições Compensáveis		8.738	8.738
Demais Créditos	184		184
	4.837		13.575
Investimentos	415.823		415.823
Imobilizado	15.948		15.948
Intangível	79		79
Total do Não Circulante	436.687		445.425
Total do Ativo	523.349	(8.738)	523.349
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7.857		7.857
Obrigações Tributárias	1.483		1.483
Obrigações Societárias	18.692		18.692
Obrigações Sociais e Trabalhistas	308		308
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	54		54
Demais Obrigações	333		333
	28.727		28.727
Não Circulante			
Obrigações Tributárias	97.287		97.287
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	8.251		8.251
Demais Obrigações	212.000		212.000
	317.538		317.538
Patrimônio Líquido			
Capital Social	342.056		342.056
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969		11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	20.325		20.325
Prejuízos Acumulados	(197.266)		(197.266)
Total do Patrimônio Líquido	177.084		177.084
Total do Passivo	523.349		523.349

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado						
	Divulgado em 31/12/2014	Ajustes				Reapresentado 31/12/2014
		Ultrapassagem de Demanda	Excedente de Reativos	Depósitos de Cauções CCEE	IRPJ e CSLL Diferidos	
Ativo						-
Circulante						
Caixa e Equivalentes de Caixa	66.006					66.006
Contas a Receber	441.174					441.174
Depósitos e Bloqueios Judiciais				8.028		8.028
Estoques	19.327					19.327
Tributos e Contribuições Compensáveis	27.091				(14.480)	12.611
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	138.837					138.837
Demais Créditos	86.976					86.976
Total do Circulante	779.411			8.028	(14.480)	772.959
Não Circulante						
Contas a Receber	7.733					7.733
Depósitos e Bloqueios Judiciais	13.885			(8.028)		5.857
Tributos e Contribuições Compensáveis	15.676				14.480	30.156
Ativo Financeiro Indenizável	841.273					841.273
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	138.738					138.738
Demais Créditos	1.941					1.941
	1.019.246					1.025.698
Investimentos	658.575					658.575
Imobilizado	122.714					122.714
Intangível	129.881	8.647	19.193			157.721
Total do Não Circulante	1.930.416	8.647	19.193			1.964.708
Total do Ativo	2.709.827	8.647	19.193	8.028	(14.480)	2.737.667
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	390.327					390.327
Obrigações Tributárias	189.119					189.119
Contribuição de Iluminação Pública	83.603					83.603
Encargos Regulatórios	40.980					40.980
Empréstimos e Financiamentos	69.417					69.417
Obrigações Societárias	30.322					30.322
Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.862					36.862
Benefícios Pós Emprego	60.863					60.863
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	5.901					5.901
Demais Obrigações	39.605					39.605
	946.999					946.999
Não Circulante						
Obrigações Tributárias	244.382					244.382
Contribuição de Iluminação Pública	129.500					129.500
Empréstimos e Financiamentos	251.694					251.694
Benefícios Pós Emprego	294.899					294.899
Encargos Regulatórios	145.955					145.955
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	78.464					78.464
Obrigações Vinculadas a Concessão		8.647	19.193			27.840
Demais Obrigações	215.791					215.791
	1.360.685	8.647	19.193			1.388.525
Patrimônio Líquido						

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado						
	Divulgado em 31/12/2014	Ajustes				Reapresentado 31/12/2014
		Ultrapassagem de Demanda	Excedente de Reativos	Depósitos de Cauções CCEE	IRPJ e CSLL Diferidos	
Capital Social	342.056					342.056
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969					11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	20.325					20.325
Prejuízos Acumulados	(197.266)					(197.266)
Atribuível as acionista controlador	177.084					177.084
Atribuível aos acionistas não controladores	225.059					225.059
Total do Patrimônio Líquido	402.143					402.143
Total do Passivo	2.709.827	8.647	19.193			2.737.667

Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos: Com a edição da OCPC 08- *Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade*, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e regularizado pela CVM, as Concessionárias de energia elétrica passaram a reconhecer os ativos e passivos regulatórios nas demonstrações contábeis societárias. No momento do reconhecimento, os valores de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos foram reconhecidos como retificadora do Intangível. Em análise posterior, a Companhia entendeu que a apresentação de tais valores no Intangível não refletia a essência da operação, já que estes, mesmo pertencentes ao grupo de Obrigações Especiais (que são divulgados como retificador do Intangível), não estão vinculados com a infraestrutura de energia, bens estes, passíveis de remuneração.

Tanto a Ultrapassagem de Demanda quanto o Excedente de Reativos são receitas recebidas, sendo que:

- (i) Receita de Ultrapassagem de Demanda é oriunda de Contratos de Fornecimento com grandes consumidores de energia, no qual é definida a demanda a ser utilizada pela unidade consumidora. Caso a demanda realizada exceda a demanda contratada, a diferença é cobrada com base na tarifa de ultrapassagem de demanda que é bem superior às tarifas regulares. As tarifas de ultrapassagem de demanda possuem caráter de penalidade, prevista no art. 93 da Resolução 414/2010, ao consumidor e visam a incentivar o consumidor a não utilizar a rede além do que foi contratado.
- (ii) Excedentes de Reativos, é a receita tem origem na penalidade cobrada do consumidor decorrente da não instalação de equipamentos adequados para controle da energia reativa que podem prejudicar o funcionamento dos sistemas elétricos, gerando custos adicionais a rede distribuidora. O órgão regulador define um limite para essa energia reativa e, violado esse limite, a distribuidora cobra uma tarifa adicional de energia reativa excedente.

Neste sentido, a divulgação destes valores como Obrigação Especial no passivo justifica-se pelo fato que os mesmos serão objeto de revisão tarifária no ciclo seguinte a sua apuração.

Depósitos de Cauções CCEE: Em 2015, a controlada CEB Lajeado S.A realizou uma nova análise sobre a classificação contábil da Caução em Garantia CCEE, registrado em 31 de dezembro de 2014 no Ativo Não Circulante, e concluiu que a melhor classificação, segundo o nível de liquidez, seria no Ativo Circulante. Dessa forma, para manter o critério de comparabilidade das Demonstrações contábeis, a CEB Lajeado S.A está reapresentando o ativo do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2014 considerando este saldo como Ativo Circulante. Esta reclassificação está refletida nas Demonstrações contábeis Consolidada da CEB.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IRPJ e CSLL Diferidos: Em atendimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, item 56 que diz que na situação em que a entidade apresente separadamente seus ativos e passivos circulantes e não circulantes, os impostos diferidos ativos (passivos) não devem ser classificados como ativos circulantes (passivos circulantes). Desta forma, a Companhia está reclassificando parte dos valores reconhecidos nas controladas e na controladora que não estavam registrados conforme a norma.

- **Demonstração do Resultado do Exercício**

Consolidado			
	Divulgado em 30/06/2014	Ressarcimento de CCEARs	Reapresentado 30/06/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	875.827		875.827
Custo com Energia Elétrica	(638.455)	13.044	(625.411)
Custo de Operação	(192.850)		(192.850)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(25.707)		(25.707)
Lucro Bruto	18.815	13.044	31.859
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(145.691)	(13.044)	(158.735)
Despesas com Vendas	(42.828)		(42.828)
Despesas Gerais e Administrativas	(80.537)		(80.537)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(23.054)		(23.054)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	728	(13.044)	(12.316)
Outras Receitas Operacionais	38.194	(13.044)	25.150
Outras Despesas Operacionais	(37.466)		(37.466)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	(126.876)	-	(126.876)
Receitas (Despesas) Financeiras	(13.540)	-	(13.540)
Receitas Financeiras	19.727		19.727
Despesas Financeiras	(33.267)		(33.267)
Prejuízo Operacional antes dos Tributos	(140.416)	-	(140.416)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.579)	-	(7.579)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(7.579)		(7.579)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido			
Prejuízo do Período	(147.995)	-	(147.995)
Atribuído aos Acionistas Controladores	(155.172)		(155.172)
Atribuído aos Acionistas não Controladores	7.177		7.177

Ressarcimento de CCEARs: O Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) é um contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e respectiva potência associada, celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), como decorrência dos leilões de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes e de novos empreendimentos.

O ressarcimento de CCEARs ocorre devido a penalidades financeiras aplicadas aos fornecedores por irregularidades ocorridas durante o fornecimento de energia. Estes valores estavam sendo classificados como Outras Receitas Operacionais, mas analisando a essência da operação a Companhia concluiu que a melhor apresentação deste valor seria como retificadora do Custo da Energia Comprada por esta diretamente ligada a esta operação.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia realizou reclassificação de alguns saldos na Demonstração do Valor Adicionado para atender às disposições de alocações de saldos dos itens 14 e 15 do CPC 09. Estas reclassificações envolveram os subgrupos de Insumos Adquiridos de Terceiros, Empregados e Impostos, Taxas e Contribuições. As reclassificações não afetaram os saldos do Valor Adicionado a Distribuir e da Distribuição do Valor Adicionado. A Demonstração do Valor Adicionado de 30 de junho de 2014 com as respectivas reclassificações estão apresentadas abaixo:

	Controladora				30/06/2014 Reapresentado
	30/06/2014 Divulgado	Empregados	Reclassificações INSS Empregador	PIS/COFINS não Cumulativos	
Receitas	33.650				33.650
Venda de Energia e Serviços	33.650				33.650
Insumos Adquiridos de Terceiros	(23.401)			(2.311)	(25.712)
Serviços de Terceiros	(21.921)			(2.311)	(24.232)
Material	(1.965)				(1.965)
Provisões/Reversões	(1)				(1)
Outros	486				486
Valor Adicionado Bruto	10.249			(2.311)	7.938
Retenções	(79)				(79)
Depreciação e Amortização	(79)				(79)
Valor Adicionado Líquido Produzido	10.170			(2.311)	7.859
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(154.819)				(154.819)
Receitas Financeiras	602				602
Resultado de Equivalência Patrimonial	(155.421)				(155.421)
Valor Adicionado Total a Distribuir	(144.649)			(2.311)	(146.960)
Distribuição do Valor Adicionado	(144.649)			(2.311)	(146.960)
Empregados	5.825		(190)		5.635
Salários e Encargos	5.796	(5.606)	(190)		
Remunerações		5.567			5.567
FGTS		39			39
Benefícios Sociais	29				29
Impostos, Taxas e Contribuições	4.018		190	(2.311)	1.897
Federal	3.326		190	(2.311)	1.205
Estadual e Municipal	692				692
Remuneração de Capitais de Terceiros	680				680
Aluguéis	38				38
Despesas Financeiras	642				642
Remuneração de Capitais Próprios	(155.172)				(155.172)
Lucros / (Prejuízos) Retidos	(155.172)				(155.172)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				30/06/2014 Reapresentado
	30/06/2014 Divulgado	Reclassificações			
		Empregados	INSS Empregador	PIS/COFINS não Cumulativos	
Receitas	1.191.364				1.191.364
Venda de Energia e Serviços	1.121.587				1.121.587
Receita de Construção de Ativos Próprios	73.271				73.271
(Prov.)/Rev. de Estimativa de Perda com Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.015)				(13.015)
Receita de Alienação de Ativo Imobilizado	(20)				(20)
Outras Receitas	9.541				9.541
Insumos Adquiridos de Terceiros	(826.099)			(73.735)	(899.834)
Custos com Serviço de Energia Elétrica	(638.455)			(69.367)	(707.822)
Custos de Construção	(73.271)				(73.271)
Serviços de Terceiros	(84.574)			(2.311)	(86.885)
Material	(4.355)				(4.355)
Provisões/Reversões	1.788				1.788
Outros	(27.232)			(2.057)	(29.289)
Valor Adicionado Bruto	365.265			(73.735)	291.530
Retenções	(27.144)				(27.144)
Depreciação e Amortização	(27.144)				(27.144)
Valor Adicionado Líquido Produzido	338.121			(73.735)	264.386
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(3.327)				(3.327)
Receitas Financeiras	19.727				19.727
Resultado de Equivalência Patrimonial	(23.054)				(23.054)
Valor Adicionado Total a Distribuir	334.794			(73.735)	261.059
Distribuição do Valor Adicionado	334.794			(73.735)	261.059
Empregados	99.841		(10.276)		89.565
Salários e Encargos	74.031	(63.755)	(10.276)		
Remunerações		59.386			59.386
FGTS		4.369			4.369
Benefícios Sociais	25.810				25.810
Impostos, Taxas e Contribuições	329.181		10.276	(73.735)	265.722
Federal	142.685		10.276	(73.735)	79.226
Estadual e Municipal	186.496				186.496
Remuneração de Capitais de Terceiros	53.767				53.767
Aluguéis	20.500				20.500
Despesas Financeiras	33.267				33.267
Remuneração de Capitais Próprios	(147.995)				(147.995)
Participação dos Acionistas Não Controladores	7.177				7.177
Lucros / (Prejuízos) Retidos	(155.172)				(155.172)

As justificativas para as reclassificações são apresentadas a seguir:

Empregados: As reclassificações ocorreram para uma melhor apresentação das informações e para ajusta-las às orientações da norma. Além das alterações nas descrições das rubricas, também foi realizada a reclassificação do valor do INSS empregador para o grupo de Impostos, Taxas e Contribuições para agregá-lo ao valor dos tributos federais, que é o local devido para sua apresentação;

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INSS Empregados: A reclassificação foi realizada para atender as recomendações do item 15 do CPC 09, que diz que o valor deste gasto deve ser alocado ao grupo de Impostos, Taxas e Contribuições na rubrica de Tributos Federais;

PIS/COFINS não cumulativo: A reclassificação faz com que os valores dos Custos com Serviços de Energia Elétrica, Serviços de Terceiros e Outros, que estavam apresentados pelos valores líquidos das contribuições para PIS/COFINS, sejam apresentados pelos valores brutos, diferentes dos valores apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício. A reclassificação dos valores atende às determinações do item 14 do CPC 09. Segundo este item, “os valores consumidos devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), recuperáveis ou não. Esse procedimento é diferente das práticas utilizadas na demonstração do resultado.”

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

4.1 Fatores de Risco

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de Crédito

A controlada CEB D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária bem como o Grupo apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A CEB D possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

Demais controladas e coligadas e controladas em conjunto – São empresas que possuem como principal cliente a CEB D. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

(b) Risco de Liquidez

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pela venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5
Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)						
Fornecedores	392.840	341.771	51.069			
Empréstimos e Financiamentos	307.406	35.302	27.965	59.867	149.268	35.004
Total	700.246	377.073	79.034	59.867	149.268	35.004

(c) Risco de Taxa de Juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 6 e 20, respectivamente.

Conseqüentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

(c1) Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP, IGPM e UMBNDES. A Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2016, as taxas CDI e IGP-M atinjam um patamar de 12,14% e 5,70%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco central do Brasil de 3 de julho de 2015 (Média Curto Prazo – Top 5). No caso da TJLP atribuímos que permaneça a mesma taxa de 6,5% a.a., determinada para o segundo trimestre de 2015, pela Resolução nº 4.394 do BACEN, de 19 de dezembro de 2014, que não foi alterada. Assim, também, espera-se que a taxa de 4,096% da UMBNDES se mantenha estável para os próximos trimestres de 2015. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Possível	Remoto
CDI	15,18%	18,21%
TJLP	8,13%	9,75%
IGPM	7,13%	8,55%
UMBNDES	6,72%	7,75%

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		12,14%	15,18%	18,21%
	135.301	151.727	155.833	159.939
Efeito da Variação do CDI		(16.426)	(20.532)	(24.638)
Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		12,52%	15,65%	18,78%
	128.854	144.987	149.020	153.053
Efeito da Variação do CDI		(16.133)	(20.166)	(24.199)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		6,50%	8,13%	9,75%
Efeito da Variação da TJLP	108.900	115.979	117.748	119.518
		(7.079)	(8.848)	(10.618)
Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,50%	6,88%	8,25%
Efeito da Variação da TJLP	119.629	126.209	127.853	129.498
		(6.580)	(8.224)	(9.869)

Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,70%	7,13%	8,55%
Efeito da Variação do IGPM	16.962	17.929	18.171	18.412
		(967)	(1.209)	(1.450)
Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,71%	7,14%	8,57%
Efeito da Variação do IGPM	24.659	26.067	26.419	26.771
		(1.408)	(1.760)	(2.112)

Alta do UMBNDES	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		4,10%	5,12%	6,14%
Efeito da Variação do UMBNDES	16.047	16.704	16.869	17.033
		(657)	(822)	(986)
Alta do UMBNDES	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		4,10%	5,12%	6,15%
Efeito da Variação do UMBNDES	14.391	14.981	15.128	15.276
		(590)	(737)	(885)

Impactos no Resultado	30/06/2015	31/12/2014
Cenário Possível - Cenário Provável		
CDI	(4.106)	(4.033)
TJLP	(1.770)	(1.645)
IGPM	(242)	(352)
UMBNDES	(164)	(379)
Cenário Remoto - Cenário Provável		
CDI	(8.213)	(8.066)
TJLP	(3.539)	(3.290)
IGPM	(483)	(704)
UMBNDES	(329)	(527)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco Cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB D está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares estadunidenses.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela “A”, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da Distribuidora, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (hedge) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

A Companhia e sua controlada CEB D desenvolveram análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário cambial.

Em 30 de junho de 2015, a Administração estimou em um cenário provável que o valor de um dólar americano em 30 de junho de 2016 será de R\$ 3,3800 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 30 de junho de 2016 com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro (Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 3 de julho de 2015 (Média de Curto Prazo – Top 5)). Por se tratar de uma análise de sensibilidade o impacto no resultado para os próximos 12 meses, foi considerado o saldo da dívida em 30 de junho de 2015. Ressaltar-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 30 de junho de 2015.

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/06/2015		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	3,1390	3,3800	4,2250	5,0700
Efeito da Variação do Dólar	184.587	198.759	248.449	298.138
		(14.172)	(63.862)	(113.551)
Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	2,6556	2,8700	3,5875	4,3050
Efeito da Variação do Dólar	58.448	63.167	78.959	94.750
		(4.719)	(20.511)	(36.302)
Impactos no Resultado		30/06/2015	31/12/2014	
Cenário Possível - Cenário Provável Dólar		(49.690)	(15.792)	
Cenário Remoto - Cenário Provável Dólar		(99.379)	(31.583)	

É imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

4.2 Gestão de Capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas precisam aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	30/06/2015	31/12/2014
Total dos empréstimos (Nota 19)	307.406	321.111
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(92.992)	(66.006)
Dívida líquida	214.414	255.105
Total do patrimônio líquido	125.586	177.084
Total do capital	340.000	432.189
Índice de alavancagem financeira - %	63,06	59,03

4.3 Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros do Grupo estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos de Crédito a Receber, Contas a Receber, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações Societárias, Benefícios Pós-Emprego e Encargos Regulatórios, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Classificação

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações Financeiras registradas em caixa e o equivalentes de caixa (Nota 5).

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

O Grupo tem a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os ativos mantidos até o vencimento que se encontravam classificados neste grupo até 30 de junho de 2015, eram compostos de Títulos de Créditos a Receber (Nota 9).

(c) Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Caixa e Bancos (Nota 5), Contas a receber (Nota 6), e Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiro (Nota 8).

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

O Grupo classificou o ativo financeiro indenizável da concessão dentro da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 11).

(e) Passivos financeiros

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos e Financiamentos (Nota 20), Fornecedores (Nota 15), Encargos Regulatórios (Nota 18), Obrigações Vinculadas à Concessão (Nota 24) e Obrigações Societárias.

(ii) Reconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou suas controladas e coligadas tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non-performance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de junho de 2015 e 31 dezembro 2014.

A seguir, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/06/2015			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	15.025	15.025	59.914	59.914
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	18	18	33.078	33.078
Contas a Receber	Custo Amortizado		37.758	37.758	525.720	525.720
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				404.530	404.530
Mantidos até o Vencimento						
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.141	1.141
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			870.819	870.819
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		2.764	2.764	392.840	392.840
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				307.406	307.406
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		18.692	18.692	31.173	31.173
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				341.362	341.362
Obrigações Especiais	Custo Amortizado				36.315	36.315

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2014			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	7.163	7.163	37.474	37.474
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	14	14	28.532	28.532
Contas a Receber	Custo Amortizado		56.059	56.059	448.907	448.907
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado				277.575	277.575
Mantidos até o Vencimento						
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.146	1.146
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			841.273	841.273
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		7.857	7.857	390.327	390.327
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				321.111	321.111
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		18.692	18.692	30.322	30.322
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				186.935	186.935

Notas Explicativas
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
5 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Caixa e Bancos conta Movimento	18	14	33.078	28.532
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	15.025	7.163	59.914	37.474
Total	15.043	7.177	92.992	66.006

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e a remuneração de 97,00% do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

6 CONTAS A RECEBER**(a) Composição do contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			540.754	432.945
Títulos de Créditos a Receber			28.920	29.663
Serviços Prestados a Terceiros	62.726	76.345	69.311	82.531
Total a Receber Bruto	62.726	76.345	638.985	545.139
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.968)	(20.286)	(113.265)	(96.232)
Total a Receber Líquido	37.758	56.059	525.720	448.907
Circulante	37.758	56.059	510.592	441.174
Não Circulante			15.128	7.733

(b) Valores a receber por idade de vencimento

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 30/06/2015	Total 31/12/2014
Classes de Consumidor					
Residencial	61.992	51.741	16.473	130.206	88.301
Poder Público	17.898	14.245	60.910	93.053	72.691
Comércio, Serviços e Outros	47.980	22.735	21.108	91.823	69.722
Iluminação Pública	12.762		24.871	37.633	39.857
Serviço Público	12.716	3.697	4.675	21.088	16.463
Industrial	3.339	1.380	1.272	5.991	7.112
Rural	3.492	1.972	1.295	6.759	4.426
Subtotal Consumidores	160.179	95.770	130.604	386.553	298.572
Fornecimento Não Faturado				122.957	91.121
Serviços Prestados a Terceiros Não Faturado (Serviço de IP)				2.878	719
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE				52.438	57.535
Serviços Prestados a Terceiros (Serviço de IP)	3.493	1.949	54.406	59.848	75.626
Acordo CAESB (Nota 6e)				582	3.958

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 30/06/2015	Total 31/12/2014
Concessionárias e Permissionárias	4.615			4.615	4.578
Parcelamentos a Faturar CP e LP				15.076	15.000
Serviço Taxado				1.125	1.175
Outros				(774)	1.262
Arrecadação a Classificar				(6.313)	(4.407)
TOTAL	168.287	97.719	185.010	638.985	545.139
Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa				(113.265)	(96.232)
Contas a receber líquido	168.287	97.719	185.010	525.720	448.907

(c) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa

A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. A base de constituição da estimativa engloba os recebíveis faturados até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	24.968	20.286	62.763	49.967
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias			24.281	24.233
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias			15.141	11.763
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias			10.097	8.324
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias			836	835
Rural - Vencidos há mais de 360 dias			130	445
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias			17	581
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias				84
Total	24.968	20.286	113.265	96.232

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434, que em seu art. 3º autoriza o Poder Executivo a transferir à CEB, como dação em pagamento de dívidas advindas da execução de obras de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal, os terrenos localizados na Quadra 1 do Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília e na Quadra QI 16 do Setor de Indústria de Ceilândia.

O § 1º do art. 3º da referida Lei reserva os terrenos, exclusivamente, para essa finalidade. Esses terrenos serão objeto de avaliação para que a operação seja finalizada. A Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento adotará as medidas administrativas necessárias às transferências dos imóveis para a CEB de que trata esta Lei.

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	Consolidado
Saldo em dezembro de 2013	18.894	44.834
Adições	1.392	71.539
Baixa para perda - Lei 9.430/96		(19.219)
Reversões		(922)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	20.286	96.232
Adições	5.750	31.125
Baixa para perda - Lei 9.430/96		(11.634)
Reversões	(1.068)	(2.458)
Saldo em 30 de junho de 2015	24.968	113.265

(d) Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Em 25 de setembro de 2014, o Grupo de Trabalho – GT foi instituído pelo Decreto nº 35.848, que objetivou a proposição de medidas suplementares necessárias à operacionalização normal da CEB D, dentre elas a liquidação dos débitos do GDF relativos ao consumo de energia elétrica.

Iniciou-se um processo de negociação com o controlador, o Governo do Distrito Federal, com o objetivo de constituir um mecanismo para a liquidação definitiva da dívida de consumo de energia elétrica de órgãos e entidades da administração pública distrital. No entanto permaneceu a incerteza quanto ao prazo final de conclusão das medidas administrativas a serem implementadas, tendo em vista que o GDF encaminhará projeto de lei requerendo autorização legislativa para proceder-se à transação de encontro de contas entre os passivos, incluindo os débitos com a CEB D.

Em dezembro de 2014, a Administração reconheceu perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, para valores vencidos há mais de 360 dias. O valor constituído naquela data foi de R\$ 46.312.

No semestre findo em 30 de junho de 2015, o valor da perda estimativa com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 72.682 (R\$ 47.714 CEB D e R\$ 24.968 CEB).

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 108.448, em 30 de junho de 2015 (R\$ 116.002 em 2014), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Saldos Vincendos	6.371	4.182	39.115	26.143
Vencidos até 90 dias	1.949	23.001	14.580	49.217
Vencidos de 91 a 360 dias	29.438	28.875	54.753	40.641
Vencidos há mais de 360 dias	24.968	20.287	72.682	66.599
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.968)	(20.286)	(72.682)	(66.598)
Total	37.758	56.059	108.448	116.002

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item (e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal não estão incluídos no quadro acima.

(e) Acordo realizado com a Companhia de Água e Esgoto de Brasília - CAESB

Em agosto de 2011, a CEB D celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos créditos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB, relativos a encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor dos créditos reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$ 28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizadas pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir, o montante em 30 de junho de 2015:

Valor Original do Débito	14.800
Encargos Financeiros	7.539
Valor Dívida Reconhecida	22.339
Encargos a Transcorrer	5.898
Valor do Parcelamento na Data do Acordo	28.237
Amortização	(27.649)
Ajuste a Valor Presente	(6)
Valor do Parcelamento em 30 de Junho de 2015	582
Circulante	582

O acordo celebrado com a CAESB não contemplou nenhum tipo de desconto sobre o valor original do contas a receber.

7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	7.760	8.382	18.523	15.231
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	805	764	7.025	7.681
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	59		196	163
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS			13.117	15.705
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS		5	96	101
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	380		3.244	2.830
Programa de Integração Social - PIS	387	387	407	409
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Outros			105	103
Total	9.935	10.082	43.257	42.767
Circulante	2.109	1.344	11.917	12.611
Não circulante	7.826	8.738	31.340	30.156

Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período e as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

(a) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A Companhia e sua Controlada CEB D não registram os efeitos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. Segue abaixo o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos em 30 de junho de 2015:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Diferenças Temporárias				
Provisão para Riscos Regulatórios			21.425	20.259
Provisão para Riscos Cíveis			2.608	2.383
Provisão para Riscos Trabalhistas		13	2.778	3.017
Provisão para Riscos Tributários	2.781	2.781	2.781	2.781
Provisão de Energia de Curto Prazo			37.009	6.303
Provisão de Superávit de Baixa Renda			9.739	36.985
Provisão de Suprimento de Energia Elétrica			8.532	21.598
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados				1.001
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	8.465	6.873	38.858	33.066
Perda Atuarial dos Planos de Benefícios Pós-Emprego			15.421	14.330
Outras Provisões			16.915	4.251
Subtotal	11.246	9.667	156.065	145.974
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	34.718	34.718	97.273	97.273
Total	45.964	44.385	253.338	243.247

8 VALORES A RECEBER DE PARCELA “A” E OUTROS ITENS FINANCEIROS

Ativos Regulatórios - Parcela A	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Conta de Consumo de Combustível – CCC (a)	63	317
Transporte de Energia pela rede básica (a)	11.475	8.531
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (a)	16.054	4.289
PROINFA (a)	80	393
Custo de Aquisição de Energia (a)	242.025	181.117
Sobrecontratação (b)	80	455
Transporte Energia Elétrica Itaipu (a)	1.173	76
Outros Componentes Financeiros (b)	1.714	10.086
Diferimento de Tarifa (b)	144.750	138.738
Subtotal	417.414	344.002
Passivos Regulatórios - Parcela A		
Encargos de Serviços de Sistema (a)	10.535	57.692

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos Regulatórios - Parcela A	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (a)	263	1.339
PROINFA (a)	908	269
Neutralidade (b)	568	3.296
Outros Componentes Financeiros (b)	610	3.831
Subtotal	12.884	66.427
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros, líquido	404.530	277.575
Circulante	404.530	138.837
Não Circulante		138.738

De acordo com o Contrato de Concessão nº 066/1999, o Reajuste Tarifário Anual – RTA ocorrerá dia 26 de agosto de 2015, o mecanismo RTA tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita, obtida por meio das tarifas praticadas pela concessionária.

A receita da concessionária de distribuição é composta por duas parcelas: a “Parcela A”, representada pelos custos não-gerenciáveis da empresa (encargos setoriais, encargos de transmissão e compra de energia para revenda), e a “Parcela B”, que agrega os custos gerenciáveis (despesas com operação e manutenção, despesas de capital). Na RTA, a Parcela A é totalmente recomposta de acordo com os custos vigentes naquele momento, enquanto a Parcela B é simplesmente atualizada pelo IGP-M, descontado do Fator X.

Os componentes tarifários financeiros não fazem parte da base tarifária econômica e se referem a valores a serem pagos ou recebidos pelos consumidores em cada período de 12 meses subsequentes aos reajustes ou revisões tarifárias, devidamente comprovados pela distribuidora. Dentre eles podemos citar:

- a) A CVA – Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – foi criada por meio da Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25 de 24 de janeiro de 2002 (PI nº 25), que tem por objetivo registrar as variações observadas entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Seus valores são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Dentre os custos da Parcela A cobertos pela CVA temos:

- CVA Energia – Tem por objetivo registrar as diferenças incorridas entre o custo efetivo da compra de energia para atendimento do mercado da distribuidora e o custo tarifário homologado pela ANEEL no último reajuste tarifário. Em razão da crise energética atual, o custo com aquisição de energia elétrica demonstra se superior ao previsto pela ANEEL, quando do reajuste tarifário em agosto de 2014.
- CVA Encargos – Nesse grupo encontra-se cobertura para os seguintes encargos: CDE, Proinfa, ESS, Transporte de Itaipu e Rede Básica.

b) Demais itens financeiros:

- Diferimento parcial dos Componentes Financeiros: Em 19 de agosto de 2014, por meio da Carta nº 221/2014-DD, o Governo do Distrito Federal solicitou junto a concessionária o diferimento parcial de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9% de seus componentes financeiros. O montante diferido deverá ser considerado como componente financeiro no cálculo dos próximos processos tarifários da CEB, atualizado pela variação do IGP-M.

- Despacho nº 4.282/2013 (Corumbá IV): Trata-se de valor a ser pago pela CEB D à Corumbá Concessões S/A, em virtude do Despacho nº 3.168/2013, cujos efeitos da obrigação de pagamento foram, para fins de repasse à tarifa dos consumidores da CEB D, considerados no processo tarifário da distribuidora.
- Ajuste Financeiro referente ao recálculo do RTA de 2013: Refere-se ao ajuste financeiro decorrente do recálculo do processo tarifário anterior, em razão de Pedido de Reconsideração interposto contra o reajuste da distribuidora de 2013. Conforme deliberação da Diretoria Colegiada da ANEEL, foi concedido provimento parcial ao recurso interposto pela concessionária.
- Diferencial Eletronuclear: Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletronuclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 - 1º Leilão e seu valor está sendo mensalmente pago pelas distribuidoras à Eletronuclear nos anos de 2013 a 2015, conforme parcelas homologadas pela REH nº 1.406/2012.
- Exposição de Submercados: Conforme dispõe o artigo 28 do Decreto nº 5.163/2004, as regras de comercialização prevêem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem os CCEARs na modalidade de quantidade de energia.

9 DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Serviços em Curso (a)			32.739	30.225
Aportes da CDE – Decreto 7.945/2013 (d)			55.053	27.820
Desativações em Curso (b)			9.405	8.514
Dividendo/JSCP s a Receber	14.886	12.637	1	7.752
Previdência Privada dos Empregados			8.236	5.417
Despesas Pagas Antecipadamente	5	15	4.562	3.420
Crédito com Empregados	46	3	4.474	1.511
Títulos de Crédito a Receber (c)			1.141	1.146
Coligadas e Controladas	211	184		
Outros Créditos			4.074	3.112
Total	15.148	12.839	119.685	88.917
Circulante	14.937	12.655	117.910	86.976
Não Circulante	211	184	1.775	1.941

- a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- b) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente em serviço registrado na CEB-D, cujo valor dos itens, quando desativados, é classificado pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo órgão regulador.
- c) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferencias cumulativas e resgatáveis das classes “A” e “B”, emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.
- d) Refere-se à diferença mensal de receita - DMR, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE às unidades consumidoras da subclasse residencial baixa renda; e à subvenção da CDE para custear descontos tarifários.

10 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da controlada CEB D, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Também estão registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Bloqueios Judiciais	3.870	3.926	5.550	5.334
Cauções	673	727	4.160	9.656
Depósitos Recursais			5.816	5.215
(-) Provisão para Perdas de Depósitos Recursais			(6.370)	(6.320)
Total	4.543	4.653	9.156	13.885
Circulante			2.587	8.028
Não Circulante	4.543	4.653	6.569	5.857

11 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da Companhia e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a Companhia verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 30 de junho de 2015, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) para o semestre findo em 30 de junho de 2015 está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2013	729.119
Adições	103.799
Baixas	(4.399)
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR – Valor Novo de Reposição	12.754
Saldos em 31 de dezembro de 2014	841.273
Adições	29.546
Saldos em 30 de junho de 2015	870.819

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas. Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das Demonstrações Contábeis.

12 INVESTIMENTOS

(a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Avaliados por Equivalência Patrimonial (b)	361.782	410.832	370.188	377.469
Propriedade para Investimento (c)			276.115	276.115
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.232	3.232	3.232	3.232
Outros	1.759	1.759	1.759	1.759
Total	366.773	415.823	651.294	658.575

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora						Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	30/06/2015	31/12/2014	
CEB Distribuição S.A	580.532	57.099	100,00	100,00	350.532.450	57.099	103.749	
CEB Lajeado S.A	145.656	335.756	59,93	59,93	82.013.911	109.407	106.310	
Corumbá Concessões S.A	235.259	182.493	45,20	9,30	256.009.911	82.507	88.161	
Energética Corumbá III S.A	119.373	152.180	37,50	25,00	45.594.783	57.068	56.773	
CEB Participações S.A	41.271	43.338	100,00	100,00	41.270.415	43.338	43.322	
CEB Geração S.A	7.575	12.172	100,00	100,00	7.575.212	12.172	12.282	
Companhia Brasiliense de Gás	4.921	1.123	17,00	51,00	30.600	191	236	
Total						361.782	410.832	

(i) A diferença do investimento registrado na Companhia e o resultado da aplicação do percentual de 59,93% sobre o patrimônio líquido da CEB Lajeado, é devido ao registro no patrimônio líquido da CEB Lajeado de Partes Beneficiárias no valor de R\$ 151.225, emitidas a favor da ELETROBRÁS S.A, e que fez parte da negociação de reestruturação societária da Investco. As partes beneficiárias deverão ser convertidas em ações preferenciais ao final do período de concessão. A composição do investimento da Companhia na controlada CEB Lajeado S.A é apresentada a seguir:

Composição do Patrimônio Líquido da CEB Lajeado S.A	Patrimônio Líquido	Investimento Registrado	Não Controlador
Capital Social	145.656	87.292	58.364
Reservas de Capital (Partes Beneficiárias)	151.225		151.225
Reservas de Lucros	13.953	8.178	5.775
Lucros Acumulados	5.538	3.097	2.441
Dividendos Adicionais Propostos	12.749	7.130	5.619
Reserva Especial para Dividendo Obrigatório não Distribuído	6.591	3.686	2.905
Ajuste de Avaliação Patrimonial	44	24	20
Total	335.756	109.407	226.349

Investidas	Consolidado						Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB e Controladas	30/06/2015	31/12/2014	
Corumbá Concessões S.A	218.966	182.493	47,55	9,30	269.294.911	86.788	92.578	
Investco S.A	804.459	1.106.636	20,00	20,00	133.563.595	226.332	228.118	
Energética Corumbá III S.A	119.373	152.180	37,50	25,00	45.594.783	57.068	56.773	
Total						370.188	377.469	

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• **Informações financeiras resumidas**

Investidas	30/06/2015			31/12/2014		Receita Líquida 30/06/2014
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	
CEB Distribuição S.A	2.328.236	2.271.137	1.143.839	2.111.312	2.007.563	830.016
Corumbá Concessões S.A	732.355	549.862	71.465	764.359	569.361	69.334
CEB Lajeado S.A	381.559	45.803	59.393	373.949	43.731	57.890
Energética Corumbá III S.A	229.432	77.252	17.456	234.127	82.734	17.338
CEB Participações S.A	44.269	931	7.312	44.276	954	6.687
CEB Geração S.A	16.945	4.774	7.234	14.642	2.361	10.662
Companhia Brasileira de Gás	1.568	445	1.651	1.662	276	1.820

• **Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

Investidas	Controladora			
	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro Líquido / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2014
CEB Distribuição S.A	(34.312)	(34.312)	(142.090)	(142.090)
CEB Lajeado S.A (i)	5.538	3.098	16.802	9.396
Energética Corumbá III S.A	699	261	5.735	2.151
CEB Geração S.A	2.297	2.297	5.889	5.888
Corumbá Concessões S.A	(12.505)	(5.653)	(68.740)	(31.077)
CEB Participações S.A	(140)	(140)	(358)	358
Companhia Brasileira de Gás	(263)	(45)	(276)	(47)
Total	(38.686)	(34.494)	(183.038)	(155.421)

(i) O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu a ELETROBRÁS S.A rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de Participação Societária 44,077% e 10% de Partes Beneficiárias.

• **Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

Investidas	Controladora							Total
	CEB Distribuição S.A	CEB Lajeado S.A	Corumbá Concessões S.A	Energética Corumbá III S.A	CEB Participações S.A	CEB Geração S.A	Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	220.937	127.132	118.619	55.353	50.885	13.943	324	587.193
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio		(31.197)	(39)	(460)	(6.905)	(9.678)		(48.279)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(88.863)	10.355	(33.479)	1.782	(659)	8.018	(88)	(102.934)
Efeitos da Lei 12.973/2014 em Coligada			3.020					3.020
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	(28.325)	19	39					(28.267)
Ganho na Variação de Percentual				99				99
Saldo em 31 de dezembro de 2014	103.749	106.309	88.160	56.774	43.321	12.283	236	410.832
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio						(2.408)		(2.408)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investidas	Controladora							Total
	CEB Distribuição S.A	CEB Lajeado S.A	Corumbá Concessões S.A	Energética Corumbá III S.A	CEB Participações S.A	CEB Geração S.A	Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(34.312)	3.098	(5.653)	261	(140)	2.297	(45)	(34.494)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	(12.338)				157			(12.181)
Ganho na Variação de Percentual				33				33
Saldo em 30 de junho de 2015	57.099	109.407	82.507	57.068	43.338	12.172	191	361.782

Investidas	Consolidado			
	Investco S.A	Corumbá Concessões S.A	Energética Corumbá III S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	223.243	124.838	55.353	403.434
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	(13.667)	(63)	(460)	(14.190)
Resultado de Equivalência Patrimonial	18.507	(35.218)	1.782	(14.929)
Efeitos da Lei 12.973/2014		3.020		3.020
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Coligadas	35			35
Ganho na Variação de Percentual			99	99
Saldo em 31 de dezembro de 2014	228.118	92.577	56.774	377.469
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	(7.076)			(7.076)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.290	(5.946)	261	(395)
Efeitos da Lei 12.973/2014		157		157
Ganho na Variação de Percentual			33	33
Saldo em 30 de junho de 2015	226.332	86.788	57.068	370.188

(c) Propriedade para Investimento

Nas datas de 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, a controlada CEB D transferiu os bens que estavam registrados na rubrica de “Ativos Mantidos para Venda” para a rubrica de “Propriedade para Investimento”. Em 31 de dezembro de 2012, foi transferido o imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR I55/1/DF e em 31 de dezembro de 2013 os demais bens. A transferência foi realizada para atender ao Pronunciamento Técnico CPC 31, item 8 que, determina que em caso de não realização da venda do ativo no prazo de 1 ano, o ativo deve ser reclassificado para o Imobilizado ou para o Investimento, dependendo da intenção do destino a ser dado ao ativo pela administração.

Os bens registrados em “Propriedade para Investimento” são avaliados pelo custo.

O valor justo dos bens foram obtidos através de laudos emitidos por firmas especializadas e a Companhia entende que estes valores avaliados estão de acordo com as expectativas de mercado.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado			
			Valor Contábil		Valor Justo	Data da Avaliação
			30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF (a)	284.160 m ²	274.400	274.400	373.349	fev/14
Terreno	Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QE 20 Lote M - Guará	1.200 m ²	20	20	2.104	fev/14
Terreno	Setor de Habitações Individuais Sul (SHIS) Trecho 04 Quadra 10 - Lago Sul	1.600 m ²	126	126	2.437	fev/14
Prédio	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 - Setor Industrial, Taguatinga	1.040 m ²	673	673	20.875	mai/13
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial - Taguatinga	10.500 m ²	896	896		
Total			276.115	276.115	398.765	

(d) Participação de acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 227.282, dos quais R\$ 226.349 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A e R\$ 933 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS.

A seguir estão apresentadas suas informações contábeis das controladas:

(i) CEB Lajeado S.A

Balço Patrimonial	30/06/2015	31/12/2014
Circulante	48.988	38.071
Caixa e equivalentes de caixa	13.342	3.252
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	22.883	12.027
Juros sobre Capital Próprio a Receber		7.291
Demais Créditos	12.763	15.501
Não Circulante	332.571	335.878
Títulos a Receber - Investco S.A	1.141	1.146
Demais Créditos	1.931	495
Investimentos	226.332	228.118
Imobilizado	146	155
Intangível	103.021	105.964
Total de Ativo	381.559	373.949
Circulante	45.802	43.731
Contas a Pagar	11.498	12.627
Tributos e Contribuições Sociais	4.070	1.976
Obrigações Societárias	24.960	23.807
Demais Obrigações	5.274	5.321
Patrimônio Líquido	335.757	330.218
Total Passivo	381.559	373.949

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração de Resultado	30/06/2015	30/06/2014
Receita Operacional Líquida	59.394	57.890
Custo com Energia e Operação	(53.532)	(40.094)
Despesas Operacionais	(4.266)	(5.064)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.290	7.487
Receitas Financeiras, Líquidas	1.214	2.889
Imposto de Renda/Contribuição Social	(1.946)	(6.306)
Partes Beneficiárias	(615)	
Lucro Líquido do Período	5.539	16.802

(ii) Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS

Balanco Patrimonial	30/06/2015	31/12/2014
Circulante	728	660
Caixa e equivalentes de caixa	424	392
Contas a Receber	185	159
Demais Créditos	119	109
Não Circulante	841	1.002
Demais Créditos		24
Imobilizado	6	8
Intangível	835	970
Total de Ativo	1.569	1.662
Circulante	446	276
Fornecedores	206	211
Tributos e Contribuições Sociais	129	36
Folha de Pagamento	32	22
Demais Obrigações	79	7
Patrimônio Líquido	1.123	1.386
Total Passivo	1.569	1.662

Demonstração de Resultado	30/06/2015	30/06/2014
Receita Operacional Líquida	1.651	1.820
Custo dos Serviços Prestados	(2.386)	(1.672)
Despesas Operacionais	453	(454)
Receitas Financeiras, Líquida	19	30
Prejuízo do Período	(263)	(276)

(e) Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial	30/06/2015	31/12/2014
Circulante	10.482	11.889
Caixa e equivalentes de caixa	6.069	7.230
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	3.006	4.347
Demais Créditos	1.407	312
Não Circulante	216.950	222.238
Fundos Vinculados	5.524	5.284
Demais Créditos	326	668
Imobilizado	206.670	211.725
Intangível	4.430	4.561
Total de Ativo	227.432	234.127
Circulante	10.215	21.017
Fornecedores	1.214	1.816
Tributos e Contribuições Sociais	461	483
Empréstimos e Financiamentos	7.293	7.282
Dívidas com pessoas ligadas	512	9.638
Demais Obrigações	735	1.798
Não Circulante	67.037	61.716
Dívidas com pessoas ligadas	9.069	
Empréstimos e Financiamentos	51.542	55.096
Bens de Uso Público	6.033	6.228
Demais Obrigações	393	392
Patrimônio Líquido	152.180	151.394
Total Passivo	229.432	234.127

Demonstração de Resultado	30/06/2015	30/06/2014
Receita Operacional Líquida	17.456	17.338
Custo com Energia	(7.866)	(3.194)
Custos de Operação	(4.587)	(4.630)
Despesas Operacionais	(1.338)	(1.137)
Despesas Financeiras, Líquidas	(2.336)	(1.993)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(630)	(649)
Lucro Líquido do Período	699	5.735

(f) Operações Controladas em Conjunto

A Companhia possui operações em conjunto com outros acionistas no Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:

Balanco Patrimonial	30/06/2015	31/12/2014
Circulante	363	1.003
Caixa e equivalentes de caixa	83	447
Demais Créditos	280	556
Não Circulante	114.728	116.669
Imobilizado/Intangível	114.728	116.669

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial	30/06/2015	31/12/2014
Total de Ativo	115.091	117.672
Circulante	398	977
Fornecedores	255	898
Tributos e Contribuições Sociais	74	64
Demais Obrigações	69	15
Não Circulante	6.391	6.390
Outras Obrigações	6.391	6.390
Patrimônio Líquido	108.302	110.305
Total Passivo	115.091	117.672

(g) Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do patrimônio líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas informações consolidadas do Grupo.

13 IMOBILIZADO

(a) Movimentação

Eventos	Controladora						Imobilizado em Curso	Total
	Imobilizado em Serviço							
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios			
Custo do Imobilizado								
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.130	1.098	874	97	148	830	16.177	
Adições		1.365	21				1.386	
Transferências			(189)		221	(830)	(798)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.130	2.463	706	97	369		16.765	
Saldo em 30 de junho de 2015	13.130	2.463	706	97	369		16.765	
Depreciação Acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(173)	(315)	(97)	(79)		(664)	
Depreciação		(76)	(52)		(25)		(153)	
Transferências			118		(118)			
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(249)	(249)	(97)	(222)		(817)	
Depreciação		(47)	(36)		(20)		(103)	
Saldo em 30 de junho de 2015		(296)	(285)	(97)	(242)		(920)	
Imobilizado Líquido – 30/06/2015	13.130	2.167	421		127		15.845	
Imobilizado Líquido – 31/12/2014	13.130	2.214	457		147		15.948	
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado									
	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.097	13.828	16.599	45.557	15.965	8.072	163	77.043	191.324
Adições			3.242	1.139	2.950	1.163	1	61.085	69.580
Transferências			1.365	(189)		221		(81.877)	(80.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	14.097	13.828	21.206	46.507	18.915	9.456	164	56.251	180.424
Adições								8.697	8.697
Transferências				58	1.386		(58)	(19.914)	(18.528)
Saldo em 30 de junho de 2015	14.097	13.828	21.206	46.565	20.301	9.456	106	45.034	170.593
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(3.504)	(8.720)	(28.130)	(9.259)	(3.074)	(130)		(52.817)
Depreciação		(297)	(562)	(1.854)	(1.651)	(526)	(3)		(4.893)
Transferências				118		(118)			
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(3.801)	(9.282)	(29.866)	(10.910)	(3.718)	(133)		(57.710)
Depreciação		(148)	(316)	(938)	(963)	(247)	(2)		(2.614)
Transferências				(23)			40		17
Saldo em 30 de junho de 2015		(3.949)	(9.598)	(30.827)	(11.873)	(3.965)	(95)		(60.307)
Imobilizado Líquido - 30/06/2015	14.097	9.879	11.608	15.738	8.428	5.491	11	45.034	110.286
Imobilizado Líquido - 31/12/2014	14.097	10.027	11.924	16.641	8.005	5.738	31	56.251	122.714
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das Demonstrações Contábeis.

(i) Valores oferecidos em garantias

A Companhia ofereceu o terreno localizado no Setor Norte, A-E 1N, Lotes “G” e “H” – Brazlândia-DF, em garantia de litígios fiscais junto a Receita Federal de Brasil. O Terreno esta avaliado conforme laudo pelo valor de R\$ 1.426. A Companhia não tem permissão para alienar, mas pode oferecê-lo como nova penhora, desde que garantido o crédito da Fazenda Nacional.

14 INTANGÍVEL

Controladora	
	Direito de Uso de Software
Custo do Intangível	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	83
Saldo em 31 de junho de 2015	83
Amortização Acumulada	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(4)
Amortizações	(8)
Saldo em 31 de junho de 2015	(12)
Intangível Líquido - 30/06/2015	71
Intangível Líquido - 31/12/2014	79

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					Total
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	245.080	95.318	53.352	3.598	158.946	556.294
Adições	5.228	103.798	83	13.842		122.951
Baixas	(30)	(146.831)				(146.861)
Obrigações Especiais	10.750	(46.539)				(35.789)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	261.028	5.746	53.435	17.440	158.946	496.595
Adições	453	43.465	108	3.256		47.282
Baixas	(16)	(38.076)		(108)		(38.200)
Transferências			(17)			(17)
Obrigações Especiais	3.345	(7.434)				(4.089)
Saldo em 30 de junho de 2015	264.810	3.701	53.526	20.588	158.946	501.571
Amortização Acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(193.568)		(44.523)		(47.095)	(285.186)
Amortizações	(44.313)		(3.488)		(5.887)	(53.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(237.881)		(48.011)		(52.982)	(338.874)
Amortizações	(22.989)		(958)		(2.944)	(26.891)
Transferências			(17)			(17)
Saldo em 30 de junho de 2015	(260.870)		(48.986)		(55.926)	(365.782)
Intangível Líquido - 30/06/2015	3.940	3.701	4.540	20.588	103.020	135.789
Intangível Líquido - 31/12/2014	23.147	5.746	5.424	17.440	105.964	157.721

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das Demonstrações Contábeis.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).

(i) Direito de exploração de Concessão de Geração

A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. que é detentora do direito de exploração de concessão da Usina Lajeado que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito, se trata de uma operação de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reestruturação societária da Lajeado que foi decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco S.A e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado S.A o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe “R”, nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco S.A, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco S.A com a Eletrobrás. Do total de R\$ 213.452 mil, R\$ 54.506 mil representam o valor patrimonial das ações detidas na Investco S.A pela Eletrobrás em 30 de novembro de 2005, data da última correção da dívida. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946 mil que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão, em conformidade com o disposto no art. 1, § 2º, alínea “b” da Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998. O total do ágio, R\$ 158.946 mil, a ser amortizado por 27 anos (a partir de janeiro de 2006 até dezembro de 2032), resulta em R\$ 5.887 mil de amortização ao ano.

Em novembro de 2014, a controlada CEB Lajeado S.A realizou o teste de perda por redução ao valor recuperável do direito de exploração de concessão. A base para realização do teste de recuperabilidade foi o fluxo de caixa descontado, que resultou em um valor presente de fluxo de caixa descontado de R\$ 530.905. Este valor quando comparado com o valor contábil do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, acrescido do valor contábil do direito de exploração de concessão, no montante de R\$ 338.259, não apresentou indicação de perda por redução ao valor recuperável. A taxa de desconto usada foi de 7,16%, que representa o WACC real depois dos impostos publicado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, submódulo 12.3 – Custo de Capital da Geração. O período contemplado para elaboração dos fluxos de caixa foi até o fim da concessão, ou seja, o ano de 2032.

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Suprimento de Energia Elétrica			312.023	319.381
Materiais e Serviços	2.764	7.857	69.772	59.396
Encargos de Uso de Rede Elétrica			10.850	11.349
Fornecedores de Gás			195	201
Total	2.764	7.857	392.840	390.327
Circulante	2.764	7.857	392.840	390.327

Eventos não recorrentes que impactaram a rubrica de Suprimento de Energia Elétrica:

a) Diferença de tarifa de energia de Angra I e Angra II – ELETRONUCLEAR

Diferença de tarifa proveniente de alteração na regulamentação por parte da ANEEL, estabelecendo nova metodologia para cálculo da tarifa entre Furnas e Eletronuclear. A Lei 12.111 de 09 de dezembro de 2009, definiu que o diferencial entre essas tarifas seria rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. O valor do diferencial a que se refere o artigo 12º da Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009, apresentado por último pela Resolução nº 1.585 de 13 de agosto de 2013 que compete a esta CEB D é de R\$ 11.552. Deste montante, R\$ 4.821 foi pago em 2014 (R\$ 3.572 em 2013) e o saldo restante será pago em 2015. O valor mensal estimado da parcela é de R\$ 402.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Diferença de tarifa de energia adquirida de Corumbá Concessões

No período da construção da Usina de Corumbá Concessões S.A ocorreram atrasos na entrada em operação comercial definida originalmente no contrato. Para cumprir o contrato, Corumbá buscou energia no mercado de Curto Prazo. O preço da energia adquirida no curto prazo estava inferior ao preço contratual. Diante disso, à época, a ANEEL foi consultada e manifestou-se que a Resolução Normativa - RN nº 165 de 19 de setembro de 2005 se aplicava ao caso em questão. Referiu-se, inclusive ao Art. 3º que previa o seguinte: “Qualquer que seja o custo incorrido pelo agente vendedor na celebração dos contratos de compra e venda de energia, só será considerado, para fins de repasse aos contratos de venda originais e consequentemente às tarifas dos consumidores finais, o menor valor entre, o valor da energia do contrato de compra;; o Preço de Liquidação de Diferenças – PLD, acrescido de 10% (dez por cento); ou o preço da energia no contrato de venda original”.

Em 17 de setembro de 2013, a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.168, contrariando o posicionamento constante do Ofício nº 326, resolve declarar que não são aplicáveis os termos da RN 165 ao Contrato de Compra e Venda de Energia celebrado entre a Corumbá Concessões S.A e a CEB Distribuição S.A., e que, portanto, o valor a ser aplicado no custo da compra da energia é o valor original do contrato. Aplicando o preço original e as regras de correção previstas no instrumento contratual, resultou para a CEB Distribuição S.A. uma obrigação no montante de R\$ 42.705.

Ainda de acordo com instrumento contratual, a dívida com Corumbá Concessões S.A foi atualizada pelo IGP-M, resultando no montante de R\$ 1.040 de atualização monetária.

Este valor foi integralmente repassado como componente financeiro à tarifa do consumidor final da CEB D, conforme disposto na Resolução Homologatória n. 1.779, de 19 de agosto de 2014, que homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2014 da CEB D e fixa em seu Art. 10 o valor de R\$ 43.745 (quarenta e três milhões, setecentos e quarenta e cinco mil), que começou a ser repassado a Corumbá Concessões S.A pela CEB Distribuição S.A, em 12 (doze) parcelas mensais iguais, a partir de outubro de 2014. No semestre findo em 30 de junho de 2015, o valor desta obrigação era de R\$ 10.936.

c) Passivo decorrente de Energia de Curto Prazo

A CEB D constituiu provisão no montante de R\$ 117.386 devido à ausência de leituras dos consumos em linhas de interligação com Furnas e nas conexões de fronteira. Do total provisionado, R\$ 88.000 refere-se a duas linhas de interligação com Furnas e a ausência de mediação deste consumo ocorreu no período de abril/2013 a outubro/13, o valor foi provisionado em 2013. O montante de R\$ 20.308 foi provisionado no primeiro trimestre de 2014 e é relativo à ausência de leitura de consumo nas conexões de fronteira das Linhas de Samambaia Oeste de Ceilândia Norte. Em abril de 2014, foi contabilizado o montante de R\$ 9.078, referente às Linhas de Samambaia Oeste.

Em maio de 2015, a CCEE finalizou o reprocessamento dos valores objeto da provisão constituída por ausência de leitura dos consumos de interligação com Furnas e nas conexões de fronteira. O montante total do reprocessamento foi de R\$ 124.347.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

(a) Resumo das obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	97.269	97.475	291.627	244.821
Outros Tributos (c)	849	1.295	210.024	188.680
Total	98.118	98.770	501.651	433.501
Circulante	849	1.483	214.122	189.119
Não Circulante	97.269	97.287	287.529	244.382

(b) Imposto do Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	214.307	179.761
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.953	77.320	65.060
Total	97.269	97.475	291.627	244.821
Circulante		206	4.110	468
Não Circulante	97.269	97.269	287.517	244.353

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A., CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido.

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(39.682)	(155.071)	(39.682)	(155.071)	9.227	(140.416)	9.227	(140.416)
Equivalência Patrimonial - Coligadas					395	23.054	395	23.054
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(2.855)	(7.143)	(2.855)	(7.143)
Total do Resultado Tributado	(39.682)	(155.071)	(39.682)	(155.071)	6.767	(124.505)	6.767	(124.505)
Ajuste RTT						258.100		258.100
Equivalência Patrimonial	34.494	155.421	34.494	155.421				-
Adições Permanentes, Líquidas	77	133	77	133	11.691	6.461	11.691	6.461
Adições Permanentes	77	133	77	133	11.723	9.203	11.723	9.203
Perdas - Outras					1.534	525	1.534	525
Encargos/Gratificações/Alimentação de Diretores					399	360	399	360
Contribuições não Compensatórias					7	68	7	68
Superávit de Baixa Renda - Atualização Monetária					6.469	4.914	6.469	4.914
Subvenção de Energia Elétrica					257	223	257	223
Amortização de Ágio sobre Investimentos					2.943	2.943	2.943	2.943
Outras Adições	77	133	77	133	114	170	114	170
Exclusões Permanentes					(32)	(2.742)	(32)	(2.742)
Depreciação/Amortização Acumulada - Reavaliação BRR 396/2010						(2.704)		(2.704)

Notas Explicativas


Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Outras Exclusões					(32)	(38)	(32)	(38)
Adições/(Exclusões) Temporárias	4.206	(18)	(475)	(18)	(111.170)	(202.628)	(111.170)	(202.628)
Adições Temporárias	7.609	-	1.860	-	420.086	341.193	420.086	341.193
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios					6.371	3.729	6.371	3.729
Provisão de Benefício Pós-Emprego - Assistencial Aposentados					18.727	20.160	18.727	20.160
Provisão de Suprimento/Energia de Curto Prazo					337.963	295.725	337.963	295.725
Provisão para Devedores Duvidosos	5.749				29.690	12.922	29.690	12.922
Atualização Monetária de Passivos Regulatórios					729	998	729	998
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos					8.476	4.492	8.476	4.492
COFINS sobre Ativos Regulatórios					9.667		9.667	-
PIS sobre Ativos Regulatórios					2.095		2.095	-
Provisão MCP - CCEE					3.977		3.977	-
Provisão de Bloqueio Judicial					50	2.862	50	2.862
Custo da Prestação de Serviço de Iluminação Pública	1.860		1.860		1.860		1.860	-
Provisão Recebimento de Faturas de Energia Elétrica					481		481	-
Outras Adições						305		305
Exclusões Temporárias	(3.403)	(18)	(2.335)	(18)	(531.256)	(543.821)	(531.256)	(543.821)
Reversão de Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios		(18)		(18)	(3.011)	(18)	(3.011)	(18)
Reversão de Benefício Pós- Emprego Assistencial Aposentados					(15.516)	(14.927)	(15.516)	(14.927)
Reversão de Provisão para Devedores Duvidosos	(1.068)				(12.656)	(9.830)	(12.656)	(9.830)
Reversão de Provisão para Contratos de Arrecadação							-	-
Reversão de Provisão de Suprimentos/Energia de Curto Prazo					(366.290)	(255.113)	(366.290)	(255.113)
Reversão de Provisão para Perdas Pessoal Cedido					(772)		(772)	-
Reversão de Participação nos Lucros					(3.016)	(1.904)	(3.016)	(1.904)
Constituição e Realização de Ativos e Passivos Regulatórios					(111.954)	(238.172)	(111.954)	(238.172)
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios					(15.706)	(23.857)	(15.706)	(23.857)
Receita não Faturada de IP	(2.335)		(2.335)		(2.335)		(2.335)	-
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	(905)	465	(5.586)	465	(92.712)	(62.572)	(92.712)	(62.572)
(-) Compensação Prejuízo Fiscal		(139)		(139)				
Base de Cálculo	(905)	326	(5.586)	326	(92.712)	(62.572)	(92.712)	(62.572)
Alíquota Aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente:								
IRPJ/CSLL sobre Lucro Fiscal Tributável da Controladora e Controladas		68		29	2.421	4.702	876	1.702
IRPJ/CSLL - Lucro Presumido de Controladas					661	803	301	369
Ajustes IRPJ/CSLL - Exercício - 2014 e 2013	244		87	3	(244)		(87)	3
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	244	68	87	32	2.838	5.505	1.090	2.074
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos					30.745		11.067	
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	244	68	87	32	33.583	5.505	12.157	2.074

(*) Alíquota de 15% e 10% de Adicional para o IRPJ.

Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota 12). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB D, como aporte de capital e está registrado como propriedade para investimento. Outros eventos que geraram o reconhecimento de passivos fiscais diferidos foram: o ganho sobre o reconhecimento do VNR (Valor Novo de Reposição) do Ativo Financeiro Indenizável e sobre os Ativos e Passivos Regulatórios reconhecidos de acordo com a OCPC 08. A

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

realização dos passivos fiscais diferidos ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pela realização do Ativo Financeiro Indenizável e pela realização dos Ativos e Passivos Regulatórios.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	211.389	179.650
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.953	76.128	64.703
Total	97.269	97.475	287.517	244.353
Não Circulante	97.269	97.475	287.517	244.353

(c) Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (i)			155.889	148.637
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social- COFINS	384	479	40.208	26.893
Programa de Integração Social – PIS	83	104	8.722	5.834
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	180	351	2.398	2.541
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	81	182	1.502	1.648
Outros	121	179	1.305	3.127
Total	849	1.295	210.024	188.680
Circulante	849	1.277	210.012	188.651
Não Circulante		18	12	29

(i) Em 25 de novembro de 2010, atendendo demanda da CEB Distribuição S.A, foi baixado o Decreto nº 32.514, que autorizou o adiamento em três meses do pagamento do ICMS de cada mês, a partir dos fatos geradores praticados em outubro daquele ano, estabelecendo o dia 20 como vencimento. Os valores postergados deveriam sofrer apenas atualização monetária Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, portanto, sem a incidência de juros e multa decorrentes da postergação.

Em 20 de dezembro de 2013, foi publicado o Decreto nº 4.990, que autorizou a mudança do vencimento do dia 20 para o penúltimo dia útil, mantendo o adiamento de três meses e a cobrança apenas da correção monetária.

Em 27 de agosto de 2014, o GDF, no âmbito do Grupo de Trabalho responsável por indicar medidas de compensação das eventuais perdas financeiras pela não aplicação total do reajuste tarifário de 2014, editou o Decreto nº 35.762 que tratou, entre outros assuntos, do débito da CEB-DIS com o GDF relativo ao pagamento de ICMS sobre o fornecimento de energia. Neste decreto foi reconhecido o valor de R\$ 119.633 que corresponde ao valor histórico deste débito acrescido apenas de correção monetária pelo INPC, não sofrendo assim a incidência de multas e juros. Adicionalmente, no âmbito do mesmo decreto foi autorizado o parcelamento deste montante em 10 vezes corrigido pelo INPC.

17 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF), sendo o saldo não repassado atualizado pelo INPC.

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei n. 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à renovação do Contrato de Concessão de distribuição de energia. Dentre as medidas adotadas foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Este saldo corresponde a R\$ 161.875 e as parcelas terão vencimento no 15º dia útil de cada mês. Até o trimestre findo em 30 de junho de 2015, foram amortizadas cinco parcelas no montante de R\$ 13.848.

Em 31 de junho de 2015 o montante a repassar ao GDF era de R\$ 230.306 e apresentava a seguinte movimentação:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	213.103
Faturamento Arrecadado	41.384
Faturamento não Arrecadado	17.973
Atualização Monetária	11.920
Repasse ao Governo do Distrito Federal	(54.074)
Saldo em 30 de junho de 2015	230.306
Circulante	107.351
Não Circulante	122.955

18 ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Superávit de Baixa Renda (a)	115.318	108.849
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	86.308	75.351
Encargos do Consumidor a Recolher (c)	139.736	2.735
Total	341.362	186.935
Circulante	178.698	40.980
Não Circulante	162.664	145.955

(a) Superávit de Baixa Renda

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

(b) Obrigações de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 março de 2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, nº 219, de 11 de abril de 2006, nº 300, de 12 de fevereiro de 2008 e nº 316, de 13 de maio de 2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28 dezembro de 2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 01 de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Programa de Eficiência Energética - PEE	59.929	52.328
Pesquisa e Desenvolvimento - P &D	25.244	21.910
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	757	741
Ministério de Minas e Energia – MME	378	372
Total	86.308	75.351

(c) Encargos do Consumidor a Recolher

Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição à Eletrobrás, em 2015, no montante de R\$ 391.473. No semestre findo em 30 de junho de 2015, os valores devidos pela CEB Distribuição à Eletrobrás totalizaram R\$ 159.431, dos quais R\$ 19.704 foram pagos, e, do saldo em aberto de R\$ 139.727, R\$ 102.205 encontra-se em processo de negociação com a Eletrobrás, com anuência da ANEEL, para realização de compensação dos recursos a serem recebidos pela CEB D, no valor de R\$ 53.252. Os valores de CDE foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As Obrigações Societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias sobre resultados apurados em exercícios anteriores. No caso de partes beneficiárias, do valor provisionado, R\$ 615 refere-se a valor apurado no primeiro semestre de 2015.

	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Governo do Distrito Federal	18.623	18.623	18.623	18.623
Eletrobrás			9.809	9.573
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			2.672	2.057
Outros Acionistas	69	69	69	69
Total	18.692	18.692	31.173	30.322
Circulante	18.692	18.692	31.173	30.322

20 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Entidades	Consolidado		Encargos
	30/06/2015	31/12/2014	
ELETROBRÁS	16.962	24.659	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (FINAME)	4.500	5.000	Juros de 4,5% a.a. de atualização pela TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	61.517	69.173	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Banco do Brasil	9.545	17.727	CDI + juros de 1,7% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A (i)	91.956	91.956	129% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal S.A/BNDES	31.391	34.498	6% a.a
Caixa Econômica Federal S.A/BNDES	16.047	14.391	5% a.a + UMBNDES
Caixa Econômica Federal S.A/BNDES	42.883	45.456	5% a.a + TJLP
Banco Daycoval	15.278	19.171	0,5% a.m + CDI CETIP
Banco BCV	18.522		6,5% a.a + CDI CETIP
Custo de Transação	(1.195)	(920)	
Total	307.406	321.111	
Circulante	66.380	69.417	
Não Circulante	241.026	251.694	

A CEB D firmou o contrato de financiamento com o agente financeiro Caixa Econômica Federal (CAIXA), por meio de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), objetivando investimentos realizados em novas instalações e melhorias na rede de distribuição da Controlada, em vistas de projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014. A liberação dos recursos ocorreu no mês de setembro de 2014.

O contrato conta com garantias de recebíveis da Companhia, com o Distrito Federal como Interviente/Garantidor e o Banco de Brasília S/A (BRB), como Interviente Anuente. O valor foi dividido no Subcrédito A, de R\$ 33.578, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à TJLP; no Subcrédito B, com valor de R\$ 14.391, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à UMBNDES (variação cambial das diversas moedas contidas na Cesta de Moedas do BNDES); e, ainda, no

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Subcrédito C, no valor de R\$ 45.456, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), totalizando R\$ 93.425.

O financiamento tem carência de vinte quatro meses e pagamento mensal dos juros.

(a) Garantias dos Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB D

(b) Covenants

Os contratos de empréstimos e financiamentos da CEB D, com exceção do financiamento da ELETROBRAS, possuem cláusulas restritivas “covenants” não financeiros de vencimento antecipado. Em 30 de junho de 2015, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamento vigentes foram cumpridas pela Companhia.

Em junho de 2015, foi autorizada a alteração do Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES para que sejam prorrogados os prazos de comprovação da renovação do Contrato de Concessão, celebrado entre a CEB D e a ANEEL, de 07 de julho de 2015 para até 15 de janeiro de 2016 no caso de não prorrogação do Contrato de Concessão, bem como a faculdade de declaração de vencimento antecipado, caso não tenha havido a renovação com Contrato de Concessão até 07 de julho de 2016 e não tenha ocorrido a liquidação da dívida de liquidação até 15 de janeiro de 2016.

O Contrato firmado com a Caixa Econômica Federal encontra-se em processo de negociação para prorrogação dos prazos da garantia contratual referente à comprovação da renovação do Contrato de Concessão, celebrado entre a CEB D e a ANEEL.

Os montantes das dívidas classificadas no passivo não circulante em 30 de junho de 2015 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado
2016	34.558
2017	61.182
2018	51.278
2019	41.906
2020 em diante	52.102
Total	241.026

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Empréstimo e Financiamentos	Custo de Transação	Empréstimos e Financiamentos Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	322.031	(920)	321.111
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	20.000		20.000
Encargos Incorridos no Período	19.257	119	19.376
Custo de Transação		(393)	(393)
Encargos Financeiros Pagos	(17.631)		(17.631)
Amortizações de principal	(35.057)		(35.057)
Saldo em 30 de junho de 2015	308.600	(1.194)	307.406

21 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Provisão de Férias	69	151	13.433	14.312
Provisão de 13º Salários	31		3.941	
Encargos sobre Provisões	90	157	10.409	10.369
Abono Assiduidade			5.826	6.618
Abono Indenizatório				2.345
Participação nos Lucros				3.016
Outros			192	202
Total	190	308	33.801	36.862
Circulante	190	308	33.801	36.862

22 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Planos de benefícios

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB D e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido	CEB D
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciários foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

A CEB D mantém junto à FACEB dois planos previdenciários, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD). Além disso, a empresa mantém

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para os seus empregados e familiares planos de saúde que são administrados pela FACEB, sendo que a CEB D tem responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas apenas no plano denominado CEB - Assistencial, uma vez que a sua participação no plano denominado CEB-Saúde está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas e, dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

O Plano de Saúde Assistencial é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB D.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de co-participação pelos usuários, no momento em que utilizam o plano, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Quanto aos planos previdenciários, o passivo com benefícios pós-emprego foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, estando divididas em função de cada plano previdencial e de saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia e suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes ao plano previdencial e plano de saúde, de informações sobre a utilização do plano de saúde nos últimos vinte e um meses, informações contábeis posicionadas em 31 de maio de 2015 e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado na mesma data.

Os montantes no passivo relativos aos planos de Previdência, Assistência e Demissão Voluntária são os seguintes:

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Plano de Previdência	40.500	50.765
Plano de Assistência	318.535	302.987
Programa de Demissão Voluntária	746	2.010
Total	359.781	355.762
Circulante	33.714	60.863
Não Circulante	326.067	294.899

Os montantes no resultado relativos aos planos de Previdência e Assistência são os seguintes:

	Consolidado	
	30/06/2015	31/03/2014
Previdência	2.238	1.948
Assistência	16.354	8.041
Total	18.592	9.989

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Planos Previdenciário e Assistencial

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações atuariais				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(1.137.535)	(985.140)	(305.787)	(271.999)
Custo do serviço corrente	(5.537)	(11.012)	(1.248)	(2.463)
Custo de juros	(65.821)	(116.247)	(17.717)	(37.862)
Ganhos/(Perda) atuariais	(25.668)	(91.994)	(12.307)	(26.819)
Benefícios Pagos pelo plano	37.121	66.858	19.660	33.356
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(1.197.440)	(1.137.535)	(317.399)	(305.787)

Análise da obrigação atuarial do plano:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Valor presente da obrigação atuarial	1.197.440	1.137.535	317.399	305.787
Valor justo dos ativos do plano	(1.170.366)	(1.108.746)		
Valor presente da obrigação coberta	1.170.366	1.108.746		
Valor presente da obrigação sem cobertura	27.074	28.789	317.399	305.787
Status do Plano	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado	Sem Cobertura	Sem Cobertura

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Valor justo dos ativos do plano				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.108.746	962.786		
Rendimento esperado dos ativos do plano	63.986	113.609		
Contribuições recebidas pelo fundo - Patrocinador	11.110	39.117	19.660	33.357
Contribuições recebidas pelo fundo - Participantes	5.480	10.766		
Benefícios Pagos pelo fundo	(37.121)	(66.858)	(19.660)	(33.357)
Ganhos/(Perda) atuariais	18.165	49.326		
Valor justo dos ativos do plano no final do período	1.170.366	1.108.746		

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	
	30/06/2015	31/12/2014
Valores reconhecidos no balanço patrimonial		
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	27.074	28.789
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos (item 92)		
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no final do período (Saldo da dívida com a FACEB)	40.102	52.276
Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço		
Passivo (ativo) reconhecido no início do exercício	28.789	22.354
Contribuições aportadas no plano	(11.110)	(39.117)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	7.504	42.668
Despesas do exercício	1.891	2.884
Passivo/(ativo) reconhecido no final do período	27.074	28.789

	Plano Assistencial	
	30/06/2015	31/12/2014
Valores reconhecidos no balanço patrimonial		
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	317.399	305.787
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos (item 92)		
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no final do período	312.890	305.787
Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço		
Passivo (ativo) reconhecido no início do exercício	305.787	271.999
Contribuições aportadas no plano	(19.660)	(33.357)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	12.307	26.819
Despesas do exercício	18.965	40.326
Passivo/(ativo) reconhecido no final do período	317.399	305.787

(i) Plano Previdenciário

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.197.440, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.170.366 resultou em um déficit de R\$ 27.074, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial. Atualmente, a CEB D tem contabilizado em seu passivo o montante de R\$ 40.102, relativo ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado na posição de 31 de maio de 2015. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.189.082) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 3.637), exigível contingencial (R\$ 4.906) e fundos (R\$ 10.173), resultando no valor justo de R\$ 1.170.366, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalte-se que o saldo do contrato de dívida da CEB junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 31 de maio de 2015, um déficit atuarial.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro abaixo:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/2015	31/03/2015	31/12/2014
Valor presente da Obrigação atuarial	1.197.440	1.155.881	1.137.535
Valor justo dos ativos do plano	(1.170.366)	(1.120.744)	(1.108.746)
Resultado	27.074	35.137	28.789

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2015, calculada com base nos custos normais, no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial, nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

	2015
Custo do serviço corrente	10.832
Custo dos juros	140.270
Rendimento esperado dos ativos do plano	(136.006)
Contribuições dos participantes	(10.242)
Total da despesa estimada	4.854

(ii) Plano CEBPREV

O plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S/A.

Conforme o balancete desse plano posicionado em 31 de maio de 2015, as provisões matemáticas de benefícios a conceder são iguais a R\$ 17.008 e o patrimônio de cobertura do plano é de R\$ 17.008, comprovando o equilíbrio atuarial do citado plano de benefícios. Não existem benefícios concedidos no plano na data desta reavaliação e além do patrimônio de cobertura do plano existem fundos previdenciais no montante de R\$ 308 para dar suporte à solvência do plano de benefícios.

(iii) Plano CEB-SAÚDE

O plano CEB-SAÚDE não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêem a participação da CEB Distribuição S/A, bem como das demais Associadas, apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

(iv) Plano Assistencial

A avaliação atuarial do plano CEB-ASSISTENCIAL, posicionada em 31 de maio 2015, revelou que a obrigação atuarial deste plano é de R\$ 317.399. Considerando-se que este plano não possui valor justo de ativos, então a obrigação atuarial calculada em 31 de maio de 2015 se encontra sem lastro de ativos financeiros. A composição deste passivo se dá da seguinte forma: a) passivo de curto prazo dos ativos: R\$ 12.088; b) passivo de longo

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

prazo dos ativos: R\$ 77.991; c) passivo de curto prazo dos assistidos: R\$ 19.028 e d) passivo de longo prazo dos assistidos: R\$ 208.292.

O passivo líquido em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 305.787 e, computadas as variações ocorridas em 2015, conforme demonstradas nos quadros anteriores, têm-se um passivo líquido calculado atuarialmente em 31 de maio de 2015 de R\$ 317.3992, sendo este o valor da provisão de benefícios pós-emprego para o plano CEB-ASSISTENCIAL.

Considerando-se que a provisão atualmente contabilizada (R\$ 312.890) é inferior ao montante aqui informado, a CEB necessita contabilizar um aumento na provisão de R\$ 4.510.

A variação na obrigação atuarial decorreu da modificação na taxa de juros, conforme apresentada no quadro das premissas, e ao aumento do custo por usuário, que cresceu de R\$ 575,91 para R\$ 590,25, representando uma elevação de 2,49%.

Despesa estimada para o exercício:

	2015
Custo do serviço corrente	2.649
Custo dos juros	36.786
Total da despesa estimada	39.435

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro abaixo:

	30/06/2015	30/06/2015	31/12/2014
Valor presente da Obrigação atuarial	317.399	311.551	305.787
Valor justo dos ativos do plano			
Resultado	317.399	311.551	305.787

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração dos resultados:

Valores reconhecidos na DRE	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Custo do serviço corrente	5.537	11.012	(1.248)	(2.463)
Contribuições recebidas pelo fundo - Participantes	(5.481)	(10.766)		
Custo de juros	65.821	116.247	(17.717)	(37.862)
Rendimento esperado dos ativos do plano	(63.986)	(113.609)		
Total da (despesas)/receita reconhecida no período	1.891	2.884	(18.965)	(40.325)

Segue abaixo a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa, como demonstrado a seguir:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos ativos	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Disponível	0,02%	0,24%	N/A	N/A
Renda Fixa	89,04%	86,34%	N/A	N/A
Renda Variável	1,32%	1,44%	N/A	N/A
Investimentos estruturados	5,55%	7,65%	N/A	N/A
Investimentos Imobiliários	1,58%	1,67%	N/A	N/A
Empréstimos com Participantes	2,54%	2,66%	N/A	N/A
Outras Exigibilidades e depósitos Judiciais	-0,05%	0,00%	N/A	N/A
Total percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%	N/A	N/A

(iii) Premissas Atuariais

Premissas atuariais adotadas	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Financeira				
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	6,36%	6,20%	6,38%	6,20%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do plano	11,97%	11,97%	0,00%	0,00%
Taxa anual de inflação	5,43%	5,43%	5,43%	5,43%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	5,43%	5,43%	5,43%	5,43%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano	5,43%	5,43%	5,43%	5,43%
Taxa de crescimento nominal anual dos custos de saúde	0,00%	0,00%	7,00%	7,00%
Demográficas				
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de assistidos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Tábua de morbidez	Não Usada		Não Usada	
Idade de aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.		Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	
Composição familiar para cálculo de pensão e reversão				
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem			
Assistidos	Família informada no cadastro			

Comparativo evidenciando retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,97%	11,97%	N/A	N/A

c) Contrato de Dívida Atuarial (*)

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB D assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos.

(i) Contrato de Parcelamento do Saldo Devedor

Em abril de 2015, as CEB Distribuição e a FACEB celebraram acordo através de Contrato de Parcelamento de Contribuição Suplementar correspondente ao saldo devedor remanescente em 01 de abril de 2015, no valor de R\$ 28.897 do contrato de dívida atuarial assinado em 27 de dezembro de 20001.

Neste contrato ficou pactuado que o saldo remanescente terá um período de carência de 15 meses e que neste período incidirão juros equivalentes a 6% ao ano capitalizado mensalmente, bem como correção monetária calculada de acordo com a variação do INPC/IBGE ou índice que vier a substituí-lo. Ao fim do período de carência o saldo devedor apurado em 01 de abril de 2015, devidamente atualizado e acrescido dos encargos previstos será pago em 13 (treze) parcelas mensais e sucessivas vencendo a primeira em 31 de dezembro de 2016. Devido a este acordo, o saldo que estava registrado no passivo circulante foi transferido para o não circulante.

Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 30 de junho de 2015:

As movimentações da dívida atuarial ocorreram conforme quadro a seguir:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	32.145	40.350	72.495
Amortização	(31.130)		(31.130)
Atualização	3.779	4.093	7.872
Transferências para o circulante	26.574	(26.574)	
Saldo em 31 de dezembro 2014	31.368	17.869	49.237
Amortização no Período	(13.882)		(13.882)
Atualização no exercício	3.826	603	4.429
Transferências para o circulante	(21.312)	21.312	
Passivo em 30 de junho de 2015		39.784	39.784

(*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do passivo é a seguinte:

	30/06/2015	31/12/2014
Contribuições para o Plano	711	1.525
Contrato de Dívida	39.784	49.237
Total	40.495	50.762
Circulante	711	32.893
Não Circulante	39.784	17.869

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit (vide letra b. (ii). a) pactuado entre a Companhia e a FACEB.

d) Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

	Circulante	Não Circulante	Total
Passivo em 31 de dezembro de 2014	2.010		2.010
Amortização	(1.283)		(1.283)
Atualização	(14)	(50)	(64)
Transferências para o Circulante	33	50	83
Passivo em 30 de junho de 2015	746		746

23 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir.

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios provisionados

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatórios em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Regulatórias			63.016	59.655
Trabalhistas		54	8.380	8.959
Fiscais	8.251	8.251	8.251	8.251
Cíveis			8.006	7.500
Total	8.251	8.305	87.653	84.365
Circulante		54	7.030	5.901
Não Circulante	8.251	8.251	80.623	78.464

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Controladora		
	Trabalhista	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	94	8.223	8.317
Constituições de Provisão	7		7
Pagamentos	(34)		(34)
Atualização Monetária	5	28	33
Reversão de Provisão	(18)		(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	54	8.251	8.305
Constituições de Provisão	8		8
Pagamentos	(62)		(62)
Saldo em 30 de junho de 2015		8.251	8.251

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.869	6.674	8.223	50.066	71.832
Constituições de Provisão	1.816	399		6.363	8.578
Pagamentos	(34)	(9)			(43)
Reversão de Provisão	(493)	(30)		(1.791)	(2.314)
Atualização Monetária	801	466	28	5.017	6.312
Saldo em 31 de dezembro de 2014	8.959	7.500	8.251	59.655	84.365
Constituições de Provisão	238	2.084			2.322
Reversão de Provisão	(1.196)	(1.832)			(3.028)
Atualização Monetária	441	254		3.361	4.056
Pagamento	(62)				(62)
Saldo em 30 de junho de 2015	8.380	8.006	8.251	63.016	87.653

(i) Demandas Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Demandas Cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) Demandas Regulatórias

A CEB D está discutindo nas esferas administrativa e judicial autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP e CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, a qual foi indeferida pela Receita Federal.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(b) Passivo Contingente – Risco possível

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 30 de junho de 2015 é apresentado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Fiscais	21.529	21.529	25.149	25.149
Cíveis	245	245	1.428	1.973
Trabalhistas	150	150	1.028	790
Total	21.924	21.924	27.605	27.912

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Demandas Fiscais

Representam valores referentes às Contribuições Sociais de PIS e COFINS, que foram objeto de compensação com créditos existentes na Receita Federal por recolhimentos realizados a maior, e que, quando da solicitação da compensação através de PER/DCOMP estes não foram homologados pela Receita Federal. Os consultores legais da Companhia vêm buscando reverter a decisão da Receita Federal com a comprovação de que tais cobranças não procedem.

24 OBRIGAÇÕES VINCULADAS A CONCESSÃO

	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014
Ultrapassagem de Demanda	12.265	8.647
Excedente de Reativos	24.050	19.192
Total	36.315	27.839
Não Circulante	36.315	27.839

Obrigações Especiais - Receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos

A receita de ultrapassagem de demanda é oriunda de Contratos de Fornecimento com grandes consumidores de energia, no qual é definida a demanda a ser utilizada pela unidade consumidora. Caso a demanda realizada exceda a demanda contratada, a diferença é cobrada com base na tarifa de ultrapassagem de demanda que é bem superior as tarifas regulares. As tarifas de ultrapassagem de demanda possuem caráter de penalidade ao consumidor e visam a incentivar o consumidor a não utilizar a rede além do que foi contratado, funciona como uma penalidade e está prevista no art. 93 da Resolução 414/2010.

A receita de excedente de reativos é uma penalidade ao consumidor decorrente da não instalação de equipamentos adequados para controle da energia reativa que podem prejudicar o funcionamento dos sistemas elétricos, gerando custos adicionais a rede distribuidora. O órgão regulador define um limite para essa energia reativa e, violado esse limite, a distribuidora cobra uma tarifa adicional de energia reativa excedente.

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET 2.7”), aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 463 de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, deverão ser contabilizadas como obrigações especiais e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Em conformidade com o Despacho nº 4.991 da ANEEL, de 29 de dezembro de 2011, que trata dos procedimentos básicos para a elaboração das Demonstrações Contábeis, a CEB Distribuição efetuou o ajuste de receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, reduzindo as contas de receitas de “Fornecimento de Energia Elétrica” em contrapartida à conta de Obrigações Especiais.

A determinação pela ANEEL dessas receitas para Obrigações Especiais a partir da revisão tarifária do 3º ciclo, foi objeto de questionamento judicial pela ABRADÉE, o que ainda está em discussão.

A CEB Distribuição está aguardando o julgamento da ação e tais valores estão provisionados em Obrigações Especiais e apresentados como Obrigações Vinculadas à Concessão.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Recursos para Futuro Aumento de Capital (a)	212.000	212.000	212.000	212.000
Consumidores	3	1	14.922	12.477
Consignações a Favor de Terceiros	34	73	18.235	13.230
Repasses de Bandeiras Tarifárias (b)			44.685	
Parcelamento de Multa ANEEL			3.407	6.415
Arrendamento			3.843	3.685
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos			932	1.184
Adiantamento de Clientes				1.702
Cauções e Garantia			805	705
Retenção de Quotas RGR			724	724
Obrigações com Empresas Ligadas	167	167		
Outras Obrigações		92	3.572	3.274
Total	212.204	212.333	303.125	255.396
Circulante	204	333	88.629	39.605
Não Circulante	212.000	212.000	214.496	215.791

(a) Refere-se a adiantamento efetuado pelo controlador, Governo do Distrito Federal, que necessita de aprovação na assembleia de acionistas para que seja incorporado ao capital da Companhia. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.

(b) O valor de Bandeiras Tarifárias refere-se ao montante faturado da competência de junho de 2015, para o qual a CEB D ainda aguarda a divulgação, por meio de nota técnica da ANEEL, dos valores a serem repassados. Para maiores detalhes sobre as bandeiras tarifárias, vide nota explicativa nº 27(a).

26 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056 (R\$ 342.056 em 31/12/2014). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações é a seguinte:

Capital Total em Ações	30/06/2015	31/12/2014
Ações Ordinárias	4.576.432	4.576.432
Ações Preferenciais	4.607.026	4.607.026
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	3.294.024	3.294.024
Total	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	125.586	177.084
(-) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(11.969)	(11.969)
Total	113.617	165.115
Quantidade de Ações	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)	12,372	17,98

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

(i) Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442	1.442
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186	297.186
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2014, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817
Saldo em 30 de junho de 2015, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817

(ii) Ganhos/Perdas na variação de percentual em Participações Societárias

Em dezembro de 2011, foi contabilizado uma perda de capital por diluição de percentual no capital da Controlada em conjunto Energética Corumbá III S.A, o valor desta perda foi de R\$ 847 e foi apurado pelo cálculo da equivalência patrimonial. No Exercício de 2013, ocorreram os seguintes eventos: Em abril de 2013, houve novo aporte de capital pelos acionistas, os quais não foram proporcionais às participações detidas por cada acionista, este fato gerou uma perda de R\$ 31. O outro evento foi a declaração dividendos destinados a CEB, que em relação ao percentual de participação total sobre o Capital Social da Controlada gerou um ganho de R\$ 47. Em abril de 2014, os acionistas Energ Power S.A e Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A realizaram aporte de capital no montante de R\$ 221. Esta operação gerou um ganho de capital a favor da CEB no valor de R\$ 83. Ainda em 2014, houve ganho de R\$ 10 devido a diluição de percentual em virtude de declaração de dividendos pela coligada Energética Corumbá III S.A.

Em abril de 2015, os acionistas Energ Power S.A e Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A realizaram novo aporte de capital no montante de R\$ 87. Devido a esta operação a CEB registrou um ganho de capital no valor de R\$ 33.

A perda acumula registrada com a Controlada Energética Corumbá III S.A na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial em 30 de junho de 2015 é de R\$ 733.

Em outubro de 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em assembleia geral extraordinária e aprovaram e formalizaram a opção de compra da totalidade das ações preferencia nominativas

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

classe “B” de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB Corumbá. Após a aquisição, estas ações foram contabilizadas na Coligada na rubrica de Ações em Tesouraria e gerou alteração na estrutura societária da Coligada, desta forma, a participação do Grupo na Coligada passou de 39,07% para 45,57% gerando um ganho na variação de percentual de R\$ 18.623. Em 2014, ocorreu o registro R\$ 39 gerado por ganho por diluição de percentual devido a dividendos pagos do exercício de 2013.

(iii) Perdas Atuariais – Plano Assistencial e Previdenciário

A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2013 perdas atuariais referente aos planos assistencial e previdenciário dos empregados da controlada CEB D no montante de R\$ 165.240. O valor desta perda foi registrada no patrimônio líquido da Companhia de acordo com a regra estabelecida no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Em 30 de junho de 2015, o montante da perda atuarial é de R\$ 198.778 (R\$ 186.441 em 2014).

Em 30 de junho de 2015, a composição do saldo da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” é a seguinte:

	30/06/2015	31/12/2014
Custo atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A (ii)	18.662	18.662
Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III S.A	(733)	(766)
Perdas Atuarial - Plano Assistencial (iii)	(198.778)	(186.441)
Outras Movimentações - Coligadas	53	53
Total	8.021	20.325

(c) Resultado do Período

No semestre findo em 30 de junho de 2015, a Companhia apurou um Prejuízo de R\$ 39.351 (R\$ 155.172 em 30 de junho de 2014).

(d) Reserva de Lucros

Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

(f) Distribuição de Dividendos

A política de dividendos da entidade consta no Art. 9º do Estatuto vigente, em relação às ações preferenciais classe A:

I - Prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, calculados proporcionalmente ao que elas representem do capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente.

II - Prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Art. 10º apresenta o seguinte texto relacionado aos titulares das ações preferenciais classe B: “[...] gozarão de prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, sem prêmio, após o reembolso da classe A, em caso de liquidação da Companhia.”. Ainda, em Parágrafo único, no mesmo artigo “[...] ações preferenciais classe B não tem direito a dividendo fixo ou mínimo.”. Conforme consta no Estatuto Art. 38 parágrafo 1º “Será sempre assegurado às ações preferenciais classe B, [...] o recebimento de dividendos 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias”.

26 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB D;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S/A.;
- Comercialização de energia elétrica – tem como atribuição comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília - CEB – que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasiliense de Gás – CEBGAS, que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

No semestre findo em 30 de junho de 2015, a Receita Operacional Bruta registrada pelo fornecimento de energia elétrica e prestação de serviços com o Governo do Distrito Federal (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Estado de Governo e demais Órgãos) totalizou R\$ 201.247, representando 10,7% da Receita Operacional Bruta Consolidada (R\$ 163.194 – 13,66% da Receita Operacional Bruta Consolidada em 30 de junho de 2014).

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 30 de junho de 2015, de 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2014 estão incluídas no quadro seguinte:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Balanço Patrimonial por Segmento de Negócio

	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Ativo												
Circulante	1.045.639	726.260	12.176	9.702	63.576	49.074	71.263	87.322	(37.373)	(92.947)	1.155.281	779.411
Ativo Realizável a Longo Prazo	905.275	1.004.930			8.298	9.973	12.580	4.861	(522)	(518)	925.631	1.019.246
Investimentos	276.114	276.114			230.614	232.537	366.773	415.823	(222.207)	(265.899)	651.294	658.575
Imobilizado	70.839	82.652	4.768	4.923	18.828	19.183	15.851	15.956			110.286	122.714
Intangível	30.369	49.196	1	17	104.513	107.458	906	1.049		1	135.789	157.721
Total do Ativo	2.328.236	2.139.152	16.945	14.642	425.829	418.225	467.373	525.011	(260.102)	(359.363)	2.978.281	2.737.667
Passivo												
Passivo Circulante	1.117.072	964.798	4.774	2.361	46.644	44.596	23.143	29.003	(37.895)	(93.759)	1.153.738	946.999
Passivo não Circulante	1.154.065	1.070.605			90	90	317.521	317.538	(1)	292	1.471.675	1.388.525
Patrimônio Líquido	57.099	103.749	12.171	12.281	379.095	373.539	126.709	178.470	(449.488)	(490.955)	125.586	177.084
Acionistas não Controladores									227.282	225.059	227.282	225.059
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.328.236	2.139.152	16.945	14.642	425.829	418.225	467.373	525.011	(260.102)	(359.363)	2.978.281	2.737.667

b) Demonstração de Resultado por Segmento de Negócio

	Período de três meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	569.961	442.506	3.377	5.272	34.043	31.667	9.162	17.113	(32.247)	(30.950)	584.296	465.608
Energia Elétrica comprada para Revenda	(354.506)	(332.993)	(386)		(12.084)	(9.228)			32.038	30.756	(334.938)	(311.465)
Encargos de uso da rede elétrica	(31.194)	(15.020)	(207)	(195)	(2.870)	(2.908)			207	195	(34.064)	(17.928)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(385.700)	(348.013)	(593)	(195)	(14.954)	(12.136)			32.245	30.951	(369.002)	(329.393)
Pessoal	(44.200)	(46.198)	(646)	(764)	(698)	(568)	(2.822)	(3.079)			(48.366)	(50.609)
Material	(1.291)	(1.011)	(7)	(18)		(5)	(63)	(24)			(1.361)	(1.058)
Serviço de Terceiros	(29.860)	(30.064)	(730)	(1.191)	(838)	(1.533)	(6.203)	(11.846)			(37.631)	(44.634)
Depreciação e Amortização	(11.058)	(11.759)	(83)	(90)	(1.650)	(1.648)	(124)	(110)			(12.915)	(13.607)
Provisões	(4.596)	(7.747)	(19)	(14)			(8)	(13)			(4.623)	(7.774)
Custo de Construção	(23.281)	(35.505)									(23.281)	(35.505)
(Prov. Estimada) Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(12.048)	(6.494)					(4.477)				(16.525)	(6.494)
Arrendamento					(10.462)	(10.032)					(10.462)	(10.032)
Outras	(4.724)	4.383	(245)	(315)	(1.647)	(2.988)	(736)	(956)			(7.352)	124
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(131.058)	(134.395)	(1.730)	(2.392)	(15.295)	(16.774)	(14.433)	(16.028)			(162.516)	(169.589)
Equivalência Patrimonial					(25.005)	2.760	48.987	(82.215)	(26.730)	48.568	(2.748)	(30.887)
RESULTADO BRUTO	53.203	(39.902)	1.054	2.685	(21.211)	5.517	43.716	(81.130)	(26.732)	48.569	50.030	(64.261)
Receita Financeira	14.713	6.411	267	325	1.909	2.882	779	476	(161)		17.507	10.094
Despesa Financeira	(24.651)	(20.364)	(15)	(10)	(414)	(232)	(15)	(18)	161		(24.934)	(20.624)
RESULTADO FINANCEIRO	(9.938)	(13.953)	252	315	1.495	2.650	764	458			(7.427)	(10.530)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	43.265	(53.855)	1.306	3.000	(19.716)	8.167	44.480	(80.672)	(26.732)	48.569	42.603	(74.791)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente			(195)	(276)	(2.629)	(2.434)		(98)			(2.824)	(2.808)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(19.855)				210						(19.645)	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	23.410	(53.855)	1.111	2.724	(22.135)	5.733	44.480	(80.770)	(26.732)	48.569	20.134	(77.599)
Atribuível aos Acionistas Controladores											17.809	(80.641)
Atribuível aos Acionistas não Controladores											2.325	3.042
INFORMAÇÕES ADICIONAIS												
Receita Operacional Líquida	569.961	442.506	3.377	5.272	34.043	31.667	9.162	17.113			616.543	496.558
Receita entre Segmentos	(209)	(194)			(32.038)	(30.756)					(32.247)	(30.950)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de três meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas com Clientes Externos	569.752	442.312	3.377	5.272	2.005	911	9.162	17.113			584.296	465.608

	Período de seis meses findos em:											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.143.840	830.016	7.234	10.662	66.704	64.577	18.110	31.684	(64.123)	(61.112)	1.171.765	875.827
Energia Elétrica comprada para Revenda	(768.293)	(635.403)	(805)		(28.700)	(11.384)			63.715	60.722	(734.083)	(586.066)
Encargos de uso da rede elétrica	(61.078)	(33.462)	(408)	(387)	(5.752)	(5.783)			408	387	(66.830)	(39.245)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(829.371)	(668.865)	(1.213)	(387)	(34.452)	(17.167)			64.123	61.109	(800.913)	(625.311)
Pessoal	(90.473)	(91.255)	(1.298)	(1.437)	(1.196)	(1.191)	(5.600)	(5.958)			(98.567)	(99.841)
Material	(2.264)	(2.338)	(10)	(43)	(3)	(7)	(128)	(1.967)			(2.405)	(4.355)
Serviço de Terceiros	(56.323)	(58.545)	(1.741)	(1.992)	(2.055)	(2.907)	(12.156)	(22.100)			(72.275)	(85.544)
Depreciação e Amortização	(22.357)	(23.451)	(171)	(180)	(3.301)	(3.298)	(248)	(215)			(26.077)	(27.144)
Provisões	(6.163)	(11.270)	(38)	(14)	(90)	(86)	(8)	(1)			(6.299)	(11.371)
Custo de Construção	(43.490)	(73.271)									(43.490)	(73.271)
(Prov. Estimada)/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(23.980)	(13.015)					(4.681)				(28.661)	(13.015)
Arrendamento					(20.925)	(20.065)					(20.925)	(20.065)
Outras	(8.453)	(11.385)	(527)	(746)	(3.310)	(5.643)	(1.612)	(1.963)		4	(13.902)	(19.732)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(253.503)	(284.530)	(3.785)	(4.412)	(30.880)	(33.197)	(24.433)	(32.204)		4	(312.601)	(354.338)
Equivalência Patrimonial					4.997	5.874	(7.725)	(155.421)	2.333	126.493	(395)	(23.054)
RESULTADO BRUTO	60.966	(123.379)	2.236	5.863	6.369	20.087	(14.048)	(155.941)	2.333	126.494	57.856	(126.876)
Receita Financeira	30.386	14.045	481	575	2.973	4.477	953	630	(301)		34.492	19.727
Despesa Financeira	(82.500)	(32.756)	(31)	(19)	(809)	(454)	(32)	(38)	301		(83.071)	(33.267)
RESULTADO FINANCEIRO	(52.114)	(18.711)	450	556	2.164	4.023	921	592			(48.579)	(13.540)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	8.852	(142.090)	2.686	6.419	8.533	24.110	(13.127)	(155.349)	2.333	126.494	9.277	(140.416)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente			(387)	(530)	(3.872)	(6.948)	331	(101)			(3.928)	(7.579)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(43.164)				1.352						(41.812)	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(34.312)	(142.090)	2.299	5.889	6.013	17.162	(12.796)	(155.450)	2.333	126.494	(36.463)	(147.995)
Atribuível aos Acionistas Controladores											(39.301)	(155.172)
Atribuível aos Acionistas não Controladores											2.838	7.177

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Receita Operacional Líquida	1.143.840	830.016	7.234	10.662	66.704	64.577	18.110	31.684			1.235.888	936.939
Receita entre Segmentos	(409)	(390)			(63.714)	(60.722)					(64.123)	(61.112)
Receitas com Clientes Externos	1.143.431	829.626	7.234	10.662	2.990	3.855	18.110	31.684			1.171.765	875.827

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Fluxo de Caixa por Segmento de Negócio

Atividades:	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Operacionais	29.415	43.189	2.698	6.193	10.027	10.822	7.898	(818)	50.036	41.356
Investimento	(7.600)	(30.129)		(59)		(215)		(36)	(7.600)	(30.438)
Financiamento	(15.450)	(20.733)		(948)		(26.251)			(15.450)	(29.903)
Aumento/(Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	6.365	(7.673)	2.698	5.186	10.027	(15.644)	7.898	(854)	26.986	(18.985)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início de Período	30.846	22.065	7.170	9.440	20.420	55.688	7.569	9.592	66.006	96.786
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final de Período	37.211	14.392	9.868	14.626	30.447	40.044	15.467	8.738	92.992	77.801
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.365	(7.673)	2.698	5.186	10.027	(15.644)	7.898	(854)	26.986	(18.985)

27 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

(a) Receita Operacional Líquida

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Fornecimento de Energia Elétrica (*)			794.880	460.929
Energia de Curto Prazo			114.420	88.057
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			47.337	
Receita de Construção			23.281	35.505
Aporte de Recursos da CDE (i)			15.353	4.541
Receita de Prestação de Serviços	9.487	18.234	9.830	19.053
Suprimento de Energia			7.160	8.768
Arrendamento e Aluguéis			6.879	6.266
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			9.236	4.223
Receita de Venda de Gás			1.154	1.181
Outras Receitas			531	142
Receita Operacional Bruta	9.487	18.234	1.030.061	628.665
Impostos	(207)	(365)	(157.378)	(91.546)
Contribuições	(945)	(1.686)	(96.872)	(58.695)
Encargos do Consumidor (ii)			(191.515)	(12.816)
Descontos Incondicionais				
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.152)	(2.051)	(445.765)	(163.057)
Receita Operacional Líquida	8.335	16.183	584.296	465.608

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Fornecimento de Energia Elétrica (*)			1.422.557	897.491
Energia de Curto Prazo			227.290	131.005
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros			103.478	
Receita de Construção			43.490	73.271
Aporte de Recursos da CDE (i)			27.233	17.293
Receita de Prestação de Serviços	18.624	33.650	19.243	34.920
Suprimento de Energia			14.832	18.024
Arrendamento e Aluguéis			13.432	12.029
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			14.635	7.952
Receita de Venda de Gás			2.201	2.311
Outras Receitas			964	562
Receita Operacional Bruta	18.624	33.650	1.889.355	1.194.858
Impostos	(376)	(674)	(279.006)	(185.903)
Contribuições	(1.790)	(3.112)	(178.246)	(110.518)
Encargos do Consumidor (ii)			(260.333)	(22.610)
Descontos Incondicionais			(5)	
Deduções da Receita Operacional Bruta	(2.166)	(3.786)	(717.590)	(319.031)
Receita Operacional Líquida	16.458	29.864	1.171.765	875.827

(*) Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são remunerados pelo WACC regulatório (custo médio ponderado de capital) e essa remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor. Em 30 de junho de 2015, o valor corresponde a R\$ 65.311 (R\$ 56.542 em 30/06/2014).

(i) A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013) determinou que os recursos relacionados à subvenção de baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Estes recursos serão repassados pela Eletrobrás e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. No primeiro semestre de 2015, os aportes de CDE totalizaram R\$ 27.233 (R\$ 17.293 em 30 de junho de 2014), sendo R\$ 9.562 (R\$ 10.240 em 30 de junho de 2014) referente à subvenção de baixa renda e R\$ 17.671 (R\$ 7.053 em 30 de junho de 2014) referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Recursos da CDE – Decreto 7.945/2013 (Nota 9).

(ii) Em 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 1.857, que estabeleceu a Cota Anual de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, a ser repassada pela CEB Distribuição S/A à Eletrobrás no ano de 2015, no montante de R\$ 391.473. Esses valores foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a qual estabeleceu o repasse desses custos às unidades consumidoras vinculadas à CEB Distribuição S.A.

No semestre findo em 30 de junho de 2015, os valores reconhecidos pela CEB Distribuição S/A à Eletrobrás totalizaram R\$ 159.431, correspondente a R\$ 19.704 de quotas da CDE-ENERGIA e R\$ 139.727 CDE-USO, R\$ 102.205 encontra-se em processo de negociação com a Eletrobrás, com anuência da ANEEL, para realização de compensação dos recursos a serem recebidos pela CEB D, no valor de R\$ 53.252. Os valores de CDE foram reconhecidos e homologados na Revisão Tarifária Extraordinária - RTE, por meio da Resolução Homologatória

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, para serem repassados aos consumidores de energia da CEB Distribuição S.A.

(iii) Bandeiras tarifárias

Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE foi designada pela criação e manutenção da CCRBT, sendo os valores a serem repassados e/ou compensados homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica.

Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras podem ser total ou parcialmente revertidos à CCRBT. Os recursos disponíveis nesta conta são repassados às distribuidoras considerando (i) os valores efetivamente realizados das variações relativas aos custos de geração e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo; e (ii) a cobertura tarifária vigente de cada distribuidora.

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, os valores adicionados à tarifa de energia pelas bandeiras amarelas e vermelhas foram de R\$ 15,00/MWh e R\$ 30,00/MWh, respectivamente. A partir de 2 de março de 2015, os valores adicionados passaram a ser de R\$ 25,00/MWh e de R\$ 55,00/MWh, respectivamente.

A bandeira tarifária vermelha foi vigente durante todo o primeiro semestre de 2015, quando a controlada CEB D registrou os seguintes montantes:

Competência	Receita Faturada	Repasso à CCRBT	Valor de cobertura de custos da Companhia
jan/15	5.800	4.474	1.326
fev/15	12.984	11.432	1.552
mar/15	19.224	14.927	4.297
abr/15	27.589	13.401	14.188
mai/15	27.323	17.648	9.674
jun/15	27.037	10.826	16.211
Total	119.956	72.709	47.247

(b) Custo com Serviço de Energia Elétrica

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Energia elétrica comprada para revenda	(286.450)	(235.084)	(588.522)	(478.205)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(48.489)	(81.186)	(145.562)	(134.064)
Encargos de uso da rede elétrica	(34.063)	(17.928)	(66.829)	(39.245)
Repasso da Conta - ACR Custo de Energia (i)		5.533		20.913
Aporte de Recursos da CDE		5.290		5.290
Total	(369.002)	(323.375)	(800.913)	(625.311)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Decreto nº 8.221 de 2 de abril de 2014

O Governo Federal fundamentado na Lei nº 12.783/2013 publicou, em 02 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/2014, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia com exposição involuntária no mercado de curto prazo e custos do despacho termoeletrico, através da contratação de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE será a responsável pela gestão da CONTA - ACR.

Aporte CDE – Decretos nºs 7891/2013 e 7.945/2013

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado, principalmente, com os baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o governo brasileiro emitiu em 23 de janeiro 2013, o Decreto 7.891, alterado pelo Decreto 7.945, de 7 de março de 2013, com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras.

Com relação à contratação de energia, o Decreto 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes; e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição, dos custos relacionados abaixo:

i. neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);

ii. neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);

iii. cobrir o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética).

(c) Custos e Despesas Operacionais por Natureza

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Pessoal e Administradores	(2.779)	(3.013)	(48.365)	(50.608)
Serviço de Terceiros	(6.133)	(11.780)	(37.333)	(44.149)
Custo de Construção – concessão (a)			(23.281)	(35.505)
Depreciação e Amortização	(55)	(42)	(12.917)	(13.607)
(Provisão) Estimada / Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(4.477)		(16.525)	(6.494)
Arrendamento			(10.462)	(10.032)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(1.644)	(1.467)
Material	(62)	(22)	(1.361)	(1.058)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(812)	(636)
Propaganda e Publicidade			(349)	(485)
Outras Despesas	(34)	(86)	(6.818)	(6.838)
Total	(13.540)	(14.943)	(159.867)	(170.879)
Classificados como:				
Custo da Operação			(81.789)	(97.071)
Custo dos Serviços Prestados	(6.488)	(12.672)	(4.825)	(12.910)
Despesas com Vendas	(4.477)		(34.135)	(22.714)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.575)	(2.271)	(39.118)	(38.184)

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Pessoal e Administradores	(5.508)	(5.825)	(98.566)	(99.841)
Serviço de Terceiros	(11.979)	(21.921)	(71.965)	(85.059)
Custo de Construção – concessão (a)			(43.490)	(73.271)
Depreciação e Amortização	(111)	(79)	(26.078)	(27.144)
(Provisão) Estimada / Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(4.681)		(28.661)	(13.015)
Arrendamento			(20.925)	(20.065)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(3.243)	(3.647)
Material	(126)	(1.965)	(2.405)	(4.355)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(1.601)	(1.263)
Propaganda e Publicidade			(463)	(485)
Outras Despesas	(184)	(286)	(11.904)	(13.777)
Total	(22.589)	(30.076)	(309.301)	(341.922)
Classificados como:				
Custo da Operação			(158.105)	(192.850)
Custo dos Serviços Prestados	(12.923)	(25.655)	(10.891)	(25.707)
Despesas com Vendas	(4.681)		(63.485)	(42.828)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.985)	(4.421)	(76.820)	(80.537)

(a) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que:

- (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica;
- (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.

(d) Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			7.412	7.099
Dividendos Prescritos				4.372
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			2.851	2.791
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			461	570
Reversão de Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			1.687	
Ganho na Baixa de Bens			(51)	(9)
Outras Receitas	50		1.718	14
Subtotal	50		14.078	14.837
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(9.868)	(10.346)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(8)	(14)	(4.220)	(2.213)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(2.314)	(3.859)
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais			(50)	(2.862)
Multas ANEEL			(228)	(265)
Outras Despesas			(47)	(20)
Subtotal	(8)	(14)	(16.727)	(19.565)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	42	(14)	(2.649)	(4.728)

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			15.516	14.927
Dividendos Prescritos				4.372
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			7.824	5.169
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			461	570
Reversão de Provisão para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios		18	3.029	18
Ganho na Baixa de Bens			(99)	(20)
Outras Receitas	50		1.730	14
Subtotal	50	18	28.461	25.050
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(18.727)	(20.160)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(8)	(19)	(6.380)	(3.747)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(6.024)	(10.071)
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais			(50)	(2.862)
Multas ANEEL			(480)	(512)
Outras Despesas			(150)	(114)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Subtotal	(8)	(19)	(31.811)	(37.466)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	42	(1)	(3.350)	(12.416)

(e) Resultado Financeiro

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	449		5.214	3.165
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			6.896	
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			2.862	2.380
Rendimentos de Aplicações Financeiras	320	220	1.615	2.166
Multas e Penalidades Aplicadas			64	72
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica				575
Receita de Dividendos		222		222
Outas Receitas Financeiras		22	856	1.514
Subtotal	769	464	17.507	10.094
Despesas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos (i)	(11)		(20.039)	(13.017)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica (ii)			4.354	
Encargos de Dívidas			(9.010)	(5.672)
Atualização de Benefício pós-emprego			(420)	(980)
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios			(140)	
Outras Despesas Financeiras	(4)	(18)	321	(955)
Subtotal	(15)	(18)	(24.934)	(20.624)
Resultado Financeiro	754	446	(7.427)	(10.530)

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	514	1	8.954	5.949
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			15.706	
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			5.784	5.054
Rendimentos de Aplicações Financeiras	417	335	2.630	4.098
Multas e Penalidades Aplicadas			253	1.390
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica				1.418
Receita de Dividendos		222		222
Outas Receitas Financeiras	2	44	1.165	1.596
Subtotal	933	602	34.492	19.727
Despesas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos (i)	(21)	(10)	(42.793)	(19.101)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica (ii)			(17.403)	
Encargos de Dívidas			(19.377)	(10.706)

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Atualização de Benefício pós-emprego			(1.118)	(2.021)
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios			(729)	
Outras Despesas Financeiras	(11)	(29)	(1.651)	(1.439)
Subtotal	(32)	(39)	(83.071)	(33.267)
Resultado Financeiro	901	563	(48.579)	(13.540)

(i) Juros / Variações Monetárias sobre Passivos: O aumento no primeiro semestre de 2015 é justificado pelas atualizações monetárias do Parcelamento da CIP (R\$ 11.920), do Contrato de Dívida com a FACEB (R\$ 2.920) e da Energia de Curto Prazo (R\$ 9.254) devido à variação dos indexadores no período.

(ii) Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica: A variação ocorreu pela variação do Dólar, que é o indexador das faturas de compra de energia elétrica de ITAIPU e ainda pela política de pagamento da CEB Distribuição para a geradora ITAIPU. Em junho de 2015, a CEB D possuía um passivo de R\$ 184.776 referente a faturas pendentes de pagamento de compra de energia de Itaipu Binacional. Este valor encontra-se em negociação com a Eletrobrás para parcelamento da dívida.

28 LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de três meses findos em:		Período de seis meses findos em:	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2014	30/06/2013
Lucro Líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	17.809	(80.641)	(39.351)	(155.172)
Lucro / (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	8.874	(40.185)	(19.609)	(77.324)
Lucro / (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	8.935	(40.456)	(19.742)	(77.848)
Média ponderada das ações em circulação				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	4.576	4.576	4.576	4.576
Ações preferenciais – básicas e diluídas	4.607	4.607	4.607	4.607
Lucro / (Prejuízo) por ação – R\$:				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	1,9392	(8,7816)	(4,2853)	(16,8978)
Ações preferenciais - básicas e diluídas	1,9392	(8,7816)	(4,2853)	(16,8978)

29 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Remuneração	241	165	999	856
Demais Benefícios de Curto Prazo	68	44	187	186
Total	309	209	1.186	1.042

	Períodos de seis meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Remuneração	480	365	1.923	1.677
Demais Benefícios de Curto Prazo	131	104	371	368
Total	611	469	2.294	2.045

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

(i) Operações da Controladora com suas Controladas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		30/06/2015	31/12/2014
Ativo		52.855	68.902
Contas a Receber, líquido da EPCLD		37.758	56.059
Governo do Distrito Federal	a	37.758	56.059
Demais Ativos		15.097	12.843
Dividendos/JS CP	b	14.886	12.659
CEB Lajeado S/A		12.478	12.177
Energética Corumbá III S/A		2.408	482
Outras Operações			184
CEB Distribuição S/A	c	211	184
Passivo		211	21.583
Dividendos		19.629	18.623
Governo do Distrito Federal	d	18.623	18.623
Demais Obrigações		18.623	2.960
CEB Distribuição S/A	e	1.006	2.793
CEB Distribuição S/A	f	839	167

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Controladora			
		Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
		30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas		9.647	18.234	18.925	33.650
Receita de Prestação de Serviços		9.487	18.234	18.624	33.650
Governo do Distrito Federal	g	9.487	18.234	18.624	33.650
Variação Monetária de Dividendos		160		301	
CEB Lajeado S/A	h	160		301	
Despesas		4.477		4.681	4
Provisão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		4.477		4.681	
Governo do Distrito Federal	i	4.477		4.681	
Outras Despesas					4
Despesa de Locação de Imóvel					4
CEB Distribuição S.A	j				4

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF.

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das controladas.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram creditados em conta corrente da CEB D e que serão repassados através de encontro de contas à CEB.
- d) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.
- e) A CEB D possui empregados cedidos a Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.
- f) Refere-se a valores a pagar de depósito de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB e que é repassado através de encontro de contas a CEB D.
- g) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF no semestre findo em 30 de junho de 2015, o valor faturado destes serviços foi de R\$ 18.624 (R\$ 33.650 em 30 de junho de 2014). No final do exercício de 2014 e a margem líquida média dos contratos de manutenção e obras é de 7,74%.
- h) Trata-se de atualização monetária dos dividendos a receber da controlada CEB Lajeado S/A pela variação do INPC.
- i) Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de IP por serviços prestados pela CEB.
- j) Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M com vencimento em 17 de fevereiro de 2014. O contrato foi rescindido em janeiro de 2014 e teve sua última parcela paga em fevereiro de 2014 referente à competência de janeiro.

(ii) Operações do Grupo e seus Acionistas Controladores e Coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014
Ativo		109.996	124.611
Contas a Receber, Liquida da PCLD		108.766	116.255
Corumbá Concessões S/A	a	220	200
Energética Corumbá III S/A	a	98	53
Governo do Distrito Federal	b	108.448	116.002
Demais Ativos		1.230	8.356
Dividendos/JSCP	c	1	7.773
Corumbá Concessões S/A		1	
Energética Corumbá III S/A			482
Investco S/A			7.291
Outras Operações		1.229	583
Governo do Distrito Federal	d	1.229	583

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014
Passivo		486.886	478.177
Fornecedores		25.957	53.074
Corumbá Concessões S/A	e	22.952	48.727
Energética Corumbá III S/A	e	3.006	4.347
Contribuição de Iluminação Pública		230.306	213.103
Governo do Distrito Federal	f	230.306	213.103
Dividendos		18.623	18.623
Governo do Distrito Federal	g	18.623	18.623
Outras Obrigações		212.000	212.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – Governo do Distrito Federal	h	212.000	212.000

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Consolidado			
		Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
		30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas		119.328	76.529	203.328	164.625
Receita de Comercialização de Energia	i	1.100	728	2.081	1.431
Corumbá Concessões S/A		868	576	1.672	1.146
Energética Corumbá III S/A		232	152	409	285
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		118.228	75.801	201.247	163.194
Governo do Distrito Federal	j	118.228	75.801	201.247	163.194
Despesas		48.746	44.523	95.785	85.842
Energia Comprada para Revenda		45.647	44.301	89.702	85.620
Corumbá Concessões S/A	k	36.446	35.330	71.404	67.909
Energética Corumbá III S/A	k	9.201	8.971	18.298	17.711
Provisão Estimada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		3.099		6.083	
Governo do Distrito Federal	l	3.099		6.083	
Receita de Dividendos			222		222
BSB Energética S.A	m		222		222

a) As empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá S.A são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestado ao Governo do Distrito Federal - GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público e pelos serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal - GDF. Em 2011 a CEB D firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB no montante de R\$ 28.237 para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Pelo serviço de iluminação pública os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das coligadas.
- d) A CEB D possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.
- e) A CEB D tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com as empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá III S.A, com prazos de vigência até 07 de julho de 2015. Os valores das tarifas praticadas em 30 de junho de 2015 para estes contratos são R\$ 212,85 MWh e R\$ 211,21 MWh respectivamente, e são atualizados pelo IGP_M.
- f) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal.
- A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito federal (GDF). Em 30 de junho de 2015 o montante a repassar ao GDF era de R\$ 230.306, atualizado pelo INPC.
- g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador com data de pagamento para 30 de abril de 2016 conforme Ofício Nº 889/2013-GAB/SEF.
- h) Representa o valor dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) realizado do Governo do Distrito Federal – GDF, para aportes no capital da Companhia Energética de Brasília – CEB.
- i) A empresa Corumbá Concessões S/A e Energética Corumbá III são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.
- j) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) e do fornecimento de energia elétrica ao Governo do Distrito Federal – GDF. O serviço de fornecimento de energia elétrica apresentou um montante de R\$ 182.623 (R\$ 129.544 em 30 de junho de 2014) que é cobrado de acordo com a tarifa homologada pelo órgão regulador – ANEEL. Para os serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública os valores são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF. Estes serviços totalizaram o montante de R\$ 18.524 (R\$ 33.650 em 30 de junho de 2014). No final do exercício de 2014, a margem líquida média dos contratos de manutenção e obras é de 7,74%.
- k) A CEB D tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com as empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá III S.A, com prazos de vigência até 07 de julho de/2015. Os valores das tarifas praticadas em 30 de junho de 2015 para estes contratos são R\$ 212,85 MWh e R\$ 211,21 MWh respectivamente, e são atualizados pelo IGP_M.
- l) Representa a estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, de créditos vencidos há mais de 360 dias cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D no montante de R\$ 1.402 e serviços de manutenção e obras de IP por serviços prestados pela CEB no valor de R\$ 4.681.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

m) Representa a receita de dividendo recebido pela CEB pelo investimento em participação societária na empresa BSB Energética S.A.

(iii) Operações com a FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB. Vide detalhes das transações na Nota 22.

(d) Acordo de Cooperação Técnica

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378 autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal - SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal - GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o Data Center da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos para ambos, apenas troca de benefícios.

30 SEGUROS

Em 31 de março de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais da CEB D incluía danos materiais, não havendo cobertura para lucros cessantes e responsabilidade civil.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 30 de dezembro de 2015, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.001 e a importância segurada de R\$ 426.197.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

31 EVENTOS SUBSEQUENTES

(i) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Em 06 de julho de 2015, a CEB Distribuição, solicitou à ANEEL, por meio da Carta nº 299/2015-DD, autorização para a compensação dos créditos de repasse CDE, ou seja, recursos oriundos dos Subsídios CDE devidos à CEB Distribuição S.A. pela ELETROBRAS, com os encargos de CDE devidos à ELETROBRAS pela CEB Distribuição S.A.. Tal pleito foi autorizado pela Agência, por meio do Ofício nº 380/2015-SFF-ANEEL. O encontro de contas foi efetivado em julho quando a CEB Distribuição S.A. efetuou o pagamento do valor restante à ELETROBRAS.

(ii) Contrato de Mútuo entre a CEB Distribuição S.A. e CEB Participações e entre CEB Distribuição S.A. e Companhia Energética de Brasília – CEB

Em 10 de julho de 2015, a CEB Distribuição, solicitou à ANEEL, por meio da Carta nº 309/2015-DD, autorização para a celebração de contrato de mútuo com a CEB Participações e a CEB, ambas na condição de mutuante. Tal pleito, foi autorizado pela agência, por meio do Despacho nº 2.360/2015, de 21 de julho de 2015.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor bruto da operação foi de R\$ 31.000, sendo que, R\$ 10.000 captados junto à CEB Participações e 21.000 junto à CEB. Os valores foram repassados a CED Distribuição S.A. no mês de julho no montante líquido de IOF de R\$ 30.407 e estão sujeitos à incidência de encargos de atualização monetária de 97% (noventa e sete por cento) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), os quais serão calculados a partir dessa data até o dia da efetiva liquidação da dívida.

O contrato prevê o pagamento em 24 parcelas. O principal tem carência de seis meses, enquanto que os encargos serão pagos mensalmente.

(iii) Captação de Recursos Através de Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real

Em 14 de maio de 2015, por meio do despacho nº 1.500 a ANEEL anuiu a emissão de debêntures no valor de R\$ 130.000. A CEB D optou por emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com garantia real nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e legislação aplicável. As debêntures têm prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses contados da sua emissão realizada no dia 15 de junho de 2015, vencendo assim em 15 de junho de 2020, observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado facultativo e de amortizações extraordinárias facultativas. As debêntures têm carência de 12 meses contados da data de emissão para início da amortização de principal. O referido instrumento é remunerado a 100% (cem por cento) da Taxa DI, capitalizada exponencialmente de sobretaxa (spread) de 6,80%, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis por ano. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das debêntures e disponibilizados a partir de 01 de julho de 2015, serão destinados para (i) investimentos na infraestrutura de distribuição de energia; e (ii) no cumprimento de obrigações setoriais.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Resultado antes do Impostos de Renda e da Contribuição Social	(39.682)	(155.071)	9.227	(140.416)
Ajustes ao Prejuízo do Período				
Depreciação e Amortização	111	79	26.078	27.144
Resultado de Equivalência Patrimonial	34.494	155.421	395	23.054
Receita de Construção			(43.490)	(73.271)
Custo de Construção - Concessão			43.490	73.271
Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível			99	20
Encargos da Dívida			19.257	11.086
Provisão para Perdas com Depósitos Judiciais			50	2.862
Perda com Pessoal Cedido			772	
Reversão de Provisão para Perdas - Pessoal Cedido			(772)	
Ajuste a Valor Presente			5	8
Atualização Monetária - Dividendos	(301)		236	
Dividendos Prescritos				(4.372)
Atualização Monetária - Contribuição de Iluminação Pública			11.920	4.376
Custo de Transação com Empréstimos			119	
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	8	6	3.350	3.734
	34.312	155.506	61.509	67.912
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Aplicações Financeiras				
Contas a Receber	18.301	(15.928)	(76.813)	(24.607)
Estoques		1.951	4.574	8.967
Depósitos e Bloqueios Judiciais	110	(177)	4.679	(2.761)
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros			(126.955)	
Tributos e Contribuições Compensáveis	147	80	1.848	(599)
Demais Créditos	(59)	(4.317)	(38.525)	(33.039)
	18.499	(18.391)	(231.192)	(52.039)
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	(5.093)	(2.103)	(11.249)	87.994
Obrigações Tributárias	(321)	94	23.052	38.859
Contribuição de Iluminação Pública			5.283	50.233
Encargos Regulatórios			154.427	14.149
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(118)	140	(3.061)	(2.016)
Benefícios Pós Emprego			(8.318)	(8.267)
Obrigações Vinculadas a Concessão			8.475	
Demais Obrigações	(129)	4	47.729	(1.625)
	(5.661)	(1.865)	216.338	179.327
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros s/ Capital Próprio	460	19226	14.827	1.197
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social			(2.980)	(3.505)
Pagamento de Encargos da Dívida			(17.631)	(11.086)
Pagamento de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	(62)	(34)	(62)	(34)
	398	19.192	(5.846)	(13.428)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	7.866	(629)	50.036	41.356

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Brasília, 12 de agosto de 2015.

FRANCISCO AURÉLIO SAMPAIO SANTIAGO
Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Técnico

HAMILTON CARLOS NAVES
Diretor de Regulação e Planejamento
Estratégico

ARI JOAQUIM DA SILVA
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

THIAGO CAVALCANTE SANTOS
Contador
CRC – DF 022977/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A.

Informações Trimestrais – ITR

Em 30 de junho de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética de Brasília S.A.

Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1.2 (ii). Adicionalmente, até a data de aprovação destas informações contábeis intermediárias, não houve a decisão final do poder concedente sobre a aprovação do pedido de prorrogação da concessão, cujo vencimento ocorreu em 7 de julho de 2015. Essas condições, juntamente com outros assuntos, descritos na citada Nota Explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As informações contábeis intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A controlada Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2.a, entrou em operação no dia 8 de novembro de 2007, por meio do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores no Brasil. Para que essa operação seja similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido de seus acionistas ou de terceiros. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada. As informações contábeis intermediárias dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso dessa controlada não conseguir tornar suas atividades similares a de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2014, utilizadas para fins de comparação foram auditadas/revisadas por nós, contendo, na data base de 30 de junho de 2014, ressalva quanto à ausência de conciliação dos fornecedores, regularizada no exercício de 2014, e na data base de 31 de dezembro de 2014, ênfases quanto aos seguintes assuntos: i) créditos junto ao Governo do Distrito Federal, vencidos há longa data, provisionados integralmente no exercício de 2014; ii) Não repasse da contribuição da iluminação pública ao Governo do Distrito Federal, já devidamente parcelada junto ao Governo do Distrito Federal; iii) pelo histórico de deficiência no capital de giro da Controlada CEB Distribuição S.A.; iv) Risco de continuidade da controlada Companhia Brasileira de Gás- CEBGÁS.

Brasília, 12 de agosto de 2015.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF

Alfredo Ferreira Marques Filho

Fernando Eduardo Ramos dos Santos

Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S – DF Contador CRC 1 GO 014553/O-0 – S - DF

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

RESOLUÇÃO: A Diretoria, com fundamento no inciso III, art. 27 do Estatuto Social da CEB, e em consonância com o disposto na Resolução nº 1.184/2009, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 28.08.2009, e na Instrução nº 480/2009, art. 25, inciso VI, e art. 29, ambos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, RESOLVE autorizar a emissão e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia Energética de Brasília – CEB, referentes ao segundo trimestre de 2015.

FRANCISCO AURÉLIO SAMPAIO SANTIAGO

Diretor-Presidente

ARI JOAQUIM DA SILVA

Diretor Administrativo-Financeiro e

de Relações com Investidores

HAMILTON CARLOS NAVES

Diretor de Regulação e

Planejamento Estratégico

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO

Diretor Técnico